

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA

A Pecuária Leiteira no Estado da Paraíba:

Um Estudo sobre a Bacia Leiteira de
Campina Grande.

José Erinaldo de Sousa

Campina Grande - PB
1994

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA**

**A PECUÁRIA LEITEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA:
Um Estudo sobre a Bacia Leiteira de Campina Grande.**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do Grau de
Mestre em Economia.

**Mestrando: José Erinaldo de Sousa
Orientadora: Dra. Norma Montalvo de Soler
Área de Concentração : Economia Rural**

**Campina Grande - PB
1994**



S725p

Sousa, José Erinaldo de.

A pecuária leiteira no Estado da Paraíba : um estudo sobre a bacia leiteira de Campina Grande / José Erinaldo de Sousa. - Campina Grande, 1994.

219 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1994.

Referências.

"Orientação : Profa. Dra. Norma Montalvo de Soler".

1. Investimento Econômico Regional - Pecuária Leiteira.
2. Pequena Produção Familiar - Pecuária Bovina - Paraíba.
3. Bacia Leiteira (Campina Grande).
4. Pecuária Leiteira - Intervenção Estatal.
5. Dissertação - Economia. I. Soler, Norma Montalvo de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 330.322.1:637.1(813.3)(043)

RESUMO

Sousa, José Erinaldo de. A Pecuária Leiteira no Estado da Paraíba: Um Estudo sobre a Bacia Leiteira de Campina Grande. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, 1994.

Nesse trabalho se analisa a pecuária leiteira no Estado da Paraíba, tendo-se como locus de estudo a bacia leiteira de Campina Grande, como área de maior concentração da produção de leite na Paraíba.

Ao abordar a dinâmica da pecuária bovina paraibana, desde meados dos anos 60 até fins dos anos 80, tenta-se explicitar a intervenção estatal nesse ramo de atividade. Nesse sentido, são enfatizados os estímulos oficiais através do crédito subsidiado, por meio de diferentes instrumentos que serviram como canalizadores dos recursos oficiais destinados a impulsionar o desenvolvimento da pecuária regional e paraibana. Ressalta-se ainda que os recursos oficiais, em sua predominância, privilegiaram a pecuária de corte como um dos setores da atividade de criação que mais se adequa aos interesses dos grandes proprietários de terra.

Analisando-se a bacia leiteira de Campina Grande, dar-se ênfase à organização social na pecuária leiteira, identificando-se os diferentes grupos ou frações de produtores. Fundamentalmente, explicita-se as condições de produção e reprodução da pequena produção familiar como uma categoria preponderante no ramo da produção leiteira paraibana. Nestes termos, a partir da natureza do processo de produção imediato, concebe-se a especificidade do pequeno produtor familiar leiteiro.

Tentando-se determinar o conteúdo da articulação do pequeno produtor familiar leiteiro à rede de comercialização do leite, se evidencia que esse produtor está vinculado ao mercado capitalista tanto através da venda de sua mercadoria-leite, quanto como comprador

dos meios de produção e meios de sobrevivência que ele não produz internamente. Neste raciocínio, se faz perceber que ao vender sua mercadoria a um preço deteriorado e, concomitantemente comprar seus meios de vida e de produção a preços crescentes, esse pequeno produtor está transferindo valor para diferentes ramos do capital, por meio da troca desigual. Esse intercâmbio desigual, que assume a forma de perda de parte do excedente gerado na pequena produção, em sua essência, expressa uma relação de exploração do pequeno produtor pelo capital, principalmente porque no processo imediato de trabalho do produtor familiar não se tem dado o ato prévio da exploração. Por isso o pequeno produtor familiar leiteiro analisado é uma categoria que está subordinada indiretamente ao capital e apenas preserva a sua autonomia formal e aparente.

ABSTRACT

Sousa, José Erinaldo de. The Milky Cattle-Raising in the State of Paraíba: A Study about the Milky Sector of Campina Grande. A Masterate Dissertation on Economics, Paraíba Federal University, 1994.

In this work, one analyzes the milky cattle-raising in the state of Paraíba, having as *locus* the study of the milky sector in Campina Grande, as the area of hugest concentration of milk production in Paraíba.

Upon approaching the dynamic of the Paraiban cattle-raising, since the mid 60's until the 80's, one tries to lighten the State intervention in this matter. This way, one emphasizes the official aid through the subsidized credit, via different tools that were used as managers of the official resources aimed at improving the development of the Paraiban regional cattle-raising. One still points out that the official resources, in the majority, benefitted the meat-intended cattle-raising as one of the sectors of the raising activity which bests fits the land owners' interests.

Analyzing the milky sector of Campina Grande, one emphasizes the social organization of the milky cattle-raising, identifying the different groups or fractions of producers. Basically, one lightens the production and reproduction conditions of the small familiar productions as a prevailing class in the field of the Paraiban milky production. In these terms, from the sort of the immediate production process, one understands the specificness of the milky small familiar producer.

In order to determinate the contents of milky small familiar producer's articulation to the net of milk commercialization, one realizes that this producer is linked to the capitalist market both through the selling of his goods (milk) and as purchaser of the means of production and means of survival which he does not produce internally. In this thought, one

notices that upon selling his goods for a damaged price and buying his means of life and productions for increasing prices, the small producer in transferring values to different branches of the capital, through the unequal exchange. This unequal exchange, which is represented by the loss of part of the surplus generated in the small production, in its essence, expresses a relationship of exploration of the small producer by the capital, especially because in the immediate process of work of the familiar producer one does not find the previous act of exploration. This way the milky small familiar producer analyzed is a category which is indirectly submitted to the capital and only keeps his formal and apparent autonomy.

AGRADECIMENTOS

Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos aqueles que colaboraram conosco para que fosse possível a concretização deste trabalho.

Às instituições de pesquisa por ter nos permitido acesso às informações que utilizamos nesse estudo.

Aos presidentes das cooperativas de criadores, dos municípios estudados, pelas informações concedidas através de entrevistas.

Ao diretor da indústria de laticínio de Campina Grande por ter nos concedido entrevistas além de outros relevantes dados que ali coletamos.

À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), através de seus técnicos, pela valiosa ajuda que nos prestou, viabilizando o nosso acesso às áreas rurais da região pesquisada.

Somos imensamente agradecido aos produtores rurais dos municípios de Aroeiras, Boqueirão, Campina Grande e Queimadas, por nos concederem seu tempo para que os entrevistássemos.

Aos professores: Fernando de Oliveira Garcia e Robério Ferreira dos Santos, pelas críticas e sugestões feitas, ainda na versão preliminar dessa dissertação.

À professora Norma Montalvo de Soller, que nos orientou na realização dessa dissertação, pelo apoio e compreensão em todos os momentos, auxiliando-nos de forma abnegada. Mas, sobretudo pela forma generosa de transmitir seus conhecimentos com a dedicação que caracteriza os realmente comprometidos com a ciência e acima de tudo com a sociedade.

Desejamos por fim manifestar nossos agradecimentos a todas às pessoas que, mesmo de forma indireta, contribuíram para a realização desse estudo.

LISTA DAS TABELAS

TABELA I:	33
NORDESTE: Área, produção e rendimento médio do algodão arbóreo em caroço no período de 1973 a 1987	
TABELA II:	40
PARAÍBA: Indicadores da evolução do sistema criatório no âmbito estadual e nas microrregiões da bacia leiteira campinense - 1975 e 1985 x	
TABELA III:	43
BRASIL: Evolução do efetivo bovino segundo as regiões e participação relativa sobre o efetivo nacional. período: 1970 - 1989 <	
TABELA IV:	44
BRASIL: Crescimento relativo do efetivo bovino segundo às regiões do país - Período: 1970 - 1989 \	
TABELA V:	46
REGIÃO NORDESTE: Efetivo bovino, participação dos estados no efetivo regional e taxa de crescimento relativo. Período: 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. v	
TABELA VI:	50
MICRORREGIÕES DA PARAÍBA: Evolução do rebanho bovino e taxas de incremento relativo v	
TABELA VII:	55
Empréstimos do Banco do Brasil à agricultura do Nordeste - Período: 1971 a 1976	
TABELA VIII:	57
NORDESTE: Gado adquirido com financiamento do PROTERRA - Período: 1972, a 1976	
TABELA IX:	58
NORDESTE: Empréstimos rurais - Operações contratadas por finalidade (crédito direto mais indireto) - Período: 1976-77 e 1987-88	
TABELA X:	61
NORDESTE: Área total, número de projetos e área média das propriedades incentivadas com recursos do sistema "34/18" e do FINOR, pela SUDENE - 1965/1976 x	
TABELA XI:	63
PARAÍBA: Microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande: Incentivos da SUDENE em projetos agropecuários - Dez. 1979	
TABELA XII:	67
PARAÍBA: Comportamento das áreas de pastagens na Paraíba e nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande - Período: 1970-1985	

TABELA XIII:	68
PARAÍBA: Participação relativa das categorias de lavouras e de pastagens nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande.	
TABELA XIV:	70
Participação relativa de algumas categorias do grupo dos pequenos produtores nas microrregiões e nos municípios estudados - Período: 1970 e 1980.	
TABELA XV:	86
PARAÍBA: Distribuição do número de estabelecimentos por grupos de área nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande - 1985.	
TABELA XVI:	87
PARAÍBA: Distribuição da área total dos estabelecimentos por estratos de área nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande - 1985	
TABELA XVII:	88
Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas nos municípios pesquisados - 1985	
TABELA XVIII:	89
PARAÍBA: Evolução da área média por categoria de estabelecimentos agropecuários nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande - 1975 - 1987	
TABELA XIX:	94
PARAÍBA: Finalidade do rebanho bovino - Período: 1970, 1975, 1980 e 1985	
TABELA XX:	96
Finalidade do rebanho bovino nas microrregiões da bacia leiteira de campinense. Período: 1970 e 1980	
TABELA XXI:	97
Densidade da produção leiteira nas microrregiões pesquisadas.	
TABELA XXII:	98
Produção de leite por área de pastagem nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande: 1985.	
TABELA XXIII:	100
Paraíba: principais municípios produtores de leite - 1989	
TABELA XXIV:	102
Evolução recente da produção leiteira nos principais municípios produtores na bacia leiteira de Campina Grande - Período: 1985 e 1989.	
TABELA XXV:	105
Evolução da produção leiteira nos municípios pesquisados - Período: 1970 - 1988	

TABELA XXVI:	106
Volume de leite recebido pela ILCASA na plataforma de Campina Grande: 1988 a 1990	
TABELA XXVII:	109
Produção de leite nos estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área-1970-1985	
TABELA XXVIII:	112
Efetivo do rebanho bovino segundo os grupos de produtores entrevistados.	
TABELA XXIX:	114
Distribuição do fator terra entre os produtores leiteiros da bacia campinense	
TABELA XXX:	115
Nível médio da Paraiba leiteira diária por categoria de produtores	
TABELA XXXI:	126
Emprego da força de trabalho assalariado nas fazendas de médios e de grandes criadores pesquisados, por categoria de trabalho.	
TABELA XXXII:	129
Participação do salário rural das fazendas pesquisadas no salário mínimo nacional - Período: maio - setembro de 1992.	
TABELA XXXIII:	132
BRASIL: Evolução da produção de leite segundo às regiões e participação relativa regional. Período: 1970 - 1989	
TABELA XXXIV:	133
BRASIL: Evolução do incremento da produção de leite, segundo as regiões do país - Período: 1970 - 1989	
TABELA XXXV:	137
Evolução das taxas de crescimento relativo da produção de leite no Brasil e nos estados da região Nordeste - Período: 1975 a 1989	
TABELA XXXVI:	138
ESTADO DA PARAÍBA: Produção leiteira, variação percentual e participação relativa da produção microrregional na produção estadual.	
TABELA XXXVII:	142
Produtividade leiteira por vaca ordenhada nas microrregiões da bacia leiteira campinense	
TABELA XXXVIII:	144
Níveis de produtividade média das vacas em lactação nas fazendas pesquisadas	
TABELA XXXIX:	147
Utilização das terras com as atividades de agricultura e pecuária nas microrregiões e nos municípios pesquisados. Período: 1985	
TABELA XL:	159

Quantidade média de leite comercializado diariamente por categoria de produtores leiteiros.
Período: março / agosto - 1992.

TABELA XLI:	160
Alternativas de realização comercial do leite in natura na bacia de Campina Grande	
TABELA XLII:	162
Coleta de leite por intermediários junto, a criadores nos principais municípios produtores na bacia leiteira de campinense.	
TABELA XLIII:	168
BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE: Transformação ou beneficiamento do leite pela a indústria rural. Período: 1970 e 1980.	
TABELA XLIV:	176
ILCASA: Indústria de laticínios de Campina Grande S.A. - Recebimento de leite na plataforma e leite importado. Período: 1981 e 1980	
TABELA XLV:	177
Preço por litro de leite in natura na plataforma de Campina Grande e no posto de resfriamento da ILCASA no município de Souza.	
TABELA XLVI:	186
Entrega de leite na plataforma da indústria de laticínios por porte de fornecedor. Período: Junho de 1992.	
TABELA XLVII:	196
Preço do litro de leite in natura na plataforma da indústria por classificação do produto. Período: julho - 1985 a julho de 1992	
TABELA XLVIII:	198
Relação entre o preço da torta de algodão e o preço do leite ao produtor direto. Período: julho - dez. 1992	
TABELA XLIX:	200
Comparação entre o ritmo de crescimento entre os preços dos insumos agropecuários e o preço do leite in natura.	
TABELA L:	202
Demonstração dos rendimentos com a venda do leite à indústria e os custos com a aquisição de ração concentrada em fazendas da bacia leiteira campinense. Julho, 1992.	

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE: A PRODUÇÃO PECUÁRIA

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO I: A PECUÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA:

ASPECTOS GERAIS 15

1.1 Bases e Limites Históricos à Acumulação na Pecuária 16

1.2. A Distribuição Espacial da Pecuária 25

1.3 O Sistema Gado-Algodão..... 30

CAPÍTULO II: A DINAMIZAÇÃO DA PECUÁRIA FACE A

INTERVENÇÃO ESTATAL..... 35

2.1 A Dinâmica Recente da Evolução do Rebanho Bovino na Paraíba..... 36

2.2. Incentivos Oficiais à Expansão da Pecuária Bovina..... 53

2.3 Reflexos Sociais do Processo de Pecuarização Sobre o Agreste. 64

SEGUNDA PARTE: A PECUÁRIA LEITEIRA

CAPÍTULO III: A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA PECUÁRIA

LEITEIRA NA BACIA DE CAMPINA GRANDE 75

3.1. Definição do Espaço Formador da Bacia Leiteira Campinense..... 76

3.2. Aspectos da Estrutura Fundiária da Bacia Leiteira de Campina Grande.....	84
3.3. O Rebanho leiteiro e a densidade produtiva na BLCG.....	93

CAPÍTULO IV: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO PECUÁRIA LEITERIA E A PREDOMINÂNCIA DO PRODUTOR FAMILIAR NESSE RAMO DE ATIVIDADE.....f. 108

4.1. Diferenciação Interna na Categoria dos Produtores Leiteiros.....	109
4.2 A Produção Familiar Não-Capitalista na Pecuária Leiteira.....	116
4.3 A Produção Leiteira Empresarial.....	122

CAPÍTULO V: A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO LEITERIA E A BASE TÉCNICA DE PRDUÇÃO NA PECUÁRIA DA BACIA LEITEIRA CAMPINENESE 130

5.1 Comportamento Recente da Produção de Leite na Paraíba e na bacia leiteira de campina grande.....	131
5.2 A Produtividade do Rebanho Leiteiro na Bacia Campinense.....	140
5.3 As Condições Técnicas de Produção na Pecuária Leiteira.....	145

CAPÍTULO VI: A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO E DE BENEFICIAMENTO DO LEITE 157

6.1 A Intermediação no Circuito Comercial Leiteiro.....	158
6.2 A Indústria Artesanal Rural de Laticínio na Bacia Leiteira Campinense.....	167

6.3 Origem e Expansão da Indústria de Laticínio de Campina Grande	
.....	172
6.4 A Pequena Produção Leiteira Familiar: Categoria Subordinada	
Indiretamente ao Capital.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	207
BIBLIOGRAFIA	213

PRIMEIRA PARTE:

A PRODUÇÃO PECUÁRIA

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretendemos abordar a problemática da pecuária bovina leiteira no Estado da Paraíba tomando como locus de estudo a bacia leiteira de Campina Grande, no período que se inicia na segunda metade dos anos sessenta até a presente década.

Nas duas últimas décadas o nível de consumo alimentar da população dos países do primeiro mundo pressionaram o incremento no abastecimento de proteína animal. Nestes termos, grande parte dos grãos produzidos no mundo se orientaram ao consumo animal nos países avançados, apesar dos altos níveis de desnutrição e fome na população de amplas camadas populares dos países do terceiro mundo.

Neste movimento, os países mais desenvolvidos do terceiro mundo, entre eles o Brasil, incentivaram através de diversos mecanismos, a produção pecuária para ampliar suas exportações de carne. Contudo, o Brasil "apesar de possuir um dos maiores rebanhos do mundo, ocupa apenas o 12º lugar na produção leiteira mundial e uma baixa produtividade média de 2,2 litros por dia/vaca. (...). A produção de leite e derivados tem aumentado lentamente, mas sem alcançar a cobrir as necessidades criadas pelo crescimento demográfico. O atual consumo per-cápita é de 55 Kg. /ano per-cápita e de 150 gramas diários, certamente polarizado de acordo com o modelo de concentração vigente da renda no país. Esse déficit só pode ser absorvido graças a compressão constante do poder aquisitivo das classes populares que inclusive enfrentam sérios problemas de desnutrição"¹.

¹Fredericq Antoinette. SAHR. doc. nº 5. Tomo II.

Como pode observar-se o problema de abastecimento de leite, elemento considerado no discurso oficial como "alimento popular", subsiste paralelo ao problema da insuficiência de renda de amplas camadas populares, que não permite acesso ao consumo deste produto, apesar de seu preço moderado se comparado com os de outros produtos de consumo básico.

Por outra parte, uma característica básica da produção leiteira no país, e particularmente no Nordeste, é que a imensa maioria dos produtores está constituída por pequenos produtores familiares², que encontram no produto comercial leite, uma fonte alternativa de sobrevivência.

A industrialização dependente sob a hegemonia das Empresas transnacionais e nele o novo padrão de desenvolvimento agrícola no país, não se traduziu num impulso expansivo que pudesse neutralizar o desemprego, sobretudo na agricultura. Assim a problemática populacional adquire manifestações drásticas e de difícil solução. Ante estas circunstâncias, a terra e nela a pequena produção agrícola familiar se converte numa das poucas alternativas de sobrevivência para uma população potencialmente marginal.

Para a grande maioria desta super população relativa, o equilíbrio de sua sobrevivência parece restringir-se à simples reprodução física. Outra fração desta categoria, àquela que regularmente dispõe de terra com área entre 10 a 70 ha. e algum pequeno capital para adquirir pelo menos alguns bovinos ou caprinos ou suínos pode, além de ter uma pequena agricultura, optar por uma pequena criação bovina. Mas nem por isso parecem estes, serem diametralmente diferentes das outras frações de produtores familiares.

²Os produtores familiares na produção leiteira são definidos como aqueles que mesmo sendo proprietários dos meios de produção (terra, animais, instrumentos de trabalho) participam diretamente do processo de trabalho, cuja produção não está orientada à obtenção do lucro. No capítulo IV desse estudo detalharemos as especificidades dessa categoria de produtores.

Contudo, dentro da diferenciação econômica interna existente neste tipo de produtores, os criadores constituem um tipo específico de produtores familiares: nem demasiado pequenos para derivar para a subsistência e ficar constantemente ameaçados de proletarizar-se, nem demasiado grandes para que sua produção, parcialmente comercial, permita se transformar em pequena produção empresarial.

Em termos gerais nosso estudo se orienta a elucidar o estágio atual da pecuária leiteira na Paraíba, particularmente na bacia campinense. Fundamentalmente, centraremos nossa atenção no estudo da produção familiar nesse ramo de atividade, face às condições de sua articulação às indústrias rurais de transformação e sobretudo à agroindústria do leite (ILCASA) na Paraíba.

Dessa forma analisaremos tanto a esfera de produção da mercadoria-leite no que tange a lógica predominante no processo de produção, bem como a esfera da circulação, na medida em que o produtor leiteiro está inserido na dinâmica da produção e da reprodução do capital.

Basicamente, nossas hipóteses de trabalho são as seguintes:

1. Numa estrutura predominantemente extensiva da pecuária leiteira na bacia campinense, onde significativa parte do processo é ainda sujeito às espontaneidades da natureza; permitida em grande medida, pelas benesses da estrutura fundiária vigente, são os fatores agro-ecológicos e/ou a intervenção estatal os que determinam o sistema de exploração e o ritmo de seu crescimento.

2. O baixo preço do produto leite, concomitante aos crescentes custos de produção, e o sistema de quotas imposto em sua comercialização reduzem substancialmente a margem de lucro do produtor; sendo este o principal fator de desestímulo à realização de investimentos visando a elevação da produtividade.

3. A pequena produção familiar é um segmento que predominantemente sustenta a produção leiteira. Dada a peculiaridade de seu processo de produção, esta categoria consegue reproduzir-se sem necessariamente auferir lucro.

4. A uma estrutura leiteira predominantemente extensiva, corresponde um setor de transformação agro-industrial leiteiro que mesmo dependendo da matéria-prima não atua como fator de dinamismo e modernização da pecuária leiteira na bacia em estudo.

Com base nas considerações feitas, na parte primeira desse trabalho, inicia-se o estudo da situação da pecuária bovina na região Nordeste e no Estado da Paraíba, tentando situá-la no processo de acumulação do capital. Assim, baseado na relação entre a produção pecuária e outros elementos tais como a terra, capital e a intervenção estatal nesse ramo de produção, tenta-se situar a importância da produção pecuária no contexto da pecuarização no país.

Na segunda parte, objetiva-se analisar a pecuária leiteira no contexto da bacia leiteira de Campina Grande, ressaltando-se o papel dessa bacia como importante área produtora de leite na Paraíba. Ao interior da bacia focalizada se estuda a organização social da produção na pecuária leiteira, identificando-se os distintos segmentos produtivos. Analisa-se também as condições técnico-produtivas na atividade leiteira, mostrando-se que predominantemente, o processo produtivo nesse ramo de atividade é ainda sujeito às condições adversas do quadro natural da região, isto é, os fatores agro-ecológicos influenciam determinantemente sobre o nível da produção. Tentando-se desvendar as interrelações, contradições e conflitos entre os múltiplos agentes econômicos, abordou-se a rede de comercialização e beneficiamento do leite produzido na área estudada.

Como recurso analítico para visualizar os grupos e classes sociais que atuam no circuito da produção leiteira, resgatamos além do referencial da teoria das classes sociais os desenvolvimentos feitos por Marx sobre as duas modalidades de subordinação do trabalho ao capital, denominados Subsunção Formal e Subsunção Real do trabalho ao capital.

Por sua vez, tomando como base o conceito de subordinação geral do trabalho ao capital, nos permitimos introduzir, mais adiante, a modalidade de subordinação indireta do trabalho ao

capital, para qualificar a forma específica de subordinação do trabalho do pequeno produtor familiar ao capital.

Sobre o conceito de subsunção formal do trabalho ao capital Marx sintetiza: "O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização do capital, do processo de auto valorização do capital, da criação de mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (...), e o capitalista entra nele como dirigente; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto o que denomino subsunção formal do trabalho no capital"³.

Sobre a Subsunção Formal do trabalho ao capital, Marx agrega que esta forma de subordinação se fundamenta na mais-valia absoluta, posto que ela só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge diretamente⁴

Como uma decorrência da subsunção formal do trabalho no capital, a mais valia absoluta equivaleria a hegemonia capitalista, mas não a sua atualização plena, não a sua explicitação radical. Por isso, estaria presente nos primórdios do capitalismo ou em setores específicos da economia que a despeito de serem contemporâneos da realização completa do capitalismo, permaneceriam estruturados em moldes tradicionais, no que se relaciona à organização da produção imediata.

É pois, a partir do conceito de subsunção formal do trabalho no capital que procuramos situar a subordinação do processo de trabalho na atividade leiteira empresarial, pois na organização do processo produtivo neste setor, estão presentes os elementos essenciais que dão base ao conceito

³ Marx, K. O Capital, Capítulo VI Inédito, pág. 87.

⁴ Marx, K. op. cit. pág. 94

marxista de subsunção formal do trabalho ao capital. Ou seja, naquela atividade produtiva o proprietário dos meios de produção ou seu representante é quem dirige o processo de produção. Neste processo existe uma relação de trabalho entre aquele que se apropria do sobretrabalho e aquele que o fornece. Isto é, para o trabalhador da atividade leiteira, que vende sua capacidade de trabalho em troca de suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), sua capacidade de trabalho se lhe opõe como propriedade alheia. Além disso, no processo de trabalho leiteiro, mesmo que o alvo da produção seja a obtenção do lucro, a ampliação da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ainda se apresenta como um método usualmente praticado para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho .

Sustentamos que o setor da pecuária leiteira no Estado da Paraíba tem caráter extensivo e que está constituído por produtores capitalistas⁵ e não capitalistas⁶, onde determinações estruturais e recorrentes concorrem para a existência de uma magnitude significativa de transferências de valores do setor primário ao industrial, sobretudo no caso da categoria dos pequenos produtores familiares leiteiros.

Neste respeito nos apoiamos na parte da teoria marxista que trata dos valores e preços. Esta indica que há uma diferença entre a magnitude do valor e a sua manifestação concreta, isto é, o preço. Ou seja, entre a magnitude do valor e sua expressão , o preço , existe uma inadequação

⁵Os produtores capitalistas ou empresariais são assim definidos, a categoria de produtores de leite, onde o empreendimento produtivo se desenvolve através da utilização do trabalho alheio, trabalho assalariado. Ou seja, é uma fração de produtores que desenvolvem a atividade da pecuária leiteira, tendo como alvo o lucro e, nesse sentido existe uma extração do sobretrabalho ao interior do processo de produção imediata.

⁶Definimos como produtores não-capitalistas aqueles que, nesse trabalho, aparecem com a denominação de produtores familiares.

quantitativa necessária, de modo que os preços não correspondem diretamente à magnitude dos valores. Dito de outro modo: a proporção quantitativa que se observa no mercado entre determinada mercadoria e o dinheiro, não corresponde à proporção da quantidade de trabalho socialmente aplicado na sua produção. É certo que o dinheiro pode ser visto como medida de valor, mas somente enquanto sua manifestação direta. Ou como afirma Marx: "o dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho"⁷

Contudo, esta condição de possibilidade de um intercâmbio permanentemente desigual é uma regra da circulação capitalista, já que no mercado o intercâmbio dos produtos é regido pelos seus preços de produção e não pelos seus valores. Mas não é necessário reproduzir aqui todo o raciocínio de Marx a este respeito. Apenas é bom lembrar, conforme indica A.Bartra⁸ que a mercadoria é um produto do capital e um meio de sua valorização e que portanto, não só é portadora de um valor senão especificamente de uma mais-valia. A mercadoria capitalista é uma forma especificamente social do produto, por quanto contém em si mesma a relação capitalista: trabalho necessário - trabalho excedente, e destes dois segmentos de valor em que se decompõe, o segundo é o elemento motor e qualitativo, pois o intercâmbio se leva a cabo não para realizar o valor em geral, mas para realizar a mais-valia. A circulação capitalista se regula pelos preços médios de produção e neste o fator decisivo é a taxa geral de mais-valia, transmutada em taxa média de lucro. A decomposição interna do valor de troca de cada mercadoria capitalista (trabalho necessário e mais-valia) tem com os preços de produção como reguladores do mercado, um caráter social. Em geral as mercadorias capitalistas se vendem para realizar mais-valia, mas para cada capital

⁷ Marx, K. op. cit. Livro 1, vol. 1, cap. II, pg. 106

⁸ Bartra, A. La Explotacion del Trabajo Campesino por el Capital. Cap. V, pg. 84

individual esta mais-valia se apresenta sob a forma de uma taxa média de lucro. O desdobramento interno da mercadoria capitalista configura um mercado regido pelos preços de produção e não pelos seus valores.

Todos os produtores capitalistas, aí incluídos os produtores empresariais de nosso estudo, concorrem a este mercado capitalista com possibilidades de vender sua mercadoria pelo preço de produção. Esta é a condição de ocorrência de uma troca de equivalentes em termos de valores, que é a regra da circulação capitalista.

Mas no caso dos pequenos produtores familiares do leite, ao enfrentar-se na circulação com sua mercadoria portadora de valor de troca com mercadorias capitalistas portadoras de mais-valia, se enfrentam na realidade dois processos produtivos diferentes, cuja natureza se expressa na especificidade de seus produtos. Como no mercado as mercadorias não se vendem por seu valor e como a mercadoria do pequeno produtor familiar não capitalista não tem sido produzida como portadora de mais-valia, (mesmo que contenha valor), nesta deficiência qualitativa repousa sua impossibilidade de impôr-se automaticamente no mercado por seu preço de produção.

Além desta impossibilidade resultante de sua condição de produtor não-capitalista que o obriga a um intercâmbio permanentemente desigual não em termos de valores, o que é a regra da circulação capitalista, senão em termos de preços de produção, existe ainda, no caso em estudo, a dificuldade deste de intercambiar seu produto no mercado pelo seu custo de produção, condição esta que o situa como produtor que de fato realiza uma magnitude maior de transferências de valores a outros setores da economia.

Por isto, mesmo reconhecendo que no mercado capitalista a troca é de equivalentes, a análise da subordinação do pequeno produtor leiteiro ao capital é realizada com base no conceito de troca desigual, analisando as transferências com todas suas mediações e em suas diferentes manifestações no mercado de produtos.

Consideramos que o conceito de transferência pelo intercâmbio desigual vai ser um recurso explicativo de muita importância. Contudo, a relação do pequeno produtor não-capitalista com o capital não é só de simples transferência de valor senão também de exploração, de subordinação indireta do trabalho do pequeno produtor ao capital.

No caso deste tipo de produtores a relação de transferência é parte de uma relação de exploração, precisamente porque no processo imediato de produção não tem se dado um ato prévio de exploração. Isto distingue qualitativamente a transferência de valores contidos nos produtos do pequeno produtor não capitalista ao capital das transferências entre capitais, ramos de produção ou formações sociais, onde o excedente circula e se distribui de maneira assimétrica segundo a composição orgânica do capital, entre classes ou frações da classe capitalista. Aqui, a diferença do anterior, trata-se em rigor, de uma simples transferência baseada no intercâmbio desigual.

No caso da pequena produção familiar, trata-se de uma especificidade na dinâmica do processo de reprodução do sistema capitalista no Brasil. A pequena produção familiar, visto no processo global, não é só uma premissa senão também um resultado do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, que gera tanto um capital valorizado, como pequenos produtores familiares não-capitalistas que apenas podem repor suas condições de trabalho e portanto obrigados a produzir de novo nas mesmas condições. O próprio sistema capitalista reproduz a união pequeno produtor direto - meios de produção e com isso reproduz a relação.

Neste raciocínio, a reprodução ampliada do capital é um processo que na sua complexidade abrange a preservação e a criação de formas não-capitalistas de produção, especialmente na agropecuária nem por isso incompatível com a racionalidade do capital. pelo contrário, sem estas formas provavelmente a reprodução capitalista entraria em crise. Estas formas não são mais que expressão de contradições específicas do capitalismo. Conforme diz Fernando Henrique Cardoso

"O capital é capaz de criar uma riqueza social que não se confunde com ele e que assegura a existência de novas formas de relações sociais de produção"⁹.

A seguir relatamos brevemente a forma operacional de nossa pesquisa:

Essa realizou-se com base em dados secundários e primários. No que se refere a pesquisa de campo, realizamos numerosas visitas às áreas rurais dos municípios de Aroeiras, Boqueirão, Queimadas e Campina Grande, os quais constituem o maior espaço físico contínuo de produção de leite na bacia campinense.

Em virtude da inexistência de dados oficiais, que nos permitissem conhecer o total de produtores de leite existente nos municípios estudados, de modo que pudéssemos escolher uma amostra significativa; optamos por aplicar os questionários entre as diferentes frações de produtores previamente identificados, tomando como base a importância de cada categoria de produtor leiteiro no conjunto da produção total em leite na Paraíba. Nesse sentido, os dados do Censo Agropecuário, 1985, foram utilizados como parâmetro para se definir a quantidade de questionário aplicada à cada categoria de produtor. A fonte citada mostra que os pequenos estabelecimentos agropecuários (área inferior a 50ha) tem uma participação de 58% no total do leite produzido na Paraíba. No caso dos médios estabelecimentos (área entre 50 e 200ha), a produção de leite representa 27% no total daquele estado; ao passo que os estabelecimentos de mais de 200ha de área respondem por apenas 15% da produção leiteira estadual. Levando-se isso em consideração, entrevistamos um total de 100 produtores leiteiros, distribuídos na seguinte proporção: 75 pequenos produtores; 20 produtores médios e 5 grandes produtores. Convém frisar que os critérios utilizados para esta tipificação encontram-se detalhados no capítulo IV deste estudo.

⁹ Cardoso, F. Henrique. Las Clases en las Sociedades Capitalistas Contemporaneas. Revista del Comercio Exterior. Vol. 32. n°2, Mexico, Feb. 1982, pg. 116

Também aplicamos questionários a um total de 12 agentes intermediários que atuam na comercialização do leite, numa proporção de 3 entrevistados por município.

Esta pesquisa de campo nas zonas rurais dos municípios estudados foi realizada no período entre a segunda quinzena do mês de maio e início do mês de setembro de 1992. Além disso, foram entrevistadas personalidades do meio pecuarista, tanto a nível de produtores como de funcionários públicos.

Para chegarmos até as diversas categorias de produtores leiteiros foi importante o apoio dos técnicos da EMATER através dos escritórios desse órgão a nível de cada município. Eles procuraram viabilizar nosso acesso às áreas rurais não só proporcionando-nos informações sobre os sítios e fazendas de produtores, mas também proporcionando-nos transporte conduzido pelo técnico responsável pela assistência direta ao produtor. Pelas informações dos produtores entrevistados tivemos referências adicionais sobre a localização de outros produtores não assistidos pela EMATER. Também conseguimos referências de produtores leiteiros através de funcionários das cooperativas de produtores rurais nos municípios de Aroeiras, Boqueirão e Queimadas, com quem estabelecemos contato prévio nos dias de feira livre, marcando a data da visita. Igualmente chegamos a produtores rurais por informações dadas pelos donos de farmácias de produtos veterinários, donos de armazéns de rações e outros produtos de utilidade ao pecuarista. Os próprios intermediários na comercialização do leite in natura também nos indicaram locais e nomes de produtores rurais.

Numa outra etapa, realizamos entrevistas junto a representantes das associações e sindicatos de produtores leiteiros e ao gerente da Agroindústria ILCASA em Campina Grande.

O método de investigação utilizado foi o estudo de caso. Escolhemos desta forma quatro principais municípios produtores de leite (Aroeiras, Boqueirão, Campina Grande, Queimadas) do

espaço físico da bacia leiteira Campinense, área de maior concentração da produção leiteira do Estado da Paraíba.

Os atores sociais envolvidos na pesquisa de campo foram, ao nível da esfera da produção, os criadores pecuaristas onde o leite é considerado produto comercial. Assim foram estudados 100 produtores, distribuídos nos quatro municípios citados. O número de produtores entrevistados por município obedecem ao critério do volume anual da produção de leite registrado em cada município, baseado nas referências de dados secundários. Sendo assim 60% dos questionários foram aplicados eqüitativamente a produtores dos municípios de Boqueirão e Campina Grande. Da fração restante aplicou-se 23% dos questionários a criadores do município de Aroeiras e 17% a produtores do município de Queimadas.

Em suma, o critério básico que orienta a escolha dos diversos indicadores que utilizamos com toda a variedade de fontes é a abrangência e relevância que os mesmos representam para nosso propósito de situar a produção leiteira paraibana, particularizada ao nível da bacia leiteira de Campina Grande, abordando-se aspectos do processo produtivo nas unidades de produção além das implicações decorrentes da inserção da economia leiteira no mercado capitalista, através do qual realiza-se o produto mercantil (leite).

Sendo assim, organizamos a exposição de nosso trabalho na seguinte forma:

No capítulo I a análise se orienta à realização de um resgate histórico da produção pecuária no Estado da Paraíba, visualizado através da expansão da atividade pastoril no processo de ocupação do interior e das bases e limites à acumulação nesse ramo produtivo. Analisa-se também a diferenciação espacial da concentração da pecuária bovina paraibana nas três sub-regiões da Paraíba. Procura-se ainda abordar a expansão da atividade algodoeira associada a pecuária e os impactos desse processo nas mudanças ocorridas no quadro da economia do espaço sertanejo e do interior nordestino em geral.

A análise presente no capítulo II está direcionada a uma nova fase na produção pecuária, desde meados dos anos sessenta, impulsionada em grande medida pela intervenção do Estado na agropecuária, particularmente através da política de créditos subsidiados a juros negativos que permitem investimentos e novas práticas mais avançadas na produção e na comercialização, que finalmente se refletem em mudanças expressivas na dinâmica evolutiva do efetivo bovino na Paraíba e na região Nordeste no contexto da produção nacional. Esta análise se realiza também a nível da produção pecuária nas microrregiões e municípios da sub-região do agreste dando uma visão da pecuarização na bacia em estudo nas duas últimas décadas e seus reflexos nas mudanças da produção e nas relações de trabalho no âmbito rural paraibano.

No capítulo III nos detivemos em apresentar os indicadores que traduzem a importância da bacia leiteira de Campina Grande. Salienta-se a concentração do rebanho leiteiro e da produção de leite nas microrregiões e nos municípios que se apresentam como principais produtores leiteiros na bacia em análise. Tenta-se também observar o processo de concentração de terra como uma expressão da situação diferencial encontrada em termos de poder econômico e político.

Na análise que se encontra no capítulo IV, tenta-se visualizar a organização social da produção leiteira na bacia campinense. Nestes termos, estuda-se a diferenciação social existente no interior do segmento dos produtores leiteiros para em seguida abordar as especificidades da organização produtiva e as condições de produção e reprodução nas unidades produtivas de cada classe de produtores e/ou de suas respectivas frações. Explicita-se, assim, a peculiaridade do processo de produção dos pequenos produtores familiares do ramo da atividade leiteira. De outra parte, não deixamos de lado a abordagem sobre o emprego da mão-de-obra e remunerações salariais presentes, nas fazendas cuja atividade produtiva tem caráter empresarial.

No capítulo V se aborda a evolução recente da produção de leite na Paraíba e nas microrregiões da bacia analisada. Tenta-se explicitar o nível de produtividade do rebanho leiteiro

da área em estudo, considerando os diversos fatores de ordem técnico-econômica e naturais que influenciam na baixa produtividade da pecuária leiteira.

Na análise do capítulo VI se resgata a rede de comercialização e beneficiamento do leite produzido na bacia leiteira de Campina Grande. Tenta-se desvendar a forma de articulação dos diferentes produtores de leite com a indústria urbana de laticínios. Igualmente se estuda o beneficiamento do leite na indústria artesanal rural de laticínios. Aborda-se também o comportamento da própria indústria de laticínios com os intermediários que mediatizam o abastecimento à indústria do leite produzido, fundamentalmente, pelos pequenos produtores. Finalmente se explicita a relação de subordinação indireta do pequeno produtor familiar leiteiro ao capital.

CAPÍTULO I

A PECUÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA: ASPECTOS GERAIS

1.1 BASES E LIMITES HISTÓRICOS À ACUMULAÇÃO NA PECUÁRIA

Desde os primórdios do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, a pecuária no Nordeste surgiu como atividade de importância mesmo que realizada de forma marginal à atividade econômica principal centrada na cana-de-açúcar. Assim, conforme salienta Francisco de Oliveira: "*A pecuária surgiu como uma forma de desenvolvimento marginal da atividade econômica principal. A lei da reprodução era determinada basicamente pelas suas relações com a região açucareira*" (OLIVEIRA, 1977, 39 e 40).

A pecuária além de fornecer alimentos à mão-de-obra dos engenhos, era também uma fonte de energia, pois a força de tração utilizada nos engenhos era principalmente a animal. Os bois eram animais de tiro, puxavam os carros, transportavam a cana do campo para o engenho, supriam de carne a população, inclusive os escravos.

Convém assinalar que a pecuária, na Paraíba, no início da colonização, não existia de forma generalizada nem como uma atividade desvinculada fisicamente do domínio fundiário canavieiro. Os poucos currais limitavam-se às margens dos rios Paraíba do Norte e do Mamanguape, quando não eram simples segmentos ou dependências dos engenhos, no interior dos domínios fundiários açucareiros. Assim, desde o início da colonização até o processo de ocupação do interior, as fazendas mais afastadas distavam no máximo uma dezena de léguas do litoral. (Irineu Joffily, *Notas sobre a História da Paraíba*, 1976: 193)

Apesar de subsidiária e dependente da economia litorânea, a pecuária, na Paraíba, se estabeleceu como atividade fisicamente isolada, e dentro da modalidade de produção que lhe foi peculiar.

Com a necessidade de expansão da pecuária para o interior, as Sesmarias¹⁰ passaram a gerar no Nordeste uma nova forma de domínio fundiário baseado na fazenda. Esta necessidade surge como uma decorrência da dificuldade de expandir a criação ao lado da economia monocultora da cana-de-açúcar, configurando-se, assim, um quadro em que a especialização no uso da terra para pecuária e lavoura dar-se em decorrência dos conflitos de interesses dos criadores e lavradores e da intervenção do Estado como mediador. Como ressalta Alberto P. Guimarães "... *uma carta régia do alvorecer do século XVIII fixou a área de criação a mais de 10 léguas da costa...*" (GUIMARÃES, op. cit: 67)

Esta ocupação com a criação ao longo dos rios recebia a denominação de ribeiras¹¹, ficando os fundos dos pastos - os terrenos mais afastados da fazenda - dedicados a uma criação ultra extensiva, praticamente sem auxílio do homem.

Ao passo que a atividade da monocultura dominava a área litorânea do Paraíba, os espaços dos sertões e a área de transição¹² entre o sertão e a faixa monocultura canavieira era ocupada predominantemente com a atividade do criatório, sendo determinada por um processo de expansão das ribeiras. Conforme ressalta Joffly:

¹⁰As Sesmarias eram regiões incultas e despovoadas que os reis de Portugal, ou os Governantes das Capitâneas, concediam as pessoas de merecimento e serviços, quer para nela tratarem de agricultura, quer para situarem os seus gados "... Os títulos eram doados aos homens de merecimento e valor, beneficiados pela isenção de impostos, exceto o dízimo " In: SEIXAS, Wilson. O Sesmarialismo na Paraíba, Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, João Pessoa, 1970 p.30.

¹¹Por área de transição define-se a mesoregião do Agreste Paraibano a qual é formada por unidades menores - micro-regiões com características específicas no tocante às condições naturais.

¹²Este não é um processo autônomo, ele é determinado pelo Estado como agente mediador dos conflitos de interesses das classes sociais.

" *As principais ribeiras existentes no sertão da Paraíba, nos fins do século XVIII, eram a ribeira do Cariri, Piancó, Piranhas, Sabogy, Patu, Rio do Peixe, Seridó e Espinharas. Estas ribeiras ocupavam uma vasta área e abrangiam muitas vezes mais de centenas de fazendas: a ribeira do Piranhas, sessenta e quatro fazendas; a ribeira do Espinhara cinquenta e nove; a ribeira do Sabogy, setenta e oito; a ribeira do Patu, cento e vinte e sete; e a ribeira do Peixe, cinquenta e cinco fazendas. As freguesias de Campina Grande, Cariris de fora da Senhora dos Milagres e a de Taipu da Senhora dos Anjos já apresentavam nesta data, respectivamente, quarenta e sete, oitenta e sete e noventa e nove fazendas.* " (JOFFILY, op. cit, 318 - 20)

Assim, a forma como se deu a produção do espaço no estado paraibano, e por que não dizer na quase totalidade dos estados nordestinos tem sua gênese num processo de transformação dos antigos currais vinculados ao domínio fundiário canavieiro que se metamorfosearam em fazendas de criação, as quais sob o impulso da divisão social do trabalho, do fracionamento familiar¹³ e da força-de-trabalho indígena¹⁴ foram se multiplicando e determinando, portanto, a divisão espacial das atividades de uso do solo, na faixa oriental - zona da mata - uma economia monocultora voltada basicamente para o mercado extra - regional; na região dos sertões e área de transição uma atividade econômica centrada na combinação pecuária - lavoura de subsistência, constituindo, dessa forma, o arcabouço da atual organização deste espaço.

O surgimento da criação de gado e também da lavoura de subsistência, para atender a zona da mata não seriam possíveis mantendo como se mantiveram, as relações escravistas de produção,

¹³A grande propriedade foi sendo fracionada desde o primeiro século da colonização através da sucessão hereditária, quando as sesmarias foram desmembradas em numerosas fazendas e engenhos, conforme o número de herdeiros do proprietário.

¹⁴O índio, espoliado de suas terras, supriam em parte a mão de obra usada na pecuária. Vale ler o capítulo: A Divisão do trabalho no Brasil. In: Regionalismo Nordeste de Rosa Maria Godoy Silveira. pag. 70 - 95

se não fossem sustentados por aqueles emigrantes que refletiam a compressão provocada pela expansão do mercantilismo europeu. Este argumento se coaduna com uma proposição de C. Furtado " *e foi a separação das duas atividades econômicas - a açucareira e a criatória - que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente. A criação do gado era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira* " (FURTADO Formação Econômica do Brasil, 1967. p. 57).

As bases materiais da expansão da pecuária, no plano interno cujo traço central reside na metamorfose dos currais em fazendas que se adentravam para o interior podem ser traduzidas por vários fatores que favoreceram e garantiram a viabilidade da atividade criatória. Ao se referir a esta idéia, Caio Prado Junior salienta alguns fatores que motivam a expansão das fazendas: " *contribuiu ainda para a multiplicação das fazendas o sistema de pagar ao vaqueiro que é quem dirige os estabelecimentos, com 1/4 das crias ;o pagamento que só se efetua decorridos cinco anos acumuladas as quotas de todos eles. O vaqueiro recebe assim de uma só vez um grande número de cabeças, que botam para ir-se estabelecer por conta própria. Fã-lo em terras que adquire, ou mais comumente arrendando-as dos grandes senhores de sesmarias do sertão.* " (PRADO Jr. Formação do Brasil Contemporâneo, 1967, p. 186)

A atividade criatória nas fazendas exigia apenas um reduzido investimento, encontrando ampla disponibilidade de terras no interior do país - fora do locus da produção açucareira - e demandando pouca mão-de-obra.

Em síntese a ocupação era extensiva e muitas vezes intinerante. Na época do verão, deslocava-se o gado para margens ribeirinhas ou para as serras, em busca de lugares mais frescos, de pastagens e água abundantes, consolidando -se assim a colonização do Sertão e Agreste.

A atividade criatória " *se desenvolveu sob o caráter extensivo e, distanciada assim dos mercados, sua produtividade era baixa, sua acumulação se fazendo basicamente em espécie e em*

mais terras " (SILVEIRA op. cit: 74). Todavia as fazendas de criação logo tomaram feições próprias, orientadas ora para os centros mincradores, ora para exportação de couro. Sob a influência da dinâmica da produção para exportação, a criação de gado, embora destinada ao mercado interno, era também orientada por aquela atividade.

Francisco de Oliveira põe em discussão o fato da pecuária ter-se constituído tanto para a região como para toda a colônia uma 'economia' na extensão da palavra. Este autor defende a proposição de que "... *essa 'economia' pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da colônia* " (OLIVEIRA, 1977: 39). Deve-se, portanto, considerar não só a dependência desta " economia " à economia dominante, bem como as relações que se processavam entre essas duas atividades.

Irineu Joffily, em suas crônicas de viagem pelo sertão bruto, em fins do século passado, pela estrada do Espinharas para o sertão além Borborema, descreveu, a relação desigual que se dava ao nível das trocas entre o açúcar e a pecuária: "... *Naqueles descampados sem fim, iriam encontrar as boiadas que se deslocavam a passo lerdo, arrastados pelos dolentes aboios dos vaqueiros tangerinos. Às vezes um gadinho mastigado, mirrado, procurando melhores pastos. Às vezes grandalhões ossudos, musculosos de chifres enormes, que vinham dos bons pastos do Piauí, viajando durante meses, até a grande feira de Campina Grande que, já na época, reunia quinhentos cabeças de gado, batendo chifres nos currais, até serem vendidos, para corte na capital da Paraíba* " (JOFFILY, op. cit; 13).

Da descrição, feita por Joffily, apreende-se que as fazendas de criação, enquanto unidades produtoras, mantinham articulação com os centros litorâneos, ocorrendo, contudo, uma precariedade no processo de acumulação de capital, uma vez que a apropriação do valor gerado na atividade criatória era realizada, numa primeira fase, em centros intermediários, denominadas "feiras de gado". Nestas feiras o gado era adquirido por um preço aviltado levando em conta as condições do gado que chegavam àqueles centros após quilométricas viagens. Em seguida, este

gado era enviado aos centros litorâneos -mercado que canalizava o fluxo do setor pecuário onde o capital comercial realizava sua barganha vantajosa. (JOFFILY op cit:145).

O nível muito baixo e a forma não criteriosa da atribuição do valor do gado se constata quando se compara o valor atribuído, na época, a arroba do algodão e a arroba do gado. "*O algodão era vendido nos armazéns dos representantes de firmas inglesas, em fardos de quinze quilos, variando o preço de cinco mil réis a seis mil réis o fardo, enquanto o gado era vendido à base de quatro mil réis a arroba*" (JOFFILY, op cit:29)

Pelo nível do valor que se atribuía aos produtos que tinha como destino o mercado interno, percebe-se que a desvalorização da produção a nível do produtor, com fins de abastecer o mercado interno é uma característica que vem marcando a economia brasileira desde tempos remotos.

O criatório nordestino, experimentou um período de euforia com a grande demanda de couro pelo exterior. Não obstante, considerando-se a demanda e os preços mais compensatórios, esta atividade não desencadeou um processo de acumulação para a província da Paraíba, levando-se em conta o fato de que até fins do século XVIII, esta província não tinha curtumes e todo couro ia para o Recife, de onde seria exportado¹⁵ para o exterior. (JOFFILY, op. cit:29).

Sendo assim, a província da Paraíba, não apenas perdia como periferia do Recife, na esfera da comercialização, como não detinha até então o processo produtivo de beneficiamento do couro, o qual incorporava mais valor à mercadoria

Esta euforia do couro, que marcou a verdadeira civilização do couro¹⁶, no Nordeste, ocorreu não obstante a concorrência das capitânicas sulistas. Posteriormente, o Nordeste perderia sua

¹⁵A renda total constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros não excederia 5% do valor da exportação do açúcar. (FURTADO, 1967: 63)

¹⁶O couro além de exportado era praticamente utilizado como matéria-prima para tudo, devido a ser muito caro o que não fosse produzido localmente. Manuel Correia de Andrade citando Capistrano de Abreu comenta sobre a civilização do couro: " De couro era a porta das cabanas; rude leito aplicado ao chão e mais tarde a cama para os

posição hegemônica, nesta atividade, para o sul, que no século XIX, sobretudo, no seu final, constituía a atividade do couro a maior parte das exportações das capitâneas sulistas.

No que se refere à carne de charque, ou à carne seca ou a carne-do-ceará, como é comumente conhecida no Nordeste, por ter sido esta região em princípio grande fornecedora deste subproduto, foi de fundamental importância na Região, pelo menos até os últimos anos do século XVIII para a "economia" do criatório, considerando que esse produto tinha um mercado assegurado, pelos estratos de baixa renda dos núcleos litorâneos e para a população escrava de engenhos.

O processamento da carne seca surge como uma forma de minorar o problema de transporte e reduzir a perda de proteínas, como ocorria quando o gado era removido a pé. (PRADO JÚNIOR, op. cit; 195-196)

Nos fins do século XIX, em função da concorrência da carne de charque rio-grandense, o Nordeste perde a primeira posição como abastecedor de carne seca para o país. *"Esta atividade de exportação que deveria ter contribuído para uma certa acumulação na atividade do criatório, para o Nordeste foi precocemente destruída pela concorrência da produção das capitâneas do sul"*. (JOFFILY, op cit:216)

A concorrência à produção pecuarista nordestina se fazia, não só pelos estados sulinos, como inclusive pelas importações externas. Em virtude desse problema, a Paraíba teve sua "economia" pecuarista prejudicada pelas importações de gado, proveniente do estrangeiro.

guardar a roupa,(...),as bainhas das facas,as brocas e os suíões,a roupa de montar no mato,os banguês para curtumes ou para aparilhar sal;para os açudes o material de aterro era levado em couros por junta de bois que calcavam a terra com o seu peso;em couro pisava-se tabaco para nariz " (Manuel Correia de Andrade A Terra e o Homem no Nordeste,1986 : 150 - 151).

A atividade na hinterlândia nordestina caracterizou-se portanto, por ser uma economia pobre, fato visível pelas próprias rudimentares instalações das sedes das fazendas¹⁷, descritas por vários historiadores. Esta "economia" não esteve baseada nos padrões de reprodução da economia escravocrata-açucareira, fato que pode ser explicado pelo elevado custo da mão-de-obra africana; pela extensividade, considerando que esta atividade requeria poucos cuidados e reduzida mão-de-obra para a sua manutenção, o que possibilitou a utilização de trabalhadores livres e, indígenas mansos, compensando o uso da mão-de-obra africana. Era uma atividade sem os "olhos do dono", caracterizando-se pelo absentismo, ficando a mesma, sob a administração de prepostos. " *A fazenda era quase sempre administrada por um vaqueiro que zelava para que o gado não se extraviasse e não fosse dizimado pelas epizootias. O proprietário vivia geralmente na cidade ou em engenhos da mata*" (ANDRADE, 1986:121). Os custos de produção eram bastantes reduzidos considerando-se o baixo valor da terra, que por vasto tempo, não era sequer apropriada, havendo pastos em comum a várias fazendas nos espaços livres dos grandes domínios fundiários; considerando-se a alimentação do gado, os pastos naturais, as culturas de subsistência produzidas nos domínios da fazenda pelos agregados ou parceiros, cuja obrigação pelo uso da terra era deixar os restolhos da cultura; ou a utilização das cactáceas regionais nos períodos de maior intensidade das estiagens; considerando-se, ainda, que a mercadoria -gado era auto-transportável para o abastecimento dos centros litorâneos.

É bom frisar que os reduzidos custos de produção na atividade, por mais que, ao nível das aparências, justificassem uma certa acumulação na "economia" pecuarista, na realidade, concorriam para que o produtor não valorizasse a mercadoria produzida, requerendo baixos preços

¹⁷A instalações das sedes de fazenda eram de grande pobreza se comparadas com as instalações dos engenhos na região da Mata, quando o propprietário nela residia, a casa era coberta de telhas. Ao seu lado ficavam as casas dos vaqueiros e agregados, quase sempre cobertas de palha, os currais de pau - a - pique, e em frente ficava o pátio, isto é, um campo amplo(...) onde se concentrava as reses trazidas para currais" (ANDRADE op.cit : 123).

pois seus lucros eram revertidos para os pólos intermediários litorâneos, através da troca desigual que se processava com estes centros, concorrendo para a não acumulação nesta periferia.

A atividade pecuarista era, caracteristicamente, não monetarizada. As relações de trabalho aí, se processavam sob formas "pré-capitalistas", baseadas no trabalho "servil" do morador, na parceria e no arrendamento. O próprio vaqueiro responsável pela fazenda, tinha o seu trabalho remunerado em mercadoria-gado, correspondente a um quarto da produção da fazenda, forma de pagamento que tendia a extinção, considerando o aumento crescente do valor desta mercadoria e o processo de monetarização das trocas., liquidavam-se total ou parcialmente as bases de um "negocio" em crescimento, tendo-se que iniciar todo um novo processo de atividade

Não podemos omitir ou subestimar a importância da seca como fator de desativação do criatório nordestino. Sobre o tormento das secas na Paraíba, Joffily citando o Senador Pompeu, que testemunhou as desastrosas consequências das secas que se sequenciaram em 1790,1791, 1792,1793, descreve: "*Um terço de toda a população da capitania pereceu vítima da seca (...)* As fazendas ficaram desertas, por terem morrido o gado e emigrado, se não morrido também, os vaqueiros e donos (...) nas estradas, pousadas e mesmo em casas, encontravam-se tropas de pessoas, homens, mulheres e crianças mortas ou moribundas, arrastando-se exangues pela fome e pelos morcegos..." (JOFFILY, op cit. 173).

O resgate da citação, supra não intenciona argumentar favoravelmente a um determinismo geográfico. Revelam-se dentro do processo histórico fatores extra-regionais, a exemplo do surgimento de outras áreas abastecedoras de gado como fundamental para explicar o declínio do Nordeste com relação a importância desta atividade para a colônia. Todavia, o fenômeno das secas pesam consideravelmente na precariedade desta "economia" do criatório.

A perda efetiva da importância da carne de charque nordestina coincide com estas grandes secas do sertão. De outra parte, nas fases de " *bons invernos* " a criação expandia-se a ritmo acelerado (Joffily, op cit:174)

Portanto, a atividade pecuarista na Paraíba, não se constituiu uma " economia " capaz de desencadear um processo de acumulação internamente, pelo que foi analisado concernente às suas vinculações com os pólos econômicos da colônia, não apresentando uma expressão dos seus subprodutos.

1.2. A Distribuição Espacial da Pecuária

A criação de gado bovino no Brasil remonta a época da colonização como uma atividade que, em princípio, surgiu para atender às necessidades da economia de exportação que se desenvolvia no litoral nordestino. Nos primeiros tempos de sua expansão pelo país, a atividade do criatório se concentrou em dois núcleos básicos como o semi-árido do Nordeste e na região Sul do Brasil. Atualmente, como setor que foi amplamente beneficiado pelos créditos e incentivos fiscais voltados a modernização da agropecuária, a atividade da pecuária se encontra difundida em todas as regiões do país, constituindo um rebanho bovino de 147,102 milhões de cabeças (IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992), o que assegura ao Brasil o segundo lugar com relação ao rebanho bovino mundial.

Na região Nordeste, a pecuária constituiu-se uma atividade predominante em extensas áreas, tendo sido responsável pela ocupação do interior semi-árido. Nas condições em que foi introduzida, a pecuária com seu caráter extensivo e achando-se sujeita às limitações impostas pelo clima, imensas áreas foram necessárias a obtenção de uma produção suficiente para atender ao consumo das áreas litorâneas. Os dados oficiais mais recentes, indicam para o Nordeste um rebanho de 26,190 milhões de cabeças (IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1992), competindo a

essa região a terceira posição em relação ao rebanho bovino total do Brasil. A pecuária nordestina, ainda hoje, representa um importante papel na utilização da terra e na composição da renda regional, em que pese o desgaste que sofreu essa atividade com os recentes períodos de estiagens.

➤ O caráter de ocupação do litoral paraibano foi o mesmo que predominou em toda a fachada oriental nordestina, baseado na atividade açucareira orientada ao mercado externo. Mas, na Paraíba, a cultura principal da cana-de-açúcar também permitiu o desenvolvimento da criação como um setor dependente e com características distintas da economia de exportação. Entretanto, ao se estender pelo interior, o criatório se difundiu rapidamente povoando a área do semi-árido paraibano. Esse estado apresenta no ano de 1989 um rebanho bovino de 1.458.609 (um milhão quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentas e nove) cabeças, respondendo por 5,6% do rebanho bovino regional.

Inegavelmente, o processo de ocupação da Paraíba, assim como em todo o Nordeste, foi bastante influenciado pelas condições ambientais da região. Essas condições associadas a evolução histórica posterior, individualizaram três grandes unidades espaciais ou sub-regiões: o litoral ou zona da mata, o agreste e o sertão.

Na zona da mata, a existência do clima quente e úmido, e uma estação chuvosa bem definida, além das terras mais férteis, mais úmidas e bem localizadas ao alcance do mercado externo, são condições que, desde a etapa da colonização, propiciam o cultivo da cana-de-açúcar. Encontram-se nessa sub-região outros produtos agrícolas como o abacaxi e a mandioca. Sendo assim, a zona da mata paraibana é uma área onde o rebanho bovino apresenta pouca expressão, sendo constituído por apenas 58.638 cabeças, em 1989, o que corresponde a 4% do rebanho estadual.

A sub-região do agreste, apresentando uma área equivalente à ocupada pela zona da mata, foi tardiamente povoada, embora ocupando uma posição privilegiada em relação ao estado, além

de possuir favoráveis condições climáticas e de pastagens. Contudo só a área que compõe a microrregião da depressão periférica, (pluviosidade inferior a do litoral, com tipos botânicos que variam entre herbáceos e arbóreos) situada no sopé da serra, foi ocupada por criadores antes da guerra holandesa.

No agreste paraibano, o maior favorecimento em condições e recursos naturais do conjunto de terras dessa sub-região, condicionou a formação da porção principal da estrutura sócio-econômica do Estado o que se revela tanto nas atividades agropastoris e no adensamento populacional como na vida urbana, representado sobretudo por um aglomerado da dimensão e do dinamismo de Campina Grande.

Com efeito, a diversidade e variedade da constituição dos terrenos, modificados pelos agentes externos e ações atmosféricas, foram condições que contribuíram desde o início para a forma como foi povoado o agreste, inclusive foram fatores determinantes, para a criação da Vila da Rainha que deu origem posteriormente a cidade de Campina Grande, desde os primórdios como centro comercial e distribuidor importante.

Nas zonas agrestinas da Paraíba, o sistema predominante de produção é constituído fundamentalmente pelo binômio gado-policultura, com acentuada predominância da pecuária, sistema que condiciona as estruturas sócio-econômicas (MELO, 1988: 239). Os traços gerais dos sistemas de uso da terra existentes no agreste evidenciam que a diversificação de atividades tem duas dimensões distintas: tanto se exprime na existência de diversas formas de uso de recursos na mesma unidade de espaço, como em combinações agrícolas variáveis de área para área dentro da região.

A estrutura agrária, elemento básico da estrutura econômica rural, é um fator condicionador importante da predominância em âmbito sub - regional, micro-regional ou mesmo local, ora da pecuária, ora das lavouras ou de suas várias combinações. Segundo o critério da proporção da

superfície total ocupada pelas diferentes categorias dimensionais de propriedades, podemos adiantar que encontram-se no agreste, áreas com predominância de grandes propriedades, mas com ocorrência de médias e pequenas, caracterizando a coexistência da grande propriedade agrária com o minifúndio; e áreas com predominância de propriedades pequenas.

A posição intermediária entre a zona da mata e o sertão, condições favoráveis de solo e do clima, além do adensamento populacional que gerou, desde o início quando o excedente da mão-de-obra da zona da mata, nas épocas de depressão da atividade açucareira procurou esta sub-região para plantar alimentos, constituíram elementos favoráveis a transformação do espaço Agrestino numa área abastecedora de produtos alimentares, tornando-se um celeiro de alimentos através do brejo.

Contudo, a sub-região do agreste como área produtora de alimentos, sofreu alterações na organização do seu quadro agrário, principalmente com a expansão da lavoura canavieira especialmente sobre a microrregião do brejo, passando essa lavoura a ocupar áreas que eram dedicadas às culturas alimentares (arroz, feijão, batata doce, frutas, etc). Sobre a sub-região agrestina, em suas regiões mais áridas, se expandiu a cultura agavieira, principalmente a partir dos anos 40. No entanto, desde a década de 1960, essa cultura do agave já se encontrava em processo de retração em decorrência dos preços no mercado internacional.

Num período mais recente (últimos vinte anos), o traço característico das mudanças na economia agrária da sub-região do agreste paraibano, é sem dúvida a expansão da atividade pecuária, principalmente sobre a microrregião do brejo onde as terras dedicadas às culturas alimentares, bem como os espaços utilizados com a lavoura de cana-de-açúcar são transformadas em áreas de pastagens, consolidando o processo de pecuarização na sub-região do agreste paraibano.

Esta sub-região se apresenta como o segundo maior espaço de concentração da pecuária bovina na Paraíba, possuindo um rebanho de 482.249 cabeças, respondendo assim por 33% da pecuária bovina desse Estado. (IBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1990)

A sub-região do sertão situa-se após o planalto da borborema, em direção a oeste. É a mais vasta região da Paraíba, representando, a metade central desse Estado. É uma região que apresenta clima quente e seco e, baixa e irregular pluviosidade.

A ocupação e povoamento dessa sub-região baseou-se na pecuária e posterior e concomitantemente no algodão.

Como zona criadora, a caatinga sertaneja oferece as condições de subsistência para os rebanhos pouco exigentes e de grande resistência às condições adversas dessa região. Ainda hoje, predomina o sistema de criação extensiva, apesar da existência de plantações de capim feitas nas vazantes dos rios e açudes com a finalidade de alimentar o gado nos períodos mais secos. (Andrade, 1973: 199)

A agricultura, na região sertaneja da Paraíba desenvolveu-se, subordinada ao ramo produtivo original, isto é, a pecuária. Os terrenos de várzeas e baixios que constituem uma pequena percentagem da superfície total, são utilizados para a plantação de milho, feijão, batata doce, fava e mandioca.

Como uma região que foi povoada a partir da atividade criatória, o sertão da Paraíba ocupa, hoje, a primeira posição como espaço de maior concentração do criatório bovino cujo rebanho é de 917.722 cabeças, equivalente a 63% do efetivo bovino paraibano. (IBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1989)

Sem dúvida, podemos afirmar que a pecuária representa um dos maiores sustentáculos da economia da região sertaneja paraibana. Por outro lado, é preciso assinalar que na história da expansão da atividade do criatório, um dos traços mais relevantes foi o desenvolvimento dessa

atividade ao lado da cultura algodoeira, gerando no espaço sertanejo um sistema econômico produtivo baseado na combinação gado-algodão.

1.3 O Sistema Gado-Algodão

A expansão da atividade algodoeira no Nordeste associada a pecuária, vai reformular o quadro da economia do interior nordestino, tendo que considerar que essa nova atividade, ao contrário do criatório, não é "uma forma de desdobramento marginal da atividade econômica principal" (OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Religião*, p.40) mas uma economia voltada para a exportação contando com um mercado em acelerada ascensão, sobretudo em decorrência, da revolução industrial na Europa, e principalmente da evolução da indústria têxtil na Inglaterra.

Conforme assinala Manuel Correia de Andrade, este produto se adapta a combinação gado-algodão; sem se incompatibilizar com a expansão da primeira atividade. O algodão representaria, dessa forma um novo produto de arração do gado, o qual se alimentava dos restos nos algodoeiros ou de forma indireta através da utilização da torta da semente de algodão, importante ração que ainda tem relevante participação¹⁸ como alimento para o criatório na região. Por outro lado, o algodão também não se incompatibilizava com a agricultura de produtos de subsistência¹⁹ considerando que culturas como o milho, feijão, e outros poderiam ser intercaladas entre as fileiras

¹⁸ Segundo informações colhidas quando da realização do trabalho de campo a torta de algodão figura como o alimento de origem urbana, de maior utilização nas épocas de seca.

¹⁹ "... A exploração do algodão é a cultura que fez a articulação entre a exploração pecuária e a produção de alimentos, na sua maioria dirigida para a subsistência do trabalhador. Essa a razão por que a cultura do algodão é explorada igualmente, por grandes médios, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra ..." SAMPAIO, Yony (organizador). *Nordeste Rural: A transição para o capitalismo* 1987, p.148)

dos algodoads servindo também os seus restolhos para a alimentação do gado. (ANDRADE, 1979: 49-50)

A importância que o algodão assume, na Paraíba, é posterior ao século XIX. Antes do início deste século, este produto não apresentava perspectiva de se transformar numa economia, com base em grande escala de produção e uma demanda externa. Entretanto, por volta de 1816, o algodão paraibano já concorria com os espaços da cana-de-açúcar nos distritos de Taipu e Pilar, sendo que a produção algodoeira tornara-se mais lucrativa na medida em que esta cultura permitia o consórcio com o milho e o feijão. (CELSO MARIZ, op. cit.: p 23)

O crescimento do algodão na Paraíba baseado no incremento da demanda eleva o valor das exportações do algodão, chegando a superar o valor das exportações do açúcar paraibano, em mais de 40%. Como esclarece Mariz já em 1855, enquanto o valor oficial do algodão exportado foi de 700 contos ao passo que o do açúcar foi de 513 contos (MARIZ, op. cit.: p26) . É importante ressaltar que a estatística da exportação não representa a da produção e por isso o valor das exportações do algodão pode estar bastante subestimado, considerando-se, que havia a prática do contrabando do algodão para o vizinho Estado de Pernambuco.

O volume do algodão exportado flutuava, ora face às crises decorrentes das secas, com graves consequências nesta economia, ora face a demanda externa.

Ao contrário da atividade do criatório, a economia do algodão esteve inclusive baseada no trabalho escravo²⁰ em algumas fazendas mais prósperas, indicando-se uma mudança nos padrões

²⁰O Historiador Irineu Joffily, registra em suas crônicas, as condições dos fazendeiros de algodão, no que tange a aquisição de escravos. Nos fins do século XIX, quando os preços de escravos estavam bastante elevados, em decorrência da escassez Campina Grande contava com cerca de 1.206 escravos e escravas. Por volta de 1855, o Estado da Paraíba contava com 19 mil 778 escravos, e não eram estes predominantemente a serviço da economia açucareira, mas a serviço dos algodoads. É o que se pode concluir considerando - se que os municípios que possuíam maior número de escravos eram São João do Cariri, a Capital, Mamanguape, Itabaiana, incluindo Pilar, Ingá, Piancó e Pombal. (JOFFILY, op. cit. p. 29 - 31)

de reprodução da economia, em decorrência do maior poder de acumulação desta nova atividade, em relação a primeira.

As mudanças ocorridas com a expansão da contonicultura foram mais intensas no Agreste sobre a estrutura urbana existente. Em face da expansão desta cultura, desenvolveram-se centros urbanos com uma intensa atividade comercial, condicionada pelo sistema de transporte sobretudo o ferroviário beneficiando principalmente, a cidade de Campina Grande²¹.

Esta nova atividade Agrícola - o algodão - reformulou o espaço sertanejo, estabelecendo um novo sistema²² baseado na combinação gado-algodão.

O algodoeiro e a pecuária são as atividades básicas do sistema porque proporcionam uma renda monetária para os produtores. O cultivo da lavoura algodoeira, face ao risco da sua exploração, devido às secas a que está sujeita a região do semi-árido, é viabilizado pela exploração da pecuária bovina. Esta, desenvolvida de forma extensiva é poupadora de mão-de-obra. E a pecuária bovina é, ao mesmo tempo, viabilizada pelo cultivo do algodoeiro que, sendo colhido no período mais seco do ano, tem sua ramagem utilizada como alimento para o gado, que é posto a pastar por dois ou três meses na área em que foi plantada a cultura do algodão. Esta vantagem

²¹"Em 1907, os trilhos chegaram a Campina Grande e com ele um vigor novo a aglomeração, traduzido no reativamento da função comercial. Crescendo o comércio passou ele a projetar - se em áreas mais amplas. Cidades mais importantes e, de certa forma, suas rivais até então, como Guarabira, Areia, Alagoa Grande e Itabaiana foram ultrapassadas para o segundo plano. O ser ponta de trilhos durante vários descênios - de 1907 a 1958 - acentuou o desenvolvimento do organismo urbano e sua conseqüente projeção dentro da região, ampliando a sua área de influência". In : CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Campina Grande e sua função como capital regional; Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. 25 (4) out/dez. 1963, p. 33.

²²O conceito de sistema aqui adotado, refere-se a uma determinada forma de organização social da produção e é definido em relação a forma de uso da terra, de composição da produção e das relações de trabalho na produção da riqueza material.

serve de incentivo aos grandes proprietários da região, criadores de gado, e estimula o plantio do algodoeiro em parceria. (ANDRADE, 1980)

Não obstante a importância que teve a cultura do algodão na economia paraibana, a partir da década de 1980 a lavoura algodoeira vem declinando sensivelmente. O declínio tem-se evidenciado não só em relação a área plantada, como também na produção e no rendimento médio que vem caindo visivelmente em relação a 1973/74. Observa-se na tabela I que a produção e o rendimento médio atingem um mínimo em 1982/83, último ano da seca de 1979/83, obtendo uma pequena inversão nos dois anos seguintes, voltando a cair a partir de 1985/86, desde então sob o impacto da propagação do "bicudo" do algodoeiro.

Tabela I

Nordeste: Área, produção e Rendimento Médio do Algodão Arbóreo em Caroço, no Período de 1973 a 1987

Ano Agrícola	Área (1.000 ha)	Produção em Caroço (1000 Toneladas)	Rendimento Médio (Kg/ha)
1973/74	2.118,72	450,22	217
1974/75	2.329,50	418,07	179
1975/76	2.343,40	357,30	152
1976/77	2.562,19	435,24	169
1977/78	2.479,92	461,75	186
1978/79	2.359,95	281,10	119
1979/80	2.346,03	236,53	100
1980/81	2.114,36	186,09	89
1981/82	1.975,92	233,32	118
1982/83	1.579,26	77,30	48
1983/84	1440,68	270,59	187
1984/85	1.337,62	188,40	140
1985/86	1.163,88	85,60	73
1986/87	680,54	63,95	93

Fonte : IBGE. Elaborado pelo Banco de Dados do Setor de Economia do CNPA

A situação de quase abandono a que se tem relegado, nos últimos anos, a lavoura algodoeira na Paraíba fica patente nos dados da pesquisa empírica. Em apenas duas fazendas, constatamos a existência dessa lavoura. Por outro lado, vale acrescentar que 81% dos entrevistados afirmam já terem cultivado o algodão anteriormente, sendo as áreas antes dedicadas ao algodoeiro, agora destinadas a cercados, ou ocupadas com palma forrageira. Desta forma, as áreas de algodão foram utilizadas intensamente com o gado ou transformadas, até então, em áreas de pastagens.

CAPÍTULO II

A DINAMIZAÇÃO DA PECUÁRIA FACE A INTERVENÇÃO ESTATAL

2.1 A DINÂMICA DA EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO NA PARAÍBA: 1965 - 1990

A partir de meados da década de 1960, surge uma nova fase dentro do processo de desenvolvimento do Nordeste, marcada basicamente pela intervenção do Estado na agropecuária, visando a modernização desse setor.

O sistema criatório da pecuária bovina durante longo período foi ultra-extensivo e rudimentar. A pecuária ultra-extensiva praticada em quase todo o interior nordestino até os anos cinqüenta adotava o manejo de "solto", isto é, o gado vivia solto nos campos, havendo anualmente a "vaquejada" - reunião e ferra dos bezerros, trabalho dos vaqueiros "campeadores". Muito freqüentemente o gado andava grandes distâncias devido a impossibilidade de se manter o gado nos "ariscos" - terras mais secas -, o que exigia uma invernada nas serras. Este manejo, contudo, não permitia o controle do rebanho, desde o uso de reprodutores melhorados, controle de procriação até o uso de vacinações etc. Os pastos plantados limitavam-se a pequenos cercados para o gado de leite ou recuperação dos mais fracos. Em consequência, o pé-duro local era leve, de crescimento retardado, de pouca produção leiteira, baixa fertilidade, porém aclimatado às duras condições edafo-climáticas do semi-árido. A elevada mortalidade e as "perdas" nos campos e nas viagens reduzia fortemente os rebanhos. (SAMPAIO, 1987:258).

Os equipamentos utilizados eram praticamente o curral de madeira (que servia inclusive para encerrar os bezerros até certa idade, para poder usufruir do leite das vacas), a marca do ferro, a roupa de couro do vaqueiro e sua montaria.

Com a prática dos cercados, o gado poderia receber um tratamento mais adequado, como também somando-se à compra de reprodutores de melhor qualidade, de zebus como os nelore, guzerat, indu-brasil, gir ou de raça holandesa nas áreas produtoras de leite. Tem-se assim uma preocupação com a seleção do rebanho, visando-se evitar a degeneração da raça através da

melhoria em termos não só de características raciais propriamente ditas, mas principalmente de tamanho, peso, maciez da carne, procriação e produção leiteira.

Sobre as principais inovações ocorridas no sistema de criação da pecuária bovina Yony Sampaio se expressa: "com o cercamento das terras é possível assegurar e isolar os efeitos das inovações sobre o rebanho. Pastos plantados serão utilizados com exclusividade. Há maior facilidade no manejo para a introdução do uso de rações, sal, vacinações e cuidados veterinários gerais. Deve-se esperar uma diminuição da mortalidade e desaparecimentos, e uma¹ elevação do peso da carcaça, da procriação e da produção leiteira unitária" (SAMPAIO, 1987:258)

Muito contribuíram para essas mudanças os subsídios e a política de crédito agrícola, implantada a partir de meados dos anos 60 visando a modernização da pecuária²³. O crédito de investimento, aí incluía a implantação de cercas, e o barateamento do arame²⁴ produzido no país. O incentivo a feiras de gado; a compra de reprodutores e matrizes e o contato incrementado com a construção de rodovias entre fazendas dos Estados nordestinos. Também importante foram os movimentos de preços de carne e derivados para os mercados urbanos, em rápida expansão, e eventualmente até para exportação. Em suma, houve estímulos de preços, incentivos de custos e crédito disponível para os investimentos principalmente no decurso da década de 1970.

²³ Trataremos das políticas de crédito, que impulsionaram a atividade pecuária mais adiante, ainda neste capítulo.

²⁴ " As cercas de arame farpado só surgiram após os financiamentos bancários - em torno de 1950, surgiu o Banco do Brasil em Cajazeiras, mas só havia ele -, antes eram de varas ou de pedras. A cerca de varas não existe mais, mas era cerca boa, tendo sido utilizada durante muitos e muitos anos. Não há mais varas na região, como existiam antes (material adequado); hoje só há jurema que não dá vara. As cercas de pedra evitam, inclusive, a entrada da ' miunça' (porcos e bodes), nas de arame farpado, precisa - se de 8 a 9 arames, mas a pedra tornou - se difícil e não é fácil extrai - la do sub - solo, sai muito caro ..."(Depoimento de um fazendeiro e chefe político do Sertão Paraibano, citado por Citana Lira, 1983 : 53)

Do ponto de vista social, esta nova modalidade implementada no sistema de criação resultou em que, com o cercamento das terras o pequeno criatório foi dificultado" Anteriormente, o simples fato de possuir um quadro de terra dava direito à "solta". Agora, o simples quadro reduz-se de fato a um simples quadro. Socialmente a pecuária e o capim expulsaram o homem. As terras de baixio e várzeas, de agricultura tornaram-se pastagens"(SAMPAIO, op cit:259)

As inovações técnicas ocorridas na atividade pecuária também propiciaram alterações nas relações sociais de trabalho presente, até então, nesta atividade. Vejamos, pois, o que nos diz Manuel Correia de Andrade sobre o tipo de relação de trabalho existente nas fazendas de gado e as modificações destas relações com as inovações tecnológicas.

"A figura central de trabalhador em uma fazenda é o vaqueiro, que cuida do rebanho, administra a propriedade e, na ausência do proprietário, dá ordens aos trabalhadores e agregados. A sua remuneração às vezes é feita pela quarteação, isto é, o vaqueiro recebe um quarto dos bezerros, potros e cabritos nascidos na fazenda, sendo a partilha feita pela sorte, aproveitando um dia em que o proprietário esteja na fazenda. Quando este é mais liberal, conserva essa forma tradicional de pagamento em toda sua plenitude, permitindo que os animais do vaqueiro sejam criados ao lado dos seus, como se fosse da fazenda. Outros, porém, achando que os animais crescem mais com a vista do dono e que ele, ao contrário do vaqueiro, está ausente a maior parte do tempo, temendo que nas ocasiões de seca os seus animais sejam relegados em benefícios dos do empregado, exigem, então, que o vaqueiro lhes venda os animais que a ele couberem, logo após a partilha. Tiram, assim a possibilidade de um dia o vaqueiro vir a ser também fazendeiro, ter um rebanho. Com a introdução de touros da espécie zebu, de origem indiana, melhorando os padrões do gado, e a valorização da carne sempre em ascensão, os fazendeiros estão preferindo abandonar o sistema tradicional e passam a pagar aos vaqueiros um salário semanal que raramente alcança os níveis do salário mínimo". (ANDRADE, 1986:164-165)

A relação entre inovação tecnológica e o fim da quarteação fica ainda mais evidente ao retratar o Agreste:

"O vaqueiro hoje é um simples empregado adaptado ao trato de animais, sabendo laçá-los, fazer curativos de urgência, ordenhar vacas, etc. (...)Aquele costume de pagar ao vaqueiro com um quarto dos bezerros nascidos a "quarta", foi inteiramente abolido no Agreste, desde que o gado da região, raceado com o zebu, o holandês, o Schuwytz, está muito valorizado, o que elevaria consideravelmente o salário do vaqueiro se o pagamento continuasse a ser feito em espécie. Assim, o pagamento em moeda, substituindo a "quarta", de uso ainda freqüente no sertão, onde domina o gado crioulo ou "pê-duro", não representa uma melhoria para o vaqueiro, mas uma inferiorização sobre a remuneração anterior, pois proletariza e impede que, como ocorria no passado, ele tenha oportunidade de tornar-se fazendeiro"(ANDRADE, 1986:139)

Da citação supra, infere-se, portanto, que a proporção em que a pecuária vai se tornando economicamente mais produtiva através das práticas e técnicas avançadas, aumentando a capacidade de lotação (número de cabeça por hectare de pastagem), de produção e engorda de animais, da quantidade de carne e leite ocorrem também transformações nas relações de trabalho intensificando o processo de proletarização na atividade.

Apesar de que pela primeira vez, só na década de 1960 tenha havido uma política orientada à modernização da agropecuária do país, no Nordeste, em termos gerais a modernização da pecuária é lenta esparsa e localizada em poucas unidades produtivas. Contudo mesmo sendo um ramo produtivo que se realiza basicamente em forma extensiva, inegavelmente ocorreram transformações que se expressam tanto na melhoria do manejo do criatório, bem como no discreto crescimento do rebanho bovino regional e paraibano, conforme veremos adiante.

TABELA II

Paraíba: Indicadores da evolução do sistema criatório no âmbito estadual e microrregiões
1970 a 1985

Estado e Microrregião	Lotação por hectare ^(a)	Taxa de desfrute (%) ^(b)	Taxa de natalidade (%) ^(c)	Taxa de vitimados (%) ^(d)
Em 1970:				
Paraíba	0,43	12,0	19,7	4,0
Cariris Velhos	0,23	11,0	19,6	6,0
P. da Borborema	0,75	12,0	18,3	3,0
A. da Borborema	0,57	12,0	20,0	5,0
B. Paraibano	1,09	12,0	18,0	4,0
Em 1975:				
Paraíba	0,56	11,0	22,2	3,6
Cariris Velhos	0,31	9,2	22,3	3,7
P. da Borborema	0,94	14,1	18,0	2,4
A. da Borborema	0,81	11,0	21,7	2,8
B. Paraibano	1,30	12,0	20,3	4,2
Em 1980:				
Paraíba	0,71	17,6	20,0	4,0
Cariris Velhos	0,38	17,4	20,7	4,9
P. da Borborema	1,16	21,8	19,4	4,3
A. da Borborema	0,90	23,2	20,0	5,0
B. Paraibano	2,80	9,1	10,5	3,3
Em 1985:				
Paraíba	0,68	14,0	22,4	3,0
Cariris Velhos	0,38	13,0	24,2	3,0
P. da Borborema	1,22	17,0	19,0	3,0
A. da Borborema	0,93	19,0	21,5	3,0
B. Paraibano	1,55	19,0	18,8	2,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, 1975, 1980 e 1985.

(a) A lotação por hectare corresponde ao número total de cabeças dividida pela área ocupada com pastagem.

(b) A taxa de desfrute equivale ao número de animais vendidos mais abatidos sobre o total de cabeças.

(c) A taxa de natalidade é o número de animais nascidos sobre o número total de cabeças.

(d) A taxa de vitimados é a participação do número de vitimados no número total de cabeças.

Referindo-se de forma geral ao estado da Paraíba, e de modo específico às microrregiões estudadas, os dados da tabela II mostram alguns indicadores da evolução do nível da pecuária no período (1970-85). Mesmo não permitindo maior detalhamento²⁵, os dados censitários de (1970, 1975, 1980 e 1985), indicam mudanças no padrão de manejo da pecuária bovina paraibana e nas microrregiões abordadas.

Nesse sentido, considerando o Estado da Paraíba como um todo, constata-se uma melhoria na capacidade de lotação média por hectare que passa de 0,43 em 1970, para 0,68 em 1985 sendo que entre 1975 e 1980 constata-se o maior incremento da capacidade de lotação no estado e nas microrregiões. A taxa de desfrute evolui significativamente no âmbito estadual e das microrregiões estudadas entre 1975 a 1985. Há uma melhoria na taxa de natalidade que evolui positivamente entre 1970 e 1985, ao passo que se reduz a taxa de vitimados, nesse período. Ante ao recrudescimento da taxa de vitimados entre 1975 e 1980 pode ser atribuído a ocorrência de um período de seca na área estudada e em todo o Nordeste, entre 1979 e 1983 dizimando parte do efetivo bovino.

Ao nível particular de algumas microrregiões em análise, determinados aspectos, vale salientar, com relação aos indicadores apresentados, por exemplo, constata-se uma maior capacidade de lotação no Piemonte da Borborema e Brejo Paraibano, o que está associado as condições agro-ecológicas favoráveis nessas microrregiões, comportando assim um maior número de cabeças por hectare, ao passo que a mais baixa capacidade de locação nos Cariris Velhos resulta das condições naturais dessa microrregião que exige uma maior necessidade de área por cabeça. Isto vem a indicar uma maior extensividade do seu sistema criatório. Pode-se inferir, por outro

²⁵ Uma análise mais detalhada da base técnica de exploração da pecuária bovina paraibana encontra-se no capítulo V desse estudo, quando analisamos os dados da pesquisa de campo relacionados a esse aspecto.

lado, que o melhoramento na capacidade de lotação e na taxa de desfrute entre 1975 e 1980, conforme indicam os dados, traduz que no decorrer da década de setenta houve um melhoramento no manejo na atividade pecuária, sobretudo se considerarmos que na citada década esta atividade obteve significativos estímulos através de créditos subsidiados, conforme abordaremos ainda neste capítulo.

A análise dos dados estatísticos dispostos na tabela III sobre a evolução do efetivo bovino mostra que entre 1970 e 1990 a participação do rebanho bovino do Nordeste no efetivo bovino nacional oscilou entre 21% e 17,7%. Além disso, mesmo com uma participação na pecuária bovina nacional, que girou em torno de 18% de 1975 a 1990, o Nordeste apresenta no início dos anos noventa o terceiro maior rebanho bovino do país com mais de 26 milhões de cabeças.

Por outro lado, conforme indica a tabela IV, houve na região Nordeste um crescimento substantivo do rebanho bovino a partir da década de 60 e que teve seu auge nos anos 70 - 75, quando o rebanho dessa região passou de 13,8 milhões para 18,2 milhões (ver tabela V). A partir de 1975 se inicia uma fase de crescimento decrescente da pecuária bovina, o que também se observa em outras regiões do país, a exceção da região Norte. Analisando-se o período de 1970 a 90, em termos gerais, visualiza-se que o Nordeste tem uma taxa de incremento superior às das regiões Sudeste e Sul, mas inferior às das regiões Norte e Centro-Oeste que são áreas de recente pecuarização.

Sabe-se que uma das principais vocações do semi-árido nordestino é a atividade pecuária, a qual juntamente com a cultura algodoeira propiciou o povoamento daquela zona. Assim a queda das taxas de incremento da pecuária nordestina, a partir de 1975 pode está associada aos períodos de seca ou também ao empobrecimento dessa região.

Tabela III

Brasil: Evolução do Efetivo Bovino-Segundo as Regiões e Participação Relativa Sobre o Efetivo Nacional 1970 - 1990

ANOS	REGIÕES					Participação Relativa (%)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	BRASIL	Norte	Nordeste	Suldeste	Sul	C. Oeste
1970	2.240	13.805	35.771	19.426	20.048	97.864	2,2	20,8	36,5	19,8	20,4
1975	2.097	18.232	34.992	21.421	24.432	100.831	2,1	17,7	34,7	21,2	24,2
1980	3.688	21.876	35.126	24.609	35.598	118.971	3,1	18,3	29,5	20,6	29,9
1985	5.273	23.014	34.620	24.387	41.126	128.422	4,1	17,9	26,9	19,0	32,0
1986	6.095	23.736	35.367	25.083	41.939	132.221	4,6	18,0	26,1	18,4	31,7
1987	6.899	24.008	35.657	25.198	43.962	135.720	5,0	17,7	26,2	18,4	32,4
1988	8.061	24.897	35.802	25.262	45.576	139.599	5,8	17,8	25,6	18,1	32,6
1989	13.148	25.950	36.235	25.405	43.408	144.154	9,1	18,0	25,1	17,6	30,1
1990	13.316	26.190	36.323	25.325	45.945	147.102	9,0	17,8	24,6	17,2	31,2

Fonte : IBGE -- Anuários Estatísticos do Brasil - 1973, 1978, 1982, 1987, 1989, 1990

Por sua vez, a expansão da pecuária na região Centro-Oeste, resulta da divisão inter-regional do trabalho, entre este espaço regional e a região Sudeste, tendo como motor a industrialização desta última. Com efeito, a região Centro-Oeste tem apresentado taxas de crescimento do setor agropecuário muito elevadas. Sobre isto, Francisco de Oliveira, esclarece que "A região Centro-Oeste é evidentemente uma criação do Sudeste e, apenas no que se refere ao seu setor agrícola, pode ser considerada como uma reserva de acumulação primitiva para a expansão do sistema, já que seu setor industrial é inexpressível e cresce como função da renda gerada pelas atividades agropecuárias." (OLIVEIRA, Francisco de. 1977; 74)

TABELA IV

BRASIL: CRESCIMENTO RELATIVO DO EFETIVO BOVINO SEGUNDO AS REGIÕES DO PAÍS: 1970 - 89

REGIÕES → PERÍODOS↓	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
1970/75	-6,3	32,06	-2,1	10,2	21,8	3,0
1975/80	75,8	22,2	0,3	14,8	45,7	18,0
1980/85	42,9	5,2	-1,4	-0,9	15,5	7,9
1985/86	15,6	3,1	2,1	2,8	1,9	2,9
1986/87	13,1	1,1	0,8	0,4	4,8	2,6
1987/88	16,8	3,7	0,4	0,2	3,6	2,8
1988/89	63,1	4,2	1,2	0,5	-4,7	3,2
1989/90	1,3	4,2	1,2	0,5	5,8	2,0

FONTE: IBGE - ANUÁRIOS ESTATÍSTICAS DO BRASIL (VÁRIOS ANOS)

FONTE SECUNDÁRIA: TABELA III

Em relação a evolução da pecuária bovina ao nível das unidades da Federação, cabe ressaltar que os Estados da Paraíba e Bahia entre 1970 e 1975 apresentam os mais expressivos percentuais de crescimento, indicando, assim, em apenas cinco anos um incremento percentual superior a

quase três vezes o crescimento do rebanho bovino havido durante toda a década de 1960, no Estado da Paraíba, e uma taxa de aumento superior a duas vezes o crescimento verificado durante aquela década no caso da Bahia (ver Tabela V).

Com relação ao desempenho do efetivo paraibano registrado nesse período (1970 - 75), admite-se como fator explicativo, por um lado, o fato dos preços mais remuneradores da carne, e tendo como base a atividade agrícola em sua hinterlândia - o algodão e a agave - em processo de retração de seus mercados, a pecuária apresenta-se como uma alternativa de atividade substitutiva destes produtos. De outro lado, esta expansão da pecuária da paraibana foi condicionada pelas facilidades de crédito e incentivos fiscais da SUDENE, oriundos do artigo 34/18 beneficiando os projetos com o objetivo de desenvolver a atividade de pecuária bovina. Estes projetos concentravam a quase totalidade das inversões previstas, nos projetos agropecuários aprovados até Outubro de 1972²⁶. Além disso, a existência de um ano de seca em 1970, causando a dizimação de parte do rebanho, também pode ser admitido como elemento explicativo dos diferentes índices de incremento do efetivo bovino constatado na no período 1960 - 70 e primeiro quinquênio dos anos setenta.

²⁶ SUDENE Projetos Aprovados pela Sudene até out. de 1972; Apud: CARTAXO op cit :85.

Tabela V

Região Nordeste : Efetivo Bovino, participação dos Estados no Efetivo Regional e Taxa de Crescimento Relativo - 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985 (Efetivo Bovino em 1.000 cabeças)

Estados	Anos					(%) Sobre o Efetivo Regional					Taxa de Crescimento Total			
	1960	1970	1975	1980	1985	1960	70	75	80	85	60/70	70/75	75/80	80/85
Piauí	1.136	1.193	1.379	1.555	1.586	9,9	8,7	7,5	7,1	7,0	5,0	15,7	12,8	2,0
Maranhão	1.380	1.465	1.782	2.804	3.230	11,9	10,7	9,7	12,8	14,0	6,2	21,6	57,4	15,2
Ceará	1.354	1.704	1.984	2.353	2.472	11,7	12,4	10,9	10,7	10,7	25,9	16,4	18,6	5,0
Rio G. do Norte	487	603	753	896	907	4,2	4,4	4,1	4,0	3,9	24,6	24,9	19,0	1,2
Paraíba	766	863	1.177	1.318	1.360	6,6	6,3	6,4	6,0	5,9	12,7	36,4	12,0	3,1
Pernambuco	930	1.183	1.511	1.832	1.864	8,1	8,6	8,2	8,3	8,0	27,2	27,7	21,2	1,7
Alagoas	412	480	633	829	747	3,6	3,5	3,4	3,7	3,2	16,5	31,9	30,1	-9,9
Sergipe	495	614	789	995	859	4,3	4,5	4,3	4,5	3,7	24,0	28,5	26,1	-13,6
Bahia	4.595	5.625	8.284	8.942	9.258	39,8	40,9	45,3	40,8	40,2	22,4	47,3	7,9	3,5
NORDESTE	11.555	13.805	18.232	21.876	23.014	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	18,9	32,06	19,6	5,2

Fonte : IBGE - Censo Agropecuários do Brasil (1960, 1970, 1975) e Anuários Estatísticos do Brasil 1980 e 1985

A exceção do Estado do Ceará onde o percentual de aumento do efetivo bovino no período 1960-70 foi superior ao havido no período 1970-75, todos os Estados Nordestinos apresentam um aumento superior neste último período, com destaque para os Estados da Paraíba e Bahia aos quais já nos referimos.

Em relação a participação do efetivo bovino das unidades da federação no contexto regional, deve-se dizer que na primeira metade da década de 1980 registra-se os menores índices, para a quase totalidade dos Estados nordestinos, excetuando-se o Estado do Maranhão que a partir da segunda metade da década de 1970, apresenta uma dinâmica no sentido de elevar sua participação no contexto regional.

Com efeito, analisando-se o comportamento evolutivo do rebanho bovino nas unidades da federação a partir de 1975, observa-se um significativo crescimento do efetivo bovino no Estado do Maranhão no período 1975/1980, que em apenas cinco anos mostra um crescimento, aproximadamente dez vezes superior ao verificado durante toda a década de 1960. Este intenso crescimento da pecuária nessa unidade da federação, justifica-se pela ocupação de uma área de fronteira, através da instalação de grandes fazendas de gado estimuladas pelos generosos favores fiscais oferecidos pelo governo a esta atividade. No segundo quinquênio da década de 1970, o Estado do Ceará também apresenta uma taxa de crescimento do efetivo bovino superior ao registrado nos primeiros cinco anos da aludida década²⁷.

A partir de 1975, nos demais Estados da região Nordeste, com relação ao crescimento do efetivo bovino, a dinâmica apresentada revela uma tendência decrescente no incremento do rebanho, sendo que no período entre 1980 e 1985, a redução nas taxas de crescimento é mais acentuada afetando o conjunto dos estados, inclusive com a redução do efetivo bovino nos

²⁷ Confira tabela IX

Estados de Alagoas e Sergipe expressa pelas taxas negativas de crescimento aí observadas. Esta tendência de desaceleração no ritmo de crescimento da pecuária bovina regional é reflexo da própria conjuntura da economia nacional traduzida na crise que se aprofunda por toda a década de 1980. Ademais, tem-se entre 1979 e 1983 um longo período de estiagem o que acreditamos ter concorrido para a crise na pecuária regional.

Em função do próprio processo histórico de ocupação do espaço paraibano, a partir da seletividade do uso do solo, consolidou-se a ocupação da grande hinterlândia²⁸ sustentada no criatório. No Estado da Paraíba, mais de dois terços do efetivo bovino concentra-se no conjunto das microrregiões do Agreste da Borborema, Cariris Velhos, Piemonte da Borborema, Depressão do Alto Piranhas e Sertão de Cajazeiras.

A hinterlândia sertaneja, não obstante contar com o maior número²⁹ do efetivo bovino estadual, é na área de transição climática onde se consolida a grande concentração de bovinos. Estão nesta área as microrregiões de maior densidade bovina, salientando-se a microrregião do Piemonte da Borborema, com uma densidade de 73 cab/Km², seguida das microrregiões do Brejo Paraibano e Agreste da Borborema com densidades bovinas de 65 cab/Km², e 41 cab/Km², respectivamente. Cabendo ressaltar que a alta densidade nestas microrregiões se justifica menos pela reduzida extensão territorial, que ocupa, se comparadas as microrregiões sertanejas que pelo número absoluto do efetivo bovino nelas existente, bastando dizer que as microrregiões do Piemonte da Borborema e Agreste da Borborema, ocupam respectivamente terceira e quarta

²⁸ Considera-se como hinterlândia todo o espaço interiorano dos Estados da Região Nordeste por onde se expandiu a pecuária bovina principalmente.

²⁹ Segundo dados do IBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1989, o rebanho bovino existente neste espaço era de 1.018.682 cabeças.

posição no que tange a distribuição do efetivo bovino no conjunto das microrregiões, cabendo a primeira e a segunda posição respectivamente às microrregiões da Depressão do Alto Piranhas e Cariris Velhos.

O considerável desempenho que logrou o efetivo bovino paraibano, na primeira metade da década de 1970, também ocorreu de forma generalizada ao nível dos espaços micro - regionais. A análise dos dados sobre a evolução do efetivo bovino nas microrregiões do estado (Tabela VI) nos mostra que no primeiro quinquênio dos anos setenta se encontram os maiores percentuais de crescimento do efetivo bovino na quase totalidade das microrregiões do estado. Somente as microrregiões do Curimataú e Agropastoril do Baixo Paraíba registram no quinquênio (1975 - 80) taxas de crescimento do efetivo, superiores às verificadas na primeira metade da década de 1970, além de uma discreta superação percentual apresentada pelo Brejo Paraibano.

Por outro lado, em contraste com o nível de crescimento apresentado pelo efetivo bovino no quinquênio inicial dos anos setenta, a partir da segunda metade desta década inaugura-se uma tendência de declínio do efetivo bovino paraibano, quando a predominância das microrregiões do estado apresentam taxas de crescimento que traduzem uma desaceleração no ritmo de crescimento da espécie bovina face ao que se verifica no período (1970 - 75), inclusive havendo redução absoluta do efetivo, a exemplo do Seridó e Cariris Velhos.

Tabela VI

Microrregiões da Paraíba : Evolução do Rebanho Bovino e Taxa de Incremento Relativo : 1970 - 1989

Microrregiões Homogêneas da Paraíba	(em Cabeças)					Taxa de Crescimento Relativo (%)			
	1970	1975	1980	1985	1989	-----			
						70/75	75/80	80/85	85/89
Catolé do Rocha	50.723	70.011	72.867	82.149	64.600	38,0	4,0	12,7	-21,3
Seridó Paraibano	23.352	31.058	27.657	30.396	32.160	33,0	-10,9	9,9	5,9
Curimataú	35.790	52.588	57.504	61.791	62.349	47,0	9,3	7,5	0,9
Piemon. da Borborema [#]	100.954	135.114	146.083	165.773	170.219	33,8	8,1	13,5	2,9
Litoral Paraibano	36.607	47.386	63.109	55.803	58.638	29,4	33,1	-11,6	5,0
Sertão de Cajazeira	83.816	111.359	139.180	134.277	121.086	33,0	25,0	-3,5	-9,8
Alto Piranhas	189.418	269.262	276.612	311.165	325.750	42,0	2,7	12,5	4,7
Cariris Velhos [#]	162.069	210.604	209.354	244.770	253.370	30,0	-0,5	16,9	3,5
Agreste da Borborema [#]	88.268	116.399	116.758	116.372	148.257	32,0	0,3	-0,3	27,3
Brejo Paraibano [#]	22.462	33.284	49.608	52.872	71.755	48,0	49,0	6,6	35,7
Agro-Past. da Paraíba	52.259	63.353	87.915	83.917	92.025	21,0	38,7	4,5	9,7
Serra do Teixeira	20.230	37.063	49.054	44.981	58.400	83,0	32,3	-8,3	29,8
Estado da Paraíba	865.948	1.117.475	1.296.081	1.362.573	1.458.609	36,0	10,7	5,1	7,0

Fonte : IBGE - Censos Agropecuários da Paraíba (1970, 1980, 1985 e 1989); Produção da Pecuária Municipal, 1989.

[#] Micro-Regiões que constituem a Base geográfica da Bacia Leiteira de Campina Grande

No contexto micro-regional, a tendência de declínio da espécie bovina supramencionada, reproduz-se fortemente nas microrregiões do litoral paraibano, Sertão de Cajazeiras, Agreste da Borborema, Agropastoril do Baixo - Paraíba e Serra do Teixeira, as quais manifestam no quinquênio 1980 - 85 taxas negativas de crescimento do efetivo bovino. Este fato, tal como salientamos anteriormente, pode estar relacionado a um longo período de estiagens que assolou essas microrregiões, desestimulando então o desempenho dessa atividade, além do que nos anos 80 o crédito para atividade pecuária já não existia na mesma proporção nem de forma subsidiada como fora concedido nos anos setenta.

No tocante a evolução do efetivo bovino nas microrregiões dos Cariris Velhos, Piemonte da Borborema, Brejo Paraibano e Agreste da Borborema, consideradas como áreas de maior concentração da bacia leiteira de Campina Grande, verifica-se que no período de maior expansão da pecuária bovina paraibana (1970-75) estas microrregiões obtiveram percentuais de incremento consideráveis do efetivo bovino, salientando-se a microrregião do Brejo Paraibano como área que apresenta o segundo maior percentual de crescimento³⁰ bovino no estado, no citado período. Nesta fase do expansionismo bovino paraibano, as microrregiões dos Cariris Velhos, Piemonte da Borborema e Agreste da Borborema exibem percentuais de crescimento de 30%, 33% e 32% respectivamente.

Dentre as quatro microrregiões focalizadas, nesse estudo, os Cariris Velhos e o Agreste da Borborema foram as que apresentaram percentuais que indicam, embora de maneira discreta, redução do efetivo bovino, durante determinadas épocas, do período entre 1970 e 1989. Registrando-se assim, nos Cariris Velhos um declínio de (-0,5%) no quinquênio (1975-80) e no

³⁰ O efetivo bovino do Brejo Paraibano nos primeiros cinco anos da década de 1970 apresenta crescimento de 48%, sendo superada apenas pela micro-região da Serra de Teixeira (Confira tabela VI).

Agreste da Borborema uma redução de (-0,3%) do seu efetivo bovino durante a fase de menor crescimento do efetivo bovino do estado, isto é primeiros cinco anos da década passada (1980).

Em relação aos Cariris Velhos, um aspecto que vale ressaltar é que na fase de quase estagnação do rebanho bovino da Paraíba (1980-85), enquanto ocorria redução do efetivo bovino em cinco das doze microrregiões do Estado, aquela microrregião apresenta o maior percentual de crescimento da espécie bovina (17%) em relação ao desempenho das demais microrregiões do estado. De outra parte, cabe destacar a microrregião do Brejo Paraibano como área do estado, onde a pecuária bovina mais tem se expandido nas últimas duas décadas (1970-90). Apresentando percentuais significativos do crescimento bovino. Esta microrregião detém as maiores taxas de crescimento do efetivo bovino registradas a nível micro-regional com percentuais de 49% e 36% respectivamente nas fases 1975-80 e 1985-89. Nestes termos o desempenho do rebanho bovino a nível das microrregiões da Paraíba reflete a fase de quase estagnação da produção pecuária no decorrer da década de 1980, em quase todo o estado, exceto na microrregião do Brejo Paraibano onde se constata uma expansão da atividade do criatório em detrimento das lavouras canavieiras e das culturas alimentares. As causas elucidativas com relação aos índices de incremento do rebanho bovino no decorrer do período abordado (1970-80) serão tratadas no tópico a seguir.

2.2. INCENTIVOS OFICIAIS À EXPANSÃO DA PECUÁRIA BOVINA.

É importante assinalar que toda a dinâmica apresentada com relação ao comportamento evolutivo do efetivo bovino quer seja ao nível regional, estadual ou nos espaços micro-regionais da Paraíba está diretamente relacionada às condições conjunturais da economia e da política que determinam o ritmo e direcionam o processo de acumulação capitalista nacional.

Assim sendo, a expansão do efetivo bovino paraibano no período 1970-75 traduz o fenômeno da pecuarização dos latifúndios improdutivos do Nordeste numa fase em que as condições globais da economia e da política, a seguridade institucional para a propriedade o apoio do Estado via crédito subsidiado, a garantia da infraestrutura etc., estabelecem as bases para este desenvolvimento. Com efeito, a "exploração" pecuária além dos incentivos do setor público que conseguiu mobilizar, presta-se a justificar a manutenção monopolista de grandes áreas, como se estas estivessem totalmente ocupadas de forma produtiva, fugindo assim a classificação de latifúndio por dimensão, o que implicaria em uma maior taxa fiscal, ou ainda numa pressão social sobre a terra.

A intermediação do Estado através de linhas especiais de créditos, nos quais tem sido privilegiada a atividade pecuária, mostra-se evidente na destinação dos recursos apresentado por alguns programas especiais como o PROTERRA³¹ -Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste, que foge a sua finalidade de criação transformando-

³¹O PROTERRA foi criado pelo decreto - lei n° 1.178, de 1° de julho de 1971, fruto de prometidas medidas do governo frente a reiterada miséria constatada pelo Governo nas " frentes de Trabalho " da seca de 1970. Este programa previa duas linhas principais de atuação: o apoio ao pequeno produtor minifundista ou desprovido de terras através da compra ou desapropriação (mediante indenização em dinheiro) e a implantação de programas de modernização agropecuária e agroindustrial através de financiamento a longo prazo e a juros baixos (SORJ, 1986 : 102)

se num dos maiores instrumentos canalizadores do crédito subsidiado para a atividade pecuária³² regional.

Quanto ao crédito do PROTERRA, enquanto instrumento de concentração econômica, consideramos como indicador deste fato a comparação do número de contratos de financiamento e do valor do financiamento concedido, no total de empréstimos do Banco do Brasil para o setor agropecuário, em comparação com os empréstimos feitos através do programa de financiamento PROTERRA. Veja-se os dados distribuídos na tabela VII, constituindo uma série histórica de 1971 a 1976. Ressaltamos desde já, a relevância desses dados, salientando o fato de ser o Banco do Brasil o principal agente financeiro para as operações de crédito rural no Nordeste, ademais de representar 80% do crédito específico do PROTERRA. (SALES, Teresa, 1982, p.58)

O dado que revela a concentração econômica propiciada pelo programa de financiamento do PROTERRA, é o maior valor médio do seu contrato de financiamento, que representa no decorrer do período coberto pelos dados da tabela, variações de 1,3 a 1,8 vezes o valor do contrato normal. Esse dado indica o peso do programa de financiamento do PROTERRA voltado mais para a pecuária do que às linhas normais de crédito isso que seguramente terá influenciado nesse maior valor médio de seus contratos de financiamento.

A destinação de crédito do PROTERRA para a pecuária torna-se mais nítida quando constatamos que do total de recursos, repassados pelo Banco do Brasil, destinados a esse setor de

³²Conforme assinalou SORJ : " A maior parte desse crédito tem se orientado para a pecuária de corte e leiteira, incentivando dessa forma a expansão da pecuária na região ." (idem, ibidem)

Tabela VIIEmpréstimos do Banco do Brasil à Agricultura do Nordeste³³ - 1971 a 1976

ANOS	Número de Contratos (mil)			Valor (em Cr\$ milhões Corrente)			Valor médio do Contrato do Proterra (em Cr\$ de 1977)		
	Total (I)	Proterra ³⁴ (II)	(II) / (I) em %	Total (A)	Proterra ² (B)	(A) / (B) em %	(Ω) ³⁵	(Ψ)	(Ψ)/(Ω) ² em %
1971	158	33	20,9	991	380	38,3	6.272	11.515	1,8
1972	153	46	30,0	1.379	643	46,6	9.013	13.978	1,6
1973	150	55	36,6	1.967	1.112	56,5	13.113	20.218	1,5
1974	166	62	37,3	3.590	1.985	55,3	2.627	32.016	1,5
1975	195	68	34,9	7.888	3.633	46,0	40.451	53.426	1,3
1976	223	64	28,7	12.279	4.725	38,4	55.063	73.828	1,3

Fonte: Banco do Brasil (Apude Pimes, 1978 : 70 - 1)

atividade, nos anos de 1972 e 1973; 76% e 85% respectivamente, o foram através da linha de financiamento do PROTERRA (Pimes, 1978; apud: SALES, 1982: 58).

Esses recursos foram dirigidos sobretudo para investimentos que em larga medida, representam formação de pastos e aquisição de matrizes reprodutoras.

Nos programas de crédito do PROTERRA é sobretudo a pecuária de corte a atividade mais favorecida, segundo podemos constatar pelos dados da tabela VIII, em relação a evolução do número de

³³ Exclui o Estado do Maranhão

³⁴ Exclui os Créditos do Programa PAFAI

³⁵ Os dados desta coluna diferem dos da tabela X do trabalho citado na fonte, que não corresponde ao quociente do valor total pelo número de contratos total, mudando em consequência também os valores da última coluna

cabeças de gado adquiridas com financiamento do Banco do Brasil. Tem-se um incremento considerável da quantidade de gado adquirida com este financiamento, cujo total ao final do período, representa pouco menos de 7% sobre o total do rebanho bovino do Nordeste para o ano de 1976 (dados do Censo Agropecuário; apud: SALES op. cit, 58).

Tanto o gado de corte, que representa sempre mais de 70% sobre o total do gado adquirido com esse financiamento, como o gado de leite, tem um incremento considerável nesse período, sendo que o incremento maior é do gado de leite que, contudo, não chega a ultrapassar os 30% sobre o total em 1986³⁶.

Tomando como base o crédito rural repassado pelo Banco do Nordeste do Brasil, onde temos dados disponíveis sobre os principais itens que constam nos empréstimos para as finalidades de Investimentos custeio e comercialização. Devemos ressaltar que, o conjunto desses dados sobre financiamento por meio do Banco do Nordeste do Brasil, dispostos na Tabela IX, embora esparsos servem, contudo para delinear a sua direção no sentido de impulsionar a expansão da pecuária bovina na região Nordeste, nos anos 70, particularmente; E indicam, simultaneamente, o tipo de pecuária incentivada, visto que os recursos alocados, por exemplo, na formação de pastagens e forrageiras, são voltados para um tipo de pecuária intensiva que vem substituir parcialmente o antigo sistema de pecuária extensiva preexistente na região, constituindo, pois, o crédito repassado pelo Banco do Nordeste, um grande reforço ao processo de pecuarização desta região.

Com relação aos dados da tabela supra - referida, ressalta-se primeiramente um efetivo predomínio dos investimentos sobre o total dos créditos que respondem por 73% em 1976 e 67% em 1977, mantendo-se superior a 60% dez anos depois (em 1987). Em segundo lugar, uma observação relevante refere-se ao maior peso da atividade pecuária nos créditos destinados a investimentos (ver os sete primeiros itens da finalidade Investimento da Tabela IX). Destarte, observa-se que em 1976 a participação do crédito pecuário sobre o montante destinado a investimento era de 67%, declinando para um percentual de 56% em 1977. De outra parte, cabe frisar que quando se analisa essa participação do

³⁶Vide tabela VIII

crédito pecuário nos investimentos dez anos mais tarde, isto é, 1987 e 1988, nota -se que estes percentuais caíram vertiginosamente, alcançando a atividade pecuária, em 1988, uma participação de tão somente 8,8% sobre o total do crédito para investimento repassado pelo Banco do Nordeste.

Tabela VIII

NORDESTE : GADO ADQUIRIDO COM FINANCIAMENTO DO PROTERRA
PERÍODO: 1972 A 1976

ANOS	TIPO DE GADO				TOTAL	
	Gado de Corte		Gado de Leite		Cabeças.	(%)
	Nº Cabeças	%	Nº Cabeças	%		
1972	65.696	78,5	17.961	21,5	83.657	100,0
1973	172.763	77,5	49.919	22,5	222.682	100,0
1974	171.700	71,0	70.011	29,0	241.711	100,0
1975	237.929	70,0	110.479	30,0	348.408	100,0
1976	226.999	71,2	91.776	28,8	318.775	100,0
Total Geral	875.087	72,0	340.146	28,0	1.215.233	100,0

Fonte: Banco do Brasil (Apud. Pimes, 1978), citado por SALES 1982: 59.

A exceção dos investimentos destinados a engorda de animais e recria de bovinos os demais itens relacionados a pecuária dentro dos crédito de investimento indicam redução na participação sobre o valor dos créditos de investimentos no ano de 1988 relativamente a 1987, e uma acentuada queda dessa participação face ao ano de 1977. É evidente que os dados da Tabela IX possam ser considerados limitados por não retratarem uma seqüência de anos, capaz de possibilitar conclusões mais precisas acerca do comportamento anual do crédito financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil à atividade pecuária na década de 1980. Contudo, a comparação entre a participação do crédito para a pecuária na finalidade investimento, em determinado momento da década de 1970 (1976,1977) relativamente aos percentuais dessa participação nos anos de 1987 e 1988, sugere que o crédito para a pecuária, na década passada foi consideravelmente inferior ao que se destinou a esta atividade na década de 1970.

Tabela IX

Nordeste : Empréstimos Rurais - Operações Contratadas por Finalidade (Crédito direto + indireto)

Período: 1976-77 e 1987-88 (Valores em 1.000 Cr\$ dos anos considerados)

FINALIDADES	1976		1977		1987		1988	
	Valor	% sobre a Finalidade	Valor	% sobre a Finalidade	Valor	% sobre a Finalidade	Valor	% sobre a Finalidade
INVESTIMENTO	1.912	100 (72,8)	1.751	100 (67,0)	4.317	100 (64,4)	19.222	100 (69,1)
Animais p/ Reprodução	179	9,4	123	7,0	89	2,1	205	1,1
Exploração Leiteira	89	4,7	175	10,0	82	1,9	90	0,4
Melhor. e form. de Plantéis	44	2,3	64	3,7	166	3,8	312	1,6
Engorda de animais	285	14,9	253	14,4	56	1,3	340	1,8
Recria de Bovinos	157	8,2	108	6,2	10	0,2	303	1,6
Pastagens e ferragens	411	21,5	185	10,6	104	2,4	80	0,4
Cercas (const. e recos.)	116	6,1	64	3,7	181	4,2	357	1,9
Máq. e implem. agrícolas	150	7,8	194	11,1	297	6,5	758	3,9
Açudes, poços e irrigação	106	5,5	46	2,6	1.908	44,2	2.779	14,4
Formação de cult. perman.	56	2,9	113	6,4	186	4,3	1.111	5,8
Habitação Rural	—	—	—	—	40	0,9	28	0,1
Pequena indústria rural	—	—	—	—	36	0,8	133	0,7
Outros	319	16,7	426	24,3	1.175	27,2	12.719	66,2
CUSTEIO	562	100 (21,4)	829	100 (31,7)	2.385	100 (35,6)	8.579	100 (30,9)
Manut. e Expl. Pecuária	186	33,1	85	10,3	165	6,9	275	3,2
Entressafra (milho e algo.)	300	53,4	541	65,3	1.811	75,9	7.610	88,7
Outros	76	13,5	203	24,4	408	17,1	694	8,1
COMERCIALIZAÇÃO	153	100 (5,8)	35	100 (1,3)	—	—	—	—
Algodão	131	85,6	26	74,3	—	—	—	—
Outros	76	13,4	9	25,7	—	—	—	—
TOTAL	2.627	(100,0)	2.615	(100,0)	6.702	(100,0)	27.801	(100,0)

Fonte: (1) Relatório nº 77 do Banco do Nordeste do Brasil, p. 23 (Apud: SALES, 1982: 56) para os anos de 1976 e 1977. (2) GERUR - Relatório / 1988 do Banco do Brasil, p. 21 para os anos de 1987 e 1988.

Nota: Os valores percentuais para os anos de 1987 e 1988 diferem dos da fonte original, pois nesta tabela, estão calculados em relação a finalidade e dos créditos e não em relação a totalidade dos créditos conforme a fonte original

Este fato contribuiu sobremaneira para que a pecuária bovina do Nordeste, e de modo particular a do Estado da Paraíba, conforme analisamos no tópico anterior, tenha apresentado um tímido desempenho nos anos oitenta, inclusive com redução absoluta do efetivo bovino em algumas microrregiões do estado.

Ademais, é pertinente lembrar que a redução dos recursos dirigidos à atividade pecuária é apenas um dos aspectos de manifestação da crise econômica por que passa o país, a qual permanece e se aprofunda nos anos oitenta quando o Estado brasileiro se encontra financeiramente falido, perdendo, portanto a capacidade de continuar financiando o crescimento da economia, e sem condições sequer de financiar suas funções sociais. Por conseguinte a economia do país, na década de oitenta, permaneceu praticamente paralizada, ou pouco conseguiu crescer, tem-se nessa fase um inexpressível índice de crescimento do Produto Interno Bruto. Conforme esclarece Argemiro Brum "*Na virada da década de 80 para a década de 90 o Brasil se encontra numa grande encruzilhada histórica. Há dez anos a economia está praticamente estagnada. De 1981 a 1989 o PIB global cresceu apenas 2,5% ao ano em média, enquanto o crescimento industrial foi inferior a 1%*". (BRUM, Argemiro J.; 1990: p 278)

Retomando a análise dos estímulos a expansão da pecuária nos anos setenta, envolvemos ainda uma outra fonte de dados que são os projetos agropecuários aprovados pelos incentivos fiscais e financeiros do sistema " 34/18 e do FINOR através da SUDENE. "*Esses projetos aprovados pela SUDENE vêm a se constituir em mais uma alavanca de impulso (grifo nosso), tanto a concentração econômica, como à pecuarização. Esta concentração econômica é também de propriedade, antes de tudo pelas próprias características dos projetos, cuja elaboração, para serem submetidas à aprovação da SUDENE, já em si exige um nível de sofisticação incompatível com a simplicidade e até o analfabetismo do pequeno produtor nordestino*". (SALES, 1982: p. 60)

A Tabela X apresenta dados sobre a área total, o número de projetos aprovados e a área média das propriedades favorecidas pelos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE onde podemos observar nitidamente uma absoluta predominância das grandes propriedades, cuja área média no Nordeste é de 4.434 hectares, com ampla variação entre os estados.

Para o Estado da Paraíba apresentamos os dados concernentes ao número de projetos aprovados pela SUDENE segundo as microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande, (por constituir o espaço físico abrangido por este estudo), e segundo as principais finalidades conforme estão dispostos os dados na Tabela XI. Tal como ocorre ao nível regional, também para a Paraíba, observamos o predomínio da atividade pecuária. Considerando todos os casos onde participa a pecuária como atividade isolada ou em consórcio com outras atividades representa 91% do total de projetos aprovados, isto equivale em termos absolutos a 32 projetos num universo de trinta e cinco. Ressalta-se também o predomínio da pecuária de corte que sozinha detém 28,6% dos projetos aprovado, elevando-se para uma participação de 74% se somada aos projetos de finalidade mista. A pecuária de leite conta com apenas dois projetos sendo um na microrregião dos Cariris Velhos (município de São João do Cariri) e outro no Agreste da Borborema (no município de Campina Grande).

Observando a Tabela XI no sentido das colunas, podemos inferir, primeiramente, que algumas microrregiões foram mais beneficiadas do que outras no montante de projetos aprovados, como é o caso do Piemonte da Borborema com 11 projetos, e os Cariris Velhos com 9 (nove).

Tabela X

NORDESTE: ÁREA TOTAL; NÚMERO DE PROJETOS E ÁREA MÉDIA DAS PROPRIEDADES INCENTIVADAS COM RECURSOS DO "34/18" E DO FINOR PELA SUDENE - 1965 / 1976

Estados	Nº de Projetos Aprovados	Área Total (ha)	Área Média (ha)
Maranhão	55	440.760	8.814
Piauí	42	532.783	12.685
Ceará	33	218.614	6.625
Rio Grande do Norte	36	116.296	3.230
Paraíba	111	140.713	1.276
Pernambuco	96	141.410	1.473
Alagoas	6	8.825	1.470
Sergipe	4	7.137	1.784
Bahia	58	386.346	6.661
Minas Gerais	73	286.051	3.918
Nordeste	514	2.278.935	4.434

FONTE: SUDENE, DIN / CI (Apud Pimes, 1978: 58) Citado por SALES, 1982, p.60

Sendo que em ambas microrregiões a totalidade dos projetos aprovados estão direcionados exclusivamente para a pecuária bovina ou com a participação desta, absorvendo o Piemonte da Borborema e os Cariris Velhos 62,5% do total de projetos relacionados à pecuária.

A característica de concentração econômica e de propriedade, no caso específico dos projetos aprovados pela SUDENE, muito tem a ver com o tipo de atividade agropecuária neles predominante, que é a pecuária bovina. Convém frisar, que foram excluídos da linha de financiamentos do "34/18" e do FINOR, os projetos ligados à agroindústria açucareira, já largamente beneficiada em outros instrumentos de estímulos financeiros, e a principal beneficiada das linhas tradicionais de crédito bancário atuantes no Nordeste. A pecuária bovina sozinha

concentra 64,4% do total dos 514 projetos aprovados no período 1965 a 1976 que juntando-se aos projetos mistos (agricultura e pecuária) abrangem 86,0% desse total. Sobra por conseguinte uma quantidade muito pequena de projetos dedicados exclusivamente a lavoura (6,5%), avicultura (5%), agroindústria (2%) e serviços agrícolas apenas 0,5%. (SALES, 1982: p. 61)

Nota-se, pois, que o estímulo dos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE é portanto mais concentrado para a pecuária, do que aqueles do PROTERRA, cuja destinação para a pecuária, conforme Teresa Sales, representava cerca de 50% do total dos recursos financeiros. De maneira similar ao PROTERRA, também os incentivos da SUDENE destinam-se sobretudo à pecuária de corte que sozinha absorve 61% do número dos projetos aprovados no período de 1965 a 1976, sendo que a pecuária mista detém praticamente o restante dos projetos (37%), restando para a pecuária de leite apenas (13%) o que corresponde a cinco projetos durante esse período. (SALES, 1982: p. 61)

Observamos outrossim, que a localização dos projetos segundo microrregiões, no período abordado veio reforçar a estrutura produtiva predominante, onde o Agropastoril do Baixo Paraíba recebem a totalidade dos projetos ligados a avicultura e a fruticultura. Por sua vez, é a microrregião do Piemonte da Borborema a mais incentivada quanto aos projetos de pecuária mista absorvendo sozinha 6 projetos dessa natureza, isto é, (37,5% destes). Nas demais microrregiões, excetuando o Brejo Paraibano, o número de projetos aprovados à pecuária mista é igualmente distribuído. Já os projetos para a pecuária de corte predominam nas microrregiões do Piemonte da Borborema e Cariris Velhos.

Tabela XI

Paraíba: Microrregiões da Bacia Leiteira de Campina Grande
Incentivos da SUDENE em Projetos Agropecuários - Dez. 1979

Atividades Agrícolas	Número de Projetos Aprovados por Micro-Região					TOTAL	
	Piemonte da Borborema	Cariris Velhos	Agreste da Borborema	Brejo Paraibano	Agro- pastoril da Paraíba	nº	%
Pecuária bovina de corte	4	3	1	2	—	10	28,6
Pecuária bovina de Leite	—	1	1	—	—	2	5,7
Pecuária bovina mista	6	3	3	1	3	16	45,7
Pecuária bovina mista com lavouras (coco, mandioca, melão, laranja)	1	1	—	—	—	2	5,7
Pecuária mista com suinocultura e/ou avicultura com lavouras (grãos secos)	—	—	1	—	—	1	2,8
Pecuária mista com suinocultura	—	1	—	—	—	1	2,8
Suinocultura	—	—	1	—	—	1	2,8
Avicultura	—	—	—	—	1	1	2,8
Fruticultura (abacaxi, laranja e banana)	—	—	—	—	1	1	2,8
TOTAL	11	9	7	3	5	35	100,0

Fonte: SUDENTE / DIN - Divisão de Análise de Projetos Agropecuários, 1979. (Apud: Auxiliadora Cartaxo, 1978, p. 137)

Covém assinalar que na abordagem dos incentivos financeiros que analisamos até aqui objetivamos constituir respaldo para explicar todo o dinamismo da atividade pecuária na década de 1970, quer seja no que se refere a evolução do efetivo bovino, conforme foi apresentado anteriormente, quer na impulsão da produção leiteira a ser abordada no Capítulo V. Ademais, a apresentação dos dados sobre os incentivos financeiros fornecem condições de entendimento das principais mudanças que se processaram no setor da atividade pecuária em âmbito regional,

estadual ou micro-regional consolidando-se assim o processo de pecuarização, cujas decorrências serão tratadas no item que segue.

2.3 REFLEXOS SOCIAIS DO PROCESSO DE PECUARIZAÇÃO SOBRE O AGRESTE.

A pecuária motivou o povoamento inicial da região do Agreste, e, até certo momento de sua evolução, foi uma atividade compatível com a produção de alimentos baseada no trabalho familiar, seja no âmbito da própria propriedade fundiária sob formas de arrendamento diversas, seja pela produção autônoma dos pequenos produtores que aí quisessem se estabelecer em caráter temporário para o plantio das lavouras consorciadas (milho, feijão, algodão). Ao término do período de arrendamento, que em geral durava menos de um ano, ou seja, o tempo suficiente para o produtor e sua família plantar e colher tais produtos, o terreno era devolvido ao proprietário com o restolho destas culturas, que serviriam então para alimentar o gado na estação seca, de dezembro a março. Este tipo de arrendamento pela palha, escamoteava, na verdade, uma outra forma de renda - trabalho, a qual era constituída pelo próprio desmatamento inicial do terreno realizado pelo rendeiro para o plantio de sua lavoura. O pagamento suplementar de uma renda em dinheiro esteve muitas vezes associada à "*renda pela palha*", e é possível que sua existência ou não, derivasse tanto da disponibilidade de força de trabalho, como do próprio fato de o terreno estar por desmatar. Assim, a pecuária, foi devido sobretudo às condições climáticas da região e a seu baixo nível de capitalização, uma atividade que se combinava com a pequena produção de alimentos. (SALES, Op. cit: p. 147)

Contudo, a expansão da pecuária nos últimos vinte anos (1970 - 1990), na região do Agreste Paraibano, pelas suas características, já não permite um tal consórcio com a produção alimentar camponesa.

No Agreste Paraibano, este processo de crescimento das áreas de pastagens plantadas, veio quebrar um certo equilíbrio sócio-econômico e sócio-ecológico até então existente e que era estabelecido pelo sistema de produção gado-policultura.

Em face da expansão urbana e conseqüentemente da demanda interna da carne, a preços mais compensadores³⁷, e a crise dos produtos comerciais (o algodão e a agave), o criatório passou a ser de maior interesse para o fazendeiro pecuarista.

A atividade pecuária passou a ser incrementada em detrimento das atividades agrícolas. Este fato implicou na redução das áreas cedidas para a parceria e arrendamento. Como afirma Mário Lacerda de Melo " *O sistema gado policultura que durante século e meio foi o grande modelador da organização sócio econômica e da paisagem agrária do Agreste, começou a ter seus fundamentos abalados a partir do momento em que, em função de fatores ligados ao mercado consumidor, tornou-se de maior interesse para o fazendeiro receber do parceiro áreas preparadas para o criatório do que uma parte da safra do algodão* ". (MELO, Mário Lacerda; 1978: p. 164)

Por outro lado, além da demanda, sobretudo de carne a preços mais remuneradores, a pecuária principalmente a de corte, recebeu inúmeros incentivos na Paraíba, residindo aí o fator impulsionador do processo de pecuarização, tanto pelo número de projetos aprovados pela SUDENE como pelo fornecimento de linhas de crédito especial, garantia de preços e indenizações pelo Estado quando da ocorrência de fenômenos catastróficos que atingem o rebanho. Segundo dados da SUDENE citados por Maria Auxiliadora Cartaxo em 1979, o estado da Paraíba estava com 77 projetos implantados aprovados pelo 34/18 - FINOR, dos quais 68 (88,13%) exclusivamente para a pecuária; para a agropecuária 7 (9%), predominando os projetos para a

³⁷Para uma maior compreensão do comportamento da pecuária bovina nacional faz-se necessário identificar os ciclos pecuários e suas variações. In: NORONHA, Dionísio Feitosa. Uma Radiografia da pecuária Nacional. Campina Grande. EMBRAPA, 1979

criação de corte e lavouras de importância comercial, e apenas 1 projeto (1.30%) só para lavouras, além de 1 projeto (1,3%) relativo a prestação de serviços agropecuários³⁸

Além dos fatores mencionados, ressaltamos a própria valorização do capital investido em terras e rebanhos, os quais se tornam facilmente conversíveis em dinheiro, dentro do sistema inflacionário brasileiro.

Por outro lado, além dos investimentos em terras e em rebanhos, um dos traços marcante do processo de pecuarização é a expansão das áreas de pastagens, principalmente das pastagens plantadas, o que por si já se constitui em um fator de retração das áreas antes dedicadas à lavoura.

Os dados da Tabela XII relativos ao crescimento da área de pastagem no estado da Paraíba e nas microrregiões que constituem parcialmente a bacia leiteira focalizada, mostram que em relação a 1970 (ano base), as pastagens naturais crescem apenas na microrregião do Brejo Paraibano, ao passo que no âmbito estadual e nas demais microrregiões consideradas, a área de pastagens naturais declinam conforme os resultados dos Censos de 1975, 1980 e 1985, relativamente ao resultado apontado no Censo de 1970.

³⁸SUDENE, NORDESTE - , Distribuição por Estado dos Projetos Agropecuários aprovados pelo 34/18 - FINOR, segundo a natureza do empreendimento. Recife, 1979 (apud CARTAXO op.cit : 46).

Tabela XII

Paraíba: Comportamento das Áreas de Pastagens no Estado e Microrregiões da Bacia Leiteira de Campina Grande - 1970 - 1975 - 1980 e 1985

(1970: ano base)

Anos	Tipos de Pastagens	Paraíba		Piemonte da Borborema		Brejo Paraibano		Agreste da Borborema		Cariris Velhos	
		Área (ha)	Índice	Área (ha)	Índice	Área (ha)	Índice	Área (ha)	Índice	Área (ha)	Índice
1970	Naturais	1.989.030	100	117.210	100	14.963	100	147.015	100	669.432	100
	Plantadas	67.566	100	16.221	100	5.717	100	7.434	100	8.482	100
1975	Naturais	1.865.636	94	113.593	97	19.590	131	132.458	90	666.320	99
	Plantadas	103.614	153	28.865	180	5.984	105	9.894	133	7.408	87
1980	Naturais	1.635.431	82	78.060	67	18.189	121	110.178	75	517.328	78
	Plantadas	183.644	217	47.446	292	13.157	230	19.528	263	22.364	264
1985	Naturais	1.793.349	90	87.275	75	17.621	118	107.275	73	602.932	90
	Plantadas	188.217	278	48.338	298	16.464	288	18.145	244	26.608	313

Fonte: IBGE - Censo Agropecuario da Paraíba. 1970, 1975, 1980 e 1985.

Tabela XIII

Paraíba: Participação relativa das categorias de lavouras e de pastagens nas Micro-Regiões da Bacia Leiteira de Campina Grande.

Lavouras e Pastagens	1970								1985							
	Piemonte da Borborema		Brejo Paraibano		Agreste da Borborema		Cariris Velhos		Piemonte da Borborema		Brejo Paraibano		Agreste da Borborema		Cariris Velhos	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavouras	54.767	100	49.778	100	97.973	100	175.078	100	54.135	100	53.489	100	101.588	100	177.913	100
Permanentes	11.351	20,7	14.834	29,8	28.320	28,9	72.207	41,2	6.981	12,9	13.754	25,7	31.178	30,7	40.538	22,8
Temporárias	43.416	79,3	34.944	70,2	69.653	71,1	102.871	58,8	47.154	87,1	39.735	74,3	70.410	69,3	137.375	77,2
Pastagens	133.431	100	20.680	100	154.449	100	677.914	100	135.613	100	34.085	100	125.420	100	629.540	100
Naturais	117.210	87,8	14.963	72,4	147.015	95,2	669.432	98,7	87.175	64,4	17.621	51,7	107.275	85,5	602.932	95,8
Plantadas	163221	12,2	5717	27,6	7.424	4,8	8.482	1,3	48.338	35,6	16.464	48,3	18.185	14,5	26.608	4,2

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 1970 e 1985

Por sua vez, a área de pastagem plantadas toma grande impulso, tanto a nível estadual quanto nas microrregiões abordadas, conforme indicam os dados que cobrem o período (1970-85) da tabela supracitada, valendo ressaltar que em relação a microrregião dos Cariris Velhos, o Censo de 1975, registra uma discreta subtração na área de pastagem artificial em relação a 1970. Assim, considerando o comportamento da área de pastagem plantada nas microrregiões no período 1970 - 1985, registra-se um crescimento de 198% no Piemonte da Borborema, 188% no Brejo Paraibano e crescimentos de 144% e 213%, respectivamente, para as microrregiões do Agreste da Borborema e Cariris Velhos. Ao nível estadual a taxa de crescimento relativo da área de pastagem plantada foi de 178%, nesse período, isto é, um incremento de 120.651 ha em relação a 1970.

Como uma decorrência da expansão da área de pastagens no espaço em estudo, os dados da Tabela XIII retratam nitidamente, ao nível das quatro microrregiões analisadas, o processo de redução da área de lavouras, sobretudo as permanentes, ocorrendo com maior intensidade nas microrregiões dos Cariris Velhos e Piemonte da Borborema onde a participação das lavouras permanentes na área total de lavouras, no período 1970 - 1985, se reduz de 41% para 23% na primeira microrregião, e de 21 para 13% no segundo caso.

De outra parte, os dados relacionados a participação dos tipos de pastagens na área total explorada com pastagem, demonstra no período de 1970 a 1985 um significativo incremento da participação das pastagens plantadas, enquanto as pastagens naturais reduz sua participação na área total ocupada com pastagens. Nesse sentido, a participação das pastagens plantadas na área total de pastagens aumenta em quase três vezes na microrregião do Piemonte da Borborema (no período 1970 - 85). Nas microrregiões do Brejo Paraibano e Agreste da Borborema esta participação evoluiu de 28 para 48% e de 4,8% para 14,5%, respectivamente. Tudo indica, portanto que a intensificação das pastagens plantadas em detrimento da área de lavouras, ou das áreas de pastagens naturais sinaliza a intensificação da atividade pecuária, isto é, a pecuarização nesta área do Agreste Paraibano.

Tabela XIV

Participação relativa de algumas categorias do grupo dos pequenos produtores nas microrregiões e Municípios estudados - Período : 1970 e 1980

Microrregiões e Municípios	Participação sobre o grupo dos pequenos agricultores*					
	1970			1980		
	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes	Arrendatários	Parceiros	Ocupantes
Carris Velhos	15,0	3,5	8,2	7,7	3,0	18,2
Aroeiras	25,0	0,04	2,5	8,2	0,8	22,9
Boqueirão	7,8	0,7	3,3	3,6	6	18,9
Piemonte da Borborema	25,1	10,2	10,2	33,3	0,5	22,4
Agreste da Borborema	24,1	8,9	18,8	14,6	9,3	22,0
Campina Grande	35,2	6,4	19,5	18,2	3,6	16,6
Queimadas	23,9		29,1	18,5	0,03	22,8
Brejo Paraibano	18,1	9,5	10,6	12,7	7,1	18,3
Paraíba	19,7	3,2	13,2	15,3	3,9	18,1

Fonte: Dados Elaborados a partir das Estatísticas dos Censos Agropecuários do Estado da Paraíba, 1970 e 1980



É importante assinalar, então, que o processo que se configura através dos dados supra analisados, qual seja, a substituição de áreas de lavouras e de pastagens naturais, por áreas de pastagens plantadas, é explicado diretamente pelos incentivos financeiros oriundos da política de capitalização da agropecuária que analisamos no item anterior. Os incentivos do PROTERRA são posterior a 1970 e, portanto seus efeitos só se fariam sentir, a nível destes dados nos resultados do Censo de 1975. Todavia, os incentivos fiscais, do " 34/18 " e do FINOR, concedidos através dos projetos agropecuários pela SUDENE, embora venha já desde 1965/66, foram intensamente mobilizados durante toda a década de 1970, influenciando assim nos resultados dos últimos quatro Censos (1970 - 75 - 80 - 85).

* O percentual das categorias de pequenos agricultores foi calculado, levando-se também em conta o número dos Micro-proprietários, isto é, os donos dos Estabelecimentos fundiários de até 10 hectares.

A intensificação da atividade pecuária através da substituição de pastos naturais pelo plantio de capim e de culturas forrageiras³⁹ para a alimentação do gado, gerou consequências sociais, pois provocou alterações nas relações de produção.

A expansão das pastagens aqui expressando forma capitalista de produção tem se difundido na área do Agreste Paraibano, expulsando os arrendatários, parceiros e moradores e reduzindo a mão-de-obra empregada na produção alimentar, proletarizando e expulsando o homem do campo. Sobre a redução da participação de algumas categorias de pequenos agricultores como os arrendatários e parceiros, a Tabela XIV, com base nos Censos Agropecuários de 1970 e 1980, mostra que a participação dos arrendatários e parceiros na categoria de pequenos agricultores tem se reduzido de forma acentuada nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande bem como nos municípios estudados, sobretudo no que se refere aos produtores arrendatários que, nesse período, decrescem sua participação tanto a nível estadual quanto nas microrregiões e municípios pesquisados. Por outro lado pode se supor que este processo de expulsão de arrendatários e parceiros tenha se intensificado na década de 1980, nesta área do Agreste Paraibano, sobretudo no Brejo onde a expansão pecuária tem sido mais acentuada. É oportuno salientar que a expulsão de parceiros sobretudo, das grandes fazendas que passam a priorizar a pecuária, afeta significativamente os moradores que passam a residir nas chamadas "pontas de ruas" das cidades. As diferentes relações que se estabelecem entre os trabalhadores agrícolas e os fazendeiros, no tocante ao uso da terra nas grandes fazendas, serão tratadas detalhadamente no Capítulo IV ao nível dos municípios pesquisados.

A pecuarização que se traduz na ampliação da dominação do campo pelo capital, traz problemas sociais que são bem expressos na linguagem simples de um trabalhador rural do Agreste Paraibano, em pesquisa de José Bonifácio de Andrade": *Lá (no Agreste*

³⁹Ao abordamos resultado da pesquisa empírica citaremos as variedades difundidas na área em estudo.

Paraibano), à terra está presa aos homens que só querem capim para o gado. Os homens não estão querendo mais arrendar a terra. Quando arrendar um pedaço de terra, no ano seguinte pedem a terra para plantar o capim. E quem pegou uma terra ruim, cheia de jurema, limpou, preparou, plantou, tirou no primeiro ano o que só deu para pagar o foro, que é muito caro, por que esperava melhoria depois, e quando pensa que vai melhorar, o dono da terra diz que ele tem de entregar a terra. E quando o dono diz, ele tem de entregar mesmo, por que senão o dono bota o gado e o gado come a lavoura. Depois esse homem procura outro dono de terra e é a mesma coisa. Como esse homem pode viver assim sem terra para trabalhar."⁴⁰.

Assim, a pastagem vai ocupando aceleradamente às áreas dedicadas às culturas de subsistência nesta área pondo em risco a função do Agreste, como "celeiro" do Estado. Nesse sentido, além dos graves problemas sócio-ecológicos locais que acarretam o processo de pecuarização, este se reflete também no abastecimento, por exemplo, reduzindo a oferta de produtos agrícolas alimentares e agroindustriais, inflacionando os preços dos produtos agrícolas alimentares e refletindo-se na própria dinâmica urbana local⁴¹.

Por outro lado, o caráter extensivo da pecuária, com utilização de pouca mão-de-obra e capital e grande disponibilidade de terras para pastagens, apresenta-se como "alternativa", tendo em vista a disponibilidade do fator terra e a necessidade de "racionalizar" a utilização de mão-de-obra, recorrendo-se ao uso do trabalho volante. Entretanto, esta modalidade de

⁴⁰ANDRADE, José Bonifácio de. Migrações Sazonais no Nordeste (Relatório de Pesquisa) Recife, SUDENE/UFPE, 1979 (mimeo) p.176.

⁴¹Deve-se dizer que nos centros urbanos do Agreste é de importância fundamental a função do abastecimento de produtos agrícolas regionais, a exemplo de Campina Grande cujas funções a que notadamente se evidencia é a de centro coletor da produção agrícola regional correspondendo a 45,7% dos fluxos. Segundo fontes estatísticas, na distribuição de bens e serviços à economia, esta cidade congrega 30,6% dos fluxos e na distribuição de bens e serviços à população 23,7%. Fonte: FIBGE, Geografia do Brasil - Região Nordeste. Rio de Janeiro, 1977, Vol 2 p. 428 -29

relação de trabalho, o volante, na qual os trabalhadores são destituídos das suas condições materiais de trabalho, constitui uma relação de caráter assalariado que entra em desacordo com o Estatuto do Trabalhador Rural-ETR-, que não a considera como tal. Conforme este Estatuto o trabalho assalariado implica pagamento de salário (art 2), e permanência (art 5), e portanto na relação social de trabalho moldada formalmente no trabalho volante, desobriga os empresários dos encargos sociais estabelecidos no ETR ⁴².

Em síntese, todo esse processo expressa a lógica da reprodução do capital, que vem dominando determinados subsetores agrícolas, subordinando as relações de produção vigentes. As transformações nas relações de trabalho vão se impondo e assim o morador, o posseiro, o parceiro e o assalariado permanente vão se transformando em assalariados temporários, os chamados "*bóias -frias*", ou trabalhadores volantes e outros tipos congêneres.

⁴²Os encargos sociais estabelecidos pelo ETR são : Repouso Remunerado,Férias,13º mês,PIS,Seguro de Acidente,Funrural e Contribuição Sindical.In : Estatuto do Trabalhador Rural - Lei nº 4 de março de 1963.

SEGUNDA PARTE:
A PECUÁRIA LEITEIRA

CAPÍTULO III

A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA PECUÁRIA LEITEIRA NA BACIA DE CAMPINA GRANDE

3.1. DEFINIÇÃO DO ESPAÇO FORMADOR DA BACIA LEITEIRA CAMPINENSE

Situa-se no agreste paraibano, na região polarizada por Campina Grande, uma área contínua de maior concentração da produção de leite no estado, constituída por um significativo número de municípios das microrregiões do Agreste da Borborema, Cariris Velhos, Piemonte da Borborema e alguns municípios do Brejo Paraibano.

Esta área de maior concentração da produção leiteira no espaço agrestino paraibano define geograficamente a bacia leiteira de Campina Grande. É para este centro urbano que converge um fluxo sistemático de significativa parcela da produção de leite de municípios das microrregiões citadas para ser distribuída como leite "in natura" ou ser beneficiada na indústria de laticínio local.

As microrregiões do Piemonte da Borborema, Cariris Velhos, Agreste da Borborema e Brejo Paraibano como principal espaço de concentração da bacia leiteira de C. Grande, ocupa em conjunto uma extensão de 20.956 Km² correspondendo a 37% da superfície do Estado da Paraíba. O efetivo bovino nessa área é de 643.601 cabeças no ano de 1989, o que indica uma concentração de 44% do rebanho bovino paraibano (IBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1989).

Com relação a produção de leite na área que compõe a bacia leiteira focalizada, a fonte supracitada revela uma produção de 85 milhões, 861 mil litros de leite "in natura" em 1989, representando essa área aproximadamente cinquenta por cento (49,4%) da produção estadual de leite, no que concerne a finalidade do rebanho bovino nas microrregiões apontadas. Dados do Censo Agropecuário 1980, estabelece que o efetivo bovino que se destina exclusivamente a atividade leiteira é de 144.680 cabeças o que representa uma participação de 37% no rebanho do estado destinado àquela finalidade.

O nível dos indicadores apresentados traduz a importância do espaço agreste a nível sub-regional e de Campina Grande como área polarizadora da mais importante bacia leiteira da Paraíba. Em função de ser composta por várias microrregiões do agreste paraibano, a bacia leiteira de Campina Grande apresenta uma espaço bastante diversificado no que tange ao seu quadro natural, uso do solo e estrutura agrária. Nesse sentido, parece oportuno apresentar as diferenciações dos espaços micro - regionais onde está concentrada a produção leiteira desta bacia.

Cariris Velhos:

A microrregião dos Cariris Velhos constitui a sub-área da bacia leiteira em foco, na qual ressaltam-se os municípios de Boqueirão e Aroeiras como os mais importantes tributários de leite desta área.

A área dos Cariris Velhos com uma extensa superfície de 13.845 Km² ocupa a porção centro meridional do Planalto da Borborema, estendendo-se da escapa leste deste planalto à retaguarda de Campina Grande, e tendo como limite a oeste o rebordo ocidental bem mais acentuado que do lado leste. Esta microrregião, possui características bem acentuadas do agreste.

A vegetação se apresenta formada de cactos e bromélias, facheiro, xique - xique e macambira. Os juazeiros, umbuzeiros, umburana, aroeira, baraúna, são vegetais de maior porte que aparecem quebrando a violência da impressão que causa a caatinga em suas áreas mais inóspitas⁴³.

As condições naturais se refletem na seletividade do uso do solo. Sua maior força econômica concentra-se na pecuária. A atividade do criatório predomina sobre a agricultura

⁴³MELO, Mário Lacerda de. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba. In: Congresso de Geografia, 18, Rio de Janeiro, 1958. Guia de Excursão nº 7

sobressaindo o gado bovino e caprino. Mesmo dominando o sistema extensivo de criação, a vegetação de cactos, oferece condições de durante as secas normais preservar os rebanhos. Nos baixios e várzeas, onde as condições do solo são mais propícias, desenvolvem-se atividades agrícolas, principalmente de subsistência (milho, feijão).

A importância da atividade do criatório nos Cariris Velhos fica evidente a partir de alguns indicadores relacionados a forma de utilização da terra. Do total de área destinada a agricultura e a pecuária, quase setenta por cento (69,5 %) é destinada a segunda atividade, ocupando a agricultura um pouco mais de 30 % de área utilizada pelas duas principais atividades econômicas da microrregião⁴⁴. De outra parte, no que concerne a utilização da terra entre lavouras e pastagens tem-se nessa microrregião uma distribuição em que a participação da área de pastagem é de 78% no total da área ocupada simultaneamente com lavoura e pastagem, cabendo às lavouras uma área de apenas 22% (IBGE - Censo Agropecuário, 1985).

A expansão do efetivo bovino apresenta um índice de crescimento de 156% em 1989 com relação ao rebanho existente em 1970, sendo esta a microrregião que registra o menor crescimento da espécie bovina dentre as demais que formam a bacia leiteira de Campina Grande. Tal resultado, parece está relacionado com um contínuo e prolongado período de estiagem verificado no intervalo entre 1979 e 1983, quando as condições de sobrevivência da espécie bovina, nos Cariris, foram consideravelmente afetadas.

O Agreste da Borborema

Parcialmente, a bacia leiteira de Campina Grande é também constituída pela microrregião do Agreste da Borborema. Nela apresenta-se um quadro natural típico da área de transição. Compreendendo as áreas elevadas da vertente oriental da Borborema, apresenta

⁴⁴Vide tabela XXXIX, Cap. V.

vales abertos, topografia ondulada, aproximando-se de quotas médias entre 500 e 600 metros, fato que a distingue dos Cariris Velhos.

Há todo um processo histórico que justifica a diversificação do espaço agrário nesta sub-área da bacia leiteira, contudo não se pode omitir a influência dos fatores naturais na diversificação do uso da terra.

Nesta sub-área, predomina o sistema de produção gado - policultura, representado na combinação gado-algodão⁴⁵ (espécie herbácea principalmente) e com áreas bem mais extensas que o sertão, dedicadas a cultura de subsistência⁴⁶.

Este sistema gado policultura, coexistindo com a atividade de subsistência, foi alterado em alguns espaços desta microrregião pela expansão da cultura agaveira⁴⁷ principalmente a partir da década de 1940.

As profundas mudanças no quadro agrário então dominante, deram-se quando esta nova cultura do agave se expandia substituindo em certa medida as áreas do algodão, cujo preço estava em regressão face a expansão dos algodoads de São Paulo, que era o mais importante mercado da produção nordestina; e substituindo em maior escala, sobretudo na primeira etapa de expansão, as áreas de capocira e de subsistência dos arrendatários e parceiros. Esta segunda forma de expansão se deu não só pela necessidade de espaço para os

⁴⁵Segundo dados do Censo Agropecuário esta micro - região apresenta uma produção anual de 512 toneladas de algodão uma área de 2.229 hectares. (IBGE, Censo Agropecuário, 1985).

⁴⁶O Agreste da Borborema apresenta em 1985 uma área de 54.929 ha ocupada com plantações de batata doce, feijão e milho (Censo Agropecuário, 1985).

⁴⁷A área ocupada com a cultura do Agave no Agreste da Borborema é de 8.302 hectares o que corresponde a 22% da área que esta cultura ocupa no Estado.

agaviais, como pela necessidade de trabalhadores disponíveis para a cultura e beneficiamento desta, de caráter predominantemente concentrador de terras e de renda⁴⁸.

A expansão agavieira, no agreste da Paraíba, a curto prazo, trouxe reflexos, menos graves, sobre as culturas alimentares de abastecimento, uma vez que os partidos de agave no início do seu crescimento, isto é, nos primeiros anos após o plantio, permite intercalar culturas alimentares, todavia isto não é mais possível quando o agavial já adulto apresenta uma ocupação mais densa do solo. Pelo seu caráter monocultor, a agave, tornou-se bastante vulnerável ao mercado externo. Com efeito, a partir da década de 1960, esta cultura já se achava em processo de retração em decorrência dos preços do mercado externo, sendo às vezes abandonada ou substituída por pastagens, com o processo de pecuarização que se realiza não só nesta área, mas em todo o Agreste Nordestino⁴⁹.

O Brejo Paraibano

A microrregião do Brejo Paraibano ocupa parcela da área da bacia leiteira de Campina Grande. Nesta microrregião a área de concentração da produção leiteira está nos municípios de Areia e Bananeiras que juntos detém 70% da produção leiteira do Brejo.

Esta microrregião é a mais diferenciada, da área da bacia leiteira campinense, apresentando características peculiares não só no que se refere ao seu quadro natural senão quanto ao uso da terra.

⁴⁸MELO, Mário Lacerda de. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba Rio de Janeiro, Guia de excursão (7), XVII Congresso Internacional de Geografia, 1958; apud: CARTAXO, Maria Auxiliadora. Campina Grande : A Problemática do Comércio de Leite e a Formação de sua Bacia Leiteira. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife 1980.

⁴⁹Sobre o processo de pecuarização em outras áreas do Agreste ver SALES, Teresa. Agreste, Agrestes. Transformações na Agricultura Nordestina. 1982, p.41 - 63

As peculiaridades do quadro natural, no Brejo Paraibano, refletem-se nas formas de uso da terra e da estrutura agrária. Esta microrregião no que tange ao uso da terra se caracteriza pela diversificação agrícola, com lavouras de subsistência, destacando-se ao nível do Agreste paraibano como área de maior produção de arroz, feijão⁵⁰ e batata doce, verduras e frutas. A lavoura da cana-de-açúcar é também significativa nesta microrregião, com uma área de 15.261 ha e uma produção de 598.453 toneladas (Censo Agropecuário, 1985). O Brejo paraibano se apresenta como a segunda maior área de produção desta lavoura, sendo a cana-de-açúcar⁵¹ a principal atividade agrícola brejeira.

Na produção açucareira sobressaem três usinas de açúcar, a Santa Maria na parte mais alta, a usina Tanques e a São Francisco nas áreas do sopé, com uma produção anual superior a 1.000.000 (hum milhão) de sacas de 50 quilos, além de muitos engenhos rapadureiros que geralmente também fornecem cana às usinas e que estão sendo paralisados gradativamente. (LIRA, Maria G. Figueiredo; 1983: p. 28)

Prevalece, nesta microrregião, o uso da terra em mais de 60% com lavouras em relação a área simultaneamente utilizada com pastagens e lavouras. Outro elemento que confirma a tradição agrícola neste município se expressa também na área dedicada à agricultura⁵², ocupando esta atividade 69% da área utilizada com agricultura e pecuária. (Dados obtidos a partir do C. Agropecuário da Paraíba, 1985)

⁵⁰A produção de feijão na micro-região do Brejo Paraibano foi em 1985 de 10.455 toneladas numa área de 1.555 hectares

⁵¹A lavoura da cana de açúcar ocupava em 1985 no Brejo uma área de 15.261 hectares, com uma produção anual de 598.453 toneladas, isto é, 13% da produção total do Estado. (Censo Agropecuário, 1985)

⁵² Vide tabela XXXIX. Cap. V.

Por outro lado, vale ressaltar que, não obstante esta microrregião ter vocação agrícola e ser predominantemente ocupada por lavoura, tem se expandido a pecuária, inclusive com pastos plantados, passando de uma participação de 27,6% sobre o total de pastagens, em 1970, para 48,3% em 1985⁵³.

No tocante, a expansão do rebanho bovino esta microrregião registrou um índice de crescimento de 319% no ano de 1989 com relação ao efetivo bovino existente em 1970, colocando-se assim como a microrregião do estado da Paraíba onde se registrou o maior índice de crescimento da espécie bovina. A expansão da área de pastagem associada ao crescimento da espécie bovina, no Brejo Paraibano, traduz o fenômeno da pecuarização que ocorre no conjunto da bacia leiteira de Campina Grande. Uma das implicações deste fenômeno é a redução das áreas destinadas à lavoura de cana-de-açúcar e às culturas alimentares.

O Piemonte da Borborema

A sub-área da bacia leiteira que corresponde a alguns municípios do Piemonte da Borborema, tem como principais tributários os municípios de Alagoa Grande, Ingá, Guarabira e Mulungu.

Não se pode afirmar que há uma regularidade no regime de chuvas e no volume de precipitações para toda a microrregião do Piemonte. Em alguns municípios, há uma modificação da flora, aparecendo espécies xerófilas e vegetação com folhas, excetuando-se o juazeiro.

A diversidade do quadro natural desta microrregião possibilita um uso mais ou menos diversificado do solo. Nos vales úmidos dos baixos esporões do planalto, a exemplo do

⁵³Vide tabela XIII. Cap. II.

município de Alagoa Grande, desenvolveu-se a cana-de-açúcar⁵⁴ e nas áreas de maior escassez de umidade desenvolveu-se a pecuária em combinação com o algodão⁵⁵ exclusivamente herbáceo, coexistindo com a cultura de subsistência.

No Piemonte da Borborema há uma predominância forte de áreas dedicadas à pecuária em relação à agricultura. Sendo assim enquanto a pecuária ocupa 68,2% da área total destinada à agricultura e pecuária, o espaço utilizado com agricultura é de apenas 31,8% da área destinada a essas atividades ⁵⁶.

O processo de pecuarização se faz aí com grande intensidade. Esta microrregião, por ser bem servida de rodovias, recebe gado para engorda do interior do estado e do vizinho Estado do Rio Grande do Norte.

A expansão da área de pastagem se faz sobre as lavouras envelhecidas do algodão e agave e sobre os pequenos estabelecimentos, dedicados às culturas alimentares, concorrendo para graves problemas de abastecimento de alimentos dos centros urbanos e, sobretudo, gerando sérios problemas sociais para os camponeses desta área⁵⁷.

⁵⁴A produção canavieira nesta micro-região ocupa uma área de 8.261 hectares, com uma produção anual de 297.225 toneladas de açúcar. (Censo Agropecuário, 1985)

⁵⁵A cultura do algodão herbáceo, no Piemonte da Borborema, ocupa uma área de 2.876 ha com uma produção anual de 768 toneladas (*Ibidem*).

⁵⁶Vide tabela XXI.

⁵⁷CARTAXO, Maria Auxiliadora. Campina Grande. A Problemática do comércio do Leite e a Formação de sua Bacia Leiteira. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980. p. 78

3.2. ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE

As diversas atividades econômicas que se sucederam no agreste paraibano, desde a sua ocupação, assentadas sobretudo na criação de gado e lavouras de subsistência - milho, feijão, mandioca e como lavoura comercial, o algodão, solidificaram não apenas o povoamento da região, mas a apropriação de terra baseada nas grandes e médias propriedades de gado, algodão, ao lado das inúmeras pequenas propriedades, que ao longo dos anos foram sofrendo o clássico processo de subdivisão por herança. Assim, tendo em vista que, no mundo rural, a estrutura fundiária funciona sempre como condicionador básico da estrutura sócio-econômica, imprescindível torna-se tecer algumas considerações acerca da distribuição da propriedade da terra nas microrregiões da bacia leiteira focalizada nesse estudo. Desta feita, utilizamos os dados dos Censos Agropecuários de 1975, 1985 e como unidade produtiva o estabelecimento⁵⁸ agropecuário. Nesse sentido, a observação mais geral ensejada pelos dados das tabelas XV e XVI se refere a desigual distribuição da propriedade da terra. Assim, enquanto os dados da Tabela XV sugere a grande participação em termos do número dos estabelecimentos com menos de 5 hectares representando, em 1985, percentuais de 50% nos Cariris Velhos; 81% no Piemonte; 77% no Agreste da Borborema e 80% no Brejo Paraibano, sobre o total dos estabelecimentos, os dados da Tabela XVI, por sua vez, exibem uma baixa participação dessa categoria de estabelecimento; em termos de área ocupada, salientando-se percentuais de 3% nos Cariris Velhos, 11% no Piemonte da Borborema e, no Agreste da Borborema e Brejo Paraibano, percentuais de 11,0% e 16% respectivamente. No

⁵⁸Em 1975 muda o conceito de estabelecimento do Censo Agropecuário. Agora, ao contrário dos Censos anteriores, um estabelecimento pode conter duas ou mais parcelas de terras descontínuas desde que estejam sob a mesma administração, quando antes estas parcelas contavam com estabelecimentos distintos. Por conseguinte uma análise da distribuição fundiária com base nos estabelecimento Agropecuário pode não refletir o real nível da concentração da propriedade da terra.

extremo oposto se encontram os estabelecimentos com mais de 500 ha que são consideravelmente reduzidos em termos numéricos, (Tabela XV), no entanto concentram áreas expressivas. Sobre esta categoria de estabelecimentos, com base no censo de 1985, a Tabela XV mostra que em termos numéricos sua participação no total dos estabelecimentos é de 1,2% na microrregião dos Cariris Velhos, não correspondendo a uma participação de uma unidade percentual nas outras microrregiões. Esta categoria de estabelecimento com mais de 500 hectares de área, contudo, apresenta participações expressivas sobre a área total dos estabelecimentos com percentuais de 38% para a microrregião dos Cariris Velhos, 25% no Piemonte da Borborema e participações de 31% e 20%, respectivamente, para o Agreste da Borborema e Brejo Paraibano (Ver Tabela XVI).

Uma outra observação também sugerida pelos dados da Tabela XV é a de que a pequena propriedade (com área de até 50 hectares) existe com significativa frequência nas microrregiões do Brejo Paraibano, Piemonte e Agreste da Borborema e em nível relativamente menor nos Cariris Velhos. No entanto, os grupos de área de mais de 50 hectares tem seu maior predomínio, dentre as quatro microrregiões abordadas, na microrregião dos Cariris Velhos, apresentando no substrato de 50 a menos de 200 ha uma participação de 8%, ao passo que nas outras microrregiões esta participação é ligeiramente superior a dois por cento, a exceção do Brejo que registra tão somente 1,4% dos estabelecimentos com área entre 50 a 200 ha. Este fato está estritamente relacionado ao processo histórico de ocupação de cada espaço micro-regional, onde a diferenciação nas formas de uso da terra expressa na predominância quer da pecuária extensiva - no caso dos Cariris Velhos -, quer da agricultura desenvolvida por pequenos e micro produtores (no Piemonte e Brejo paraibano) influenciou diretamente, modelando o espaço e determinando o tipo de estrutura fundiária dominante.

10
Tabela XV

Paraíba : Distribuição do número de estabelecimento por grupo de área nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande -1985.

Grupos de Area em (ha)	MICRO REGIÕES							
	Cariris Velhos		P. da Borborema		Agreste Paraibano		Brejo Paraibano	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0 → 5	15.790	49,98	19.588	81,33	20.566	76,94	10.226	79,60
5 → 10	4.788	15,15	1.965	8,15	2.916	10,90	1.457	11,34
10 → 20	3.848	12,18	1.074	4,45	1.408	5,26	565	4,39
20 → 50	3.449	10,91	696	2,89	925	3,46	302	2,35
50 → 100	1.584	5,01	318	1,32	375	1,40	93	0,72
100 → 200	996	3,15	214	0,88	241	0,90	86	0,66
200 → 500	741	2,34	161	0,66	206	0,77	93	0,72
500 → 1000	237	0,75	49	0,20	54	0,20	17	0,13
1000 e mais	141	0,44	18	0,07	38	0,14	7	0,05
Sub-Totais	_____		_____		_____		_____	
Menos de 50	27.875	87,3	23.323	96,8	25.815	96,7	12.550	97,7
50 → 200	2.585	8,2	532	2,2	616	2,3	179	1,4
200 → 500	741	2,4	161	0,7	206	0,7	93	0,2
500 e mais	378	1,2	67	0,3	92	0,3	24	0,2
TOTAL	31.587	100,0	24.083	100,0	26.729	100,0	12.846	100,0

Fonte : IBGE - Censo Agropecuário, 1985

Tabela XVI

Paraíba : Distribuição da area dos estabelecimentos por grupos de area nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande - 1985.

Grupos de Area em (ha)	MICRO REGIÕES							
	Cariris Velhos		P. da Borborema		Agreste Paraibano		Brejo Paraibano	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0 → 5	31.838	2,9	26.399	11,0	17.376	15,7	17.376	15,7
5 → 10	30.902	2,8	12.781	5,5	19.301	6,0	9.382	8,5
10 → 20	49.913	4,7	13.967	6,0	18.335	5,7	7.382	6,7
20 → 50	101.429	9,5	20.832	9,0	27.410	8,6	8.897	8,0
50 → 100	105.862	9,4	21.699	9,4	25.808	8,0	6.495	5,8
100 → 200	131.857	12,3	29.167	12,6	33.030	10,3	11.814	10,7
200 → 500	220.818	20,5	47.402	20,5	60.398	18,9	26.794	24,3
500 → 1000	158.428	14,7	33.901	14,7	37.612	11,8	10.314	9,3
1000 e mais	247.596	22,9	24.262	10,5	61.491	19,3	11.649	10,5
Sub-Totais								
Menos de 50	214.082	19,8	73.979	32,1	100.346	31,5	43.037	39,0
50 → 200	237.719	22,0	50.866	22,0	58.838	18,5	18.329	16,6
200 > 500	220.719	20,4	47.402	20,6	60.398	18,9	26.794	24,3
500 e mais	406.024	37,6	58.163	25,2	99.103	31,0	21.963	19,9
TOTAL	1.078.648	100,0	230.410	100,0	318.685	100,0	110.123	100,0

Fonte : IBGE - Censo Agropecuário, 1985

12
Tabela XVII

Tabela : Distribuição dos Estabelecimentos agropecuários por área nos municípios pesquisados - 1985.

Grupos de Área em (ha)	Distribuição ABS. e Relativa da área (ha)								Distribuição ABS. e Relativa dos Estabelecimentos							
	Aroeiras		Boqueirão		C. Grande		Queimadas		Aroeiras		Boqueirão		C. Grande		Queimadas	
	Áreas	%	Áreas	%	Áreas	%	Áreas	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0 → 5	5.687	11,3	3.051	3,0	4.827	6,2	5.372	15,3	3.313	72,5	1.281	43,6	3.234	76,7	3.271	80,6
5 → 10	3.099	6,1	2.984	2,9	2.335	3,0	2.438	6,9	473	10,3	438	14,9	347	8,2	348	8,6
10 → 20	4.288	8,5	5.679	5,6	2.634	3,3	2.583	7,4	327	7,1	409	14,0	201	4,7	186	4,5
20 → 50	7.485	14,8	11.649	11,6	5.902	7,6	4.299	12,2	256	5,61	384	13,0	191	4,5	149	3,4
50 → 100	6.529	12,9	14.152	14,0	6.549	8,4	4.045	11,5	93	2,0	212	7,2	94	2,2	62	1,5
100 → 200	9.454	18,7	15.750	15,6	7.120	9,1	3.909	11,1	69	1,5	114	3,8	54	1,2	28	0,6
200 → 500	10.085	20,0	22.239	22,1	17.610	22,6	5.423	15,4	34	0,7	74	2,5	61	1,4	19	0,4
500 → 1000	636	1,3	10.792	10,7	11.858	15,2	582	1,7	01	0,02	16	0,5	19	0,4	01	0,02
1000 e mais	3.180	6,3	14.318	14,2	18.936	24,3	6.450	18,4	03	0,1	09	0,3	13	0,3	03	0,1
Sub-Totais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Menos de 50	20.559	40,8	23.363	23,2	15.698	20,2	14.692	41,8	4.369	95,6	2.512	85,5	3.973	94,3	3.945	97,2
50 → 200	15.982	31,7	29.902	29,7	13.669	17,6	7.955	22,7	162	3,5	326	11,0	148	3,5	90	2,2
200 → 500	10.085	19,9	22.239	22,1	17.610	22,6	5.423	15,4	34	0,7	74	2,5	61	1,4	19	0,5
500 e mais	3.816	7,6	25.110	24,9	30.794	39,5	7.032	20,0	04	0,1	25	0,8	32	0,8	04	0,1
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	50.587	100,0	100.614	100,0	77.771	100,0	35.102	100,0	4.569	100,0	2.937	100,0	4.214	100,0	4.058	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 1985

Tabela XVIII

Paraíba : Evolução da Área média por categoria de Estabelecimentos Agropecuários nas micros regiões da Bacia Leiteira de Campina Grande: 1975 e 1985

Grupos de Área (ha)	1975				1985			
	Cariris Velhos	Piemonte da Borb.	Agreste Borborema	Brejo Paraibano	Cariris Velhos	Piemonte da Borb.	Agreste Borborema	Brejo Paraibano
0 → 10	8,47	7,9	8,31	8,17	8,46	7,84	8,3	8,12
10 → 20	13,05	13,17	13,06	12,69	12,97	13,00	13,01	13,06
20 → 50	29,76	29,65	29,68	29,66	29,40	29,93	29,63	29,46
50 → 100	66,44	66,56	66,98	69,23	66,83	68,23	66,82	69,83
100 → 200	132,34	131,13	136,64	140,15	132,38	136,29	137,05	137,37
200 → 500	394,03	290,46	302,64	286,18	298,00	294,42	293,19	288,06
500 e mais	2.970,08	1.974,94	2.265,92	1.872,74	3.004,26	2.039,73	2.314,69	2.270,84

Fonte : IBGE - Censo Agropecuario da Paraíba , 1975 e 1985.

Notas : I - Para os Cálculos da Área Média utilizou-se os dados das tabelas I e II

II - A variação absoluta da área média no estrato de [500 ha mais] entre 1975 e 1985 foi: de 34, 18 ha nos C. Velhos; 64,79 ha no P. Da Borborema; e de 48,77ha e 398,1 ha respectivamente, nas microrregiões do Agreste da Borborema e Brejo Paraibano.

Com relação a distribuição da propriedade da terra nos municípios onde realizamos a pesquisa empírica, essa apresenta característica similar à observada nas microrregiões analisadas, isto é, constata-se uma expressiva participação numérica dos estabelecimentos com área inferior a 5 hectares com pequena participação sobre a área total dos estabelecimentos. Nesse sentido, os dados da tabela XVII indicam uma participação, deste grupo de estabelecimentos, superior a 70% nos municípios de Aroeiras, Campina Grande e Queimadas, ao passo que no município de Boqueirão observa-se uma participação de apenas 44% dos estabelecimentos com menos de 5 ha sobre o total dos estabelecimentos. Não obstante ser significativo o número desta categoria de estabelecimentos, sua participação na área total é acentuadamente reduzida nos municípios de Boqueirão e Campina Grande com percentuais de 3% e 6% respectivamente (Tabela XVII). Por outro lado, com relação aos estabelecimentos de área de mais de 500 ha, estes existem em maior frequência nos municípios de Boqueirão e Campina Grande, com igual participação (isto é 0,8%) sobre o total dos estabelecimentos agropecuários destes municípios. Embora reduzidos numericamente, os estabelecimentos com mais de 500 ha absorvem parcela significativa da área total, exceto o município de Aroeiras, onde esta categoria de estabelecimento absorve 7,6% da área total, o que confere a este município uma distribuição menos concentrada de propriedade da terra.

De outra parte, uma visão nítida sobre o processo de concentração da propriedade da terra ao nível das microrregiões analisadas, é ensejada através dos dados da Tabela XVIII. Nesse sentido, ao considerarmos como indicador da concentração fundiária a evolução da área média dos diferentes grupos de área, entre 1975 e 1985 nota-se uma pequena variação da área média nos grupos de área de até 50ha, ao passo que a área média dos estabelecimentos de mais de 500 hectares cresce em maior proporção nas quatro microrregiões analisadas no período abordado.

Vale ressaltar, ademais, que o mais expressivo crescimento da área média na categoria de estabelecimento de mais de 500ha na microrregião do Brejo Paraibano pode ser considerado como reflexo da expansão da atividade pecuária, sobretudo a partir da década de 1980 e que tem apresentado como uma de suas características a transformação de espaços até então destinados a produção agrícola em áreas de pastagens⁵⁹.

Embora os dados que apresentamos sobre a estrutura fundiária, nas microrregiões da bacia leiteira focalizada e nos municípios onde se deu a pesquisa de campo, abarquem um período de apenas dez anos; não constituindo, portanto, uma série histórica mais ampla, eles conseguem exprimir a distribuição desigual da propriedade da terra nesses espaços, e ao mesmo tempo revelam o processo de concentração fundiária traduzida pelo crescimento da área média das grandes propriedades (área de mais de 500 ha). Isto nos possibilita afirmar que no espaço geográfico analisado, tal como no contexto regional e em outras áreas do País, a estrutura da propriedade da terra mostra-se no decorrer dos anos sem ser profundamente abalada, atravessando as diversas fases, mas mantendo o nível de concentração relativamente constante, apesar dos avanços e recuos que ocorrem quando os produtos de expressão econômica, das grandes propriedades, caem, muitas vezes por razões de mercado, em desprestígio comercial, acarretando uma redução na produção, mas não necessariamente na concentração fundiária.

Nestes períodos, cabe dizer, as terras são cedidas a meeiros, parceiros, arrendatários etc, sem no entanto comprometer a posse da terra, sendo permitido apenas o seu uso, às vezes por períodos bastante curtos, principalmente nas propriedades onde há convivência da agricultura com o gado⁶⁰.

⁵⁹Sobre o crescimento da área de pastagens no Brejo Paraibano. Vide tabela XII.

⁶⁰LIRA, Maria Gitana Figueiredo. O Homem ou o Boi, o Roçado ou o Capim. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, 1983 : 64.

De outra parte, importante é sublinhar que o grande interesse da classe rural dominante em manter o monopólio da terra é em função de sua valorização⁶¹ sobretudo tendo em vista a implantação da infra-estrutura amplamente promovida pela ação do próprio setor público. Acresce ainda, que a posse da terra é a principal fonte de poder político exercido pelos grandes proprietários, que embora, tenham reduzido substancialmente a sua importância política no plano nacional, continuam a reter parcela considerável desse poder no meio rural do Nordeste. A apropriação desse fator - a terra - garante ainda uma elevada concentração de renda, gerada tanto por formas de arrendamento extorsivo, quanto pela subordinação da mão-de-obra sob determinadas condições de relações de trabalho, além de outros mecanismos de expropriação do excedente produzido no campo pelos pequenos proprietários e parceiros.

Vale ressaltar, ainda, que a posse da terra garante também o acesso ao crédito bancário subsidiado, que geralmente é repassado pelo proprietário, em condições de elevados juros ao arrendatário ou posseiro, para financiamento do processo produtivo. Esse financiamento muitas vezes é pago em produto - por ocasião da safra; ou mesmo antecipadamente, através da venda na folha-sempre com reais desvantagens para o produtor sem terra, funcionando o proprietário mais como um comerciante do que mesmo como agente produtor rural. (GARCIA, Cesar et alli - A Questão Agrária e a SUDENE)

⁶¹A terra também se converte em uma reserva de valor, papel esse que parece se aprofundar na etapa do capitalismo monopolista. Wanderley aponta com clareza as implicações desse processo." Ao comprar uma terra o proprietário não tem em vista considerá-la exclusivamente como condição da produção e como fonte de remuneração específica, sob forma de renda fundiária. Por razões econômicas de ordem mais geral (inflação por exemplo), o capital investido na compra de terra será valorizado independentemente de um posterior investimento de capital produtivo nesta mesma terra. Não é, portanto, necessário para o proprietário dirigente da produção recuperar o preço da terra, contabilizando - o nos custos de produção. A terra tem um significado de reserva de valor e é considerada fundamentalmente como patrimônio, independentemente de qualquer exploração econômica." (WANDERLEY, 1979 : 34)

Em síntese, quer em âmbito mais específico (microrregiões e municípios em estudo) quer no contexto nacional a apropriação privada da terra gerou o processo de exploração e acumulação de um grupo socialmente diferenciado que concentra a renda e permanece dominante numa sociedade nitidamente estratificada, onde segundo Celso Furtado, a propriedade é acima de tudo a base de um sistema de poder, contribuindo para a desigualdade na distribuição da renda. Sobre isto Furtado assinala que "... Considerando o mesmo problema do ponto de vista de suas consequências sociais, comprova-se que tal organização econômica engendra um sistema de distribuição de renda pelo qual uma fração substancial dessa renda - de 50 a 60 por cento - se encontra em mãos de uma minoria que, dificilmente alcança 5% da população " (FURTADO, 1978: 97).

3.3. O REBANHO LEITEIRO E A DENSIDADE PRODUTIVA NA BLCG.

Logo que o criatório paraibano se expandiu pelo interior, ocupando as áreas do planalto da borborema e as regiões sertanejas, sua função foi exclusivamente suprir a área açucareira da Paraíba e Pernambuco de gado de tração. A função abastecedora de gado como alimento, seja carne, leite e outros produtos lácteos, ficara limitada por muito tempo, face ao auto-abastecimento, pela própria produção da criação encurralada no interior dos engenhos (Joffily, op. cit, 206).

A proporção que o processo econômico vai reformulando os padrões de ocupação do espaço, que os centros urbanos, seja litorâneos ou do próprio interior vão crescendo, que as estradas vão dando mais acesso às áreas produtoras, a demanda por produtos da pecuária, especialmente o leite e seus derivados, vai aumentando. Sendo assim, as áreas rurais mais próximas passam a fornecer, de forma mais ou menos sistemática, o leite com fins de abastecimento dos centros urbanos, e dessa forma o leite vai se tornando, cada vez, um produto de importância comercial.

Esta demanda permanente de leite das áreas que circundam determinados centros urbanos está condicionada, principalmente, a expansão demográfica destes. Dessa forma, podemos dizer que a evolução urbana de algumas cidades paraibanas (a exemplo de Campina Grande) e a implantação de indústrias de beneficiamento de leite no estado, a partir de 1970, constituem fatores decisivos na intensificação do criatório leiteiro paraibano, particularmente nas áreas polarizadas pela bacia leiteira de Campina Grande.

Nestes termos, em que pese os obstáculos que tem enfrentado a economia leiteira, a Paraíba apresenta um efetivo leiteiro de 489.176, em 1985, o que indica uma participação de mais de 36% sobre o efetivo bovino total. Este percentual indica uma retração do rebanho leiteiro do estado se comparado aos dados da década de 1970 (ver tabela XIX). Sem dúvida essa constatação reflete os problemas da economia leiteira, onde a margem de ganho do produtor rural é bastante reduzida, mostrando-se a criação de gado de corte uma melhor alternativa de ampliar sua margem de lucro face a liberação do preço da carne. Além disso, a ocorrência de longos períodos de estiagem tem agravado sobremaneira as condições de produção da pecuária leiteira paraibana.

TABELA XIX

PARAÍBA: FINALIDADE DO REBANHO BOVINO: 1970-1975 1980 E 1985

Tipo de	1970		1975		1980		1985	
	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças %	%
Gado de Leite	440.476	51	423.002	36	392.916	30,3	489.176	36,4
Gado de Corte	316.988	36	511.132	44	766.946	59,0	715.441	53,2
Gado Misto	95.077	11	213.726	18	124.520	9,6	126.897	9,5
Animais de Tração	13.407	1,5	15.214	1,3	11.699	0,9	11.059	0,8
Total Efetivo	865.948	100	1.163.074	100	1.296.081	100	1.342.573	100

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUÁRIO DA PARAÍBA, 1970, 1975, 1980 E 1985

As quatro microrregiões onde se situam os principais municípios formadores da bacia leiteira de Campina Grande concentram em seu conjunto 37% da pecuária leiteira da Paraíba (Censo Agropecuário 1980). Ao nível particular de cada uma das microrregiões encontramos variações da participação da pecuária leiteira no efetivo bovino total o que vem evidenciar a maior dedicação de algumas microrregiões à atividade leiteira. Nesse sentido, ressaltamos a microrregião dos Cariris Velhos onde o rebanho voltado à produção de leite representa quase 40% da pecuária bovina dessa microrregião (ver tabela XX). A microrregião do Agreste da Borborema, como importante área produtora de leite na Paraíba possui mais de 30% do seu efetivo bovino dedicado à produção leiteira. Observa-se, também, na tabela referida que as microrregiões do Piemonte da Borborema e Brejo Paraibano apresentam uma menor participação no plantel leiteiro e um predomínio do gado de corte, quando analisadas como espaços microrregionais. Entretanto, deve-se ressaltar que determinados municípios dessas microrregiões, a exemplo de Ingá, Alagoa Grande, e Itabaiana no Piemonte da Borborema e os municípios de Areia e Bananeiras no Brejo tem-se destacado como importantes áreas produtoras de leite, principalmente a partir da segunda metade dos anos 80, quando a produção de leite desses municípios cresce significativamente (ver tabela XXIV), tornando-se os mesmos importantes fornecedores de leite à indústria de laticínios em Campina Grande.

Nas microrregiões dos Cariris Velhos e Agreste da Borborema, respectivamente, os municípios de Boqueirão e Queimadas registraram em 1975 mais de 60% do efetivo bovino destinado a leite⁶². A este respeito, o resultado da pesquisa empírica indica que 64% dos criadores entrevistados buscam na pecuária a produção de leite, 34% consideram uma produção mista e, 2% dos entrevistados apontam a criação para corte como a atividade predominante.

⁶² Censo Agropecuário da Paraíba, 1975

Tabela XX

Finalidade do Rebanho bovino nas Micro-Regiões da Bacia Leiteira Campinense - 1970 e 1980

Micro-Regiões e Periodos	TIPO DE GADO							
	Gado de Corte		Gado de Leite		Gado Misto		Total	
	cabças	%	cabças	%	cabças	%	cabças	%
<u>Em 1970</u>								
P. da Borborema	54.744	54,2	28.597	28,3	16.548	16,3	100.954	100,0
B. Paraíba	9.230	41,0	8.915	39,7	4.060	18,0	22.462	100,0
A. da Borborema	25.735	29,1	48.204	54,6	12.232	13,8	88.268	100,0
C. Velhos	34.014	20,9	114.996	70,9	11.461	7,1	162.069	100,0
<u>Em 1980</u>								
P. da Borborema	120.871	82,7	17.191	11,7	6.333	4,3	146.083	100,0
B. Paraíba	36.997	74,5	9.644	19,4	2.920	5,8	116.758	100,0
A. da Borborema	67.450	57,7	35.730	30,6	12.664	10,8	116.758	100,0
C. Velhos	100.883	48,1	82.115	39,2	24.555	11,7	209.374	100,0

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários da Paraíba, 1970 e 1980

Representando no seu conjunto a principal área contínua de concentração da bacia leiteira de Campina Grande, as microrregiões dos Cariris Velhos, Piemonte da Borborema, Agreste da Borborema e Brejo Paraibano apresentam diferenciados graus de concentração da produção leiteira em relação a superfície territorial ocupada por cada espaço micro-regional, conforme, indicam os dados da (tabela XXI).

TABELA XXI

DENSIDADE DA PRODUÇÃO LEITEIRA NAS MICRORREGIÕES PESQUISADAS

Microrregiões	Produção Absoluta de Leite (1000 litros)	Superfície (Km ²)	Densidade Leiteira (Mil L/Km ²)
Cariris Velhos	25.481	13.845	1,84
Piemonte da Borborema	18.940	2.345	8,08
Agreste da Borborema	26.751	3.661	7,31
Brejo Paraibano	14.689	1.105	13,29

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DA PARAÍBA, 1985 E PRODUÇÃO DA PECUÁRIA MUNICIPAL, 1989

Nesse sentido, registra-se no Brejo Paraibano uma distribuição mais densa com uma produção superior a 13 mil litros de leite por Km². Em segundo lugar destaca-se o Piemonte da Borborema com um nível de distribuição da produção leiteira por Km² superior a 8 mil litros. Por sua vez, a microrregião do Agreste da Borborema apresenta uma distribuição de sua produção leiteira de mais de 7 mil litros por Km². Nos Cariris Velhos tem-se uma concentração menos densa da produção leiteira por Km², sendo esta de apenas 1,8 mil litros, para este índice, admite-se como fator explicativo a grande extensão territorial dessa microrregião, a qual ocupa uma área de 13.845 Km², corresponde a 24,6% da superfície do Estado da Paraíba. Em relação aos Cariris Velhos, a sua grande extensão territorial associada às condições naturais desta área favorecem o sistema do criatório extensivo que determinou o próprio processo de ocupação deste espaço. Por outro lado, o sistema extensivo de criação nessa microrregião é também amplamente viabilizado pelas disponibilidades de áreas ocupadas com pastagens. Nesta microrregião as pastagens ocupam

629.540 ha o que corresponde a 78% da área utilizada com lavouras e pastagens nos Cariris Velhos (IBGE - Censo Agropecuário, 1985). Diferentemente, no Brejo Paraibano até 1985 a área ocupada com pastagem apresentava-se bastante abreviada (34.085 ha,, significando apenas 39% da área com lavoura e pecuária, o que pode explicar nessa microrregião, a existência de um criatório menos extensivo face às demais microrregiões de bacia leiteira abordada nesse trabalho.

De outra parte, quando se analisa a relação entre a produção de leite e a área de pastagens (tabela XXII) nas microrregiões da bacia focalizada nota-se, não obstante a grande quantidade absoluta do leite produzido, uma densidade relativamente baixa da quantidade de leite produzido por hectare de pastagem nos Cariris Velhos. Isto se deve, sobretudo a abundância de terras disponíveis para pastagens, o relativo baixo valor da terra, às condições do quadro natural, a forma de criação ou seja a atividade leiteira em grande parte, como uma decorrência da atividade de corte, todos estes fatores associados ao próprio processo histórico de produção deste espaço explicam assim, a ocorrência da maior extensividade da criação e por conseguinte a baixa densidade da produção de leite por área de pastagem em relação as microrregiões do Agreste da Borborema e Brejo Paraibano que apresenta uma produção de leite por área de pastagem de 142 e 110 litro

TABELA XXII

PRODUÇÃO DE LEITE POR ÁREA DE PASTAGENS NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DA BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE: 1985

Microrregiões	Área utilizada com pastagens (ha)	Produção de leite(mil litros)	Densidade Leiteira (Mil L/Km ²)
Cariris Velhos	629.540	50.113	79,7
Piemonte da Borborema	125.420	17.794	142,4
Agreste da Borborema	135.613	9.452	70,0
Brejo Paraibano	34.085	3.755	110,4

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DA PARAÍBA, 1985

Considerando, então a produção de leite no âmbito das esferas municipais, dados do IBGE - Produção da Pecuária municipal indicam que em 1989, o Estado da Paraíba contava com 21

municípios com produção de leite anual superior aos 2 milhões de litros, distribuídos nas diversas microrregiões do Estado, segundo revela os dados do tabela XXIII. Dessa forma vale assinalar que dentre os 21 municípios⁶³ maiores produtores de leite na Paraíba, 12 estão localizados na área geográfica das microrregiões que constituem a principal bacia leiteira do estado, isto é, a bacia de Campina Grande.

Assim, ao nível da microrregião dos Cariris Velhos destacam-se os municípios de Boqueirão produzindo anualmente 4 milhões e 998 mil litros, Umbuzeiro cuja produção leiteira é de 3 milhões 204 mil litros de leite, Sumé alcançando em volume de 2 milhões 804 mil litros e o município de Aroeiras produzindo 2 milhões 789 mil litros de leite ao ano. Na microrregião do Agreste da Borborema, salientam-se como principais produtores de leite os municípios de Campina Grande com 5 milhões 608 mil litros, Queimadas apresentando 5 milhões, 209 mil litros e Solânea produzindo 2 milhões e 955 mil litros de leite ao ano. Em relação ao Piemonte da Borborema, destacam-se como principais produtores, nessa microrregião, os municípios de Alagoa Grande com produção de mais de 6 milhões de litros e os municípios de Ingá e Itatuba ambos com produção de mais de 2 milhões de litros de leite anualmente.

⁶³Ver a relação dos 21 municípios com suas respectivas produção leiteira na Tabela XXIII

Tabela XXIII

PARAÍBA: PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE LEITE - 1989

MUNICÍPIOS	Produção de Leite (mil litros)	MUNICÍPIOS	Produção de Leite (mil litros)
Alagoa Grande	6.374	Olho d'água	2.518
Araruna	4.500	Paulista	2.943
Areia*	5.190	Pombal	6.681
Aroeiras*	2.789	Pilar	2.946
Bananeiras*	5.198	Queimadas**	5.269
Boqueirão*	4.998	S. José de Espinhara	2.292
Campina Grande**	5.608	Solânea*	2.955
Ingá*	2.490	Souza	5.143
Itabaiana	2.580	Sumé**	2.804
Itatuba*	2.387	Umbuzeiro*	3.204
Mogeeiro	2.638		

FONTE: FIBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1989

No Brejo Paraibano, sobressaem-se na produção leiteira os municípios de Areia e Bananeiras produzindo respectivamente, 5 milhões 190 mil litros e, 5 milhões 198 mil litros. Estes dois municípios, constituem o mais amplo espaço de concentração da produção leiteira no Brejo Paraibano, respondendo por mais de 70% (70,7%) do volume de leite produzido nessa microrregião. O município de Areia registrou no período 1985/89 um crescimento absoluto de sua produção leiteira 4 milhões 572 mil litros de leite, no município de Bananeiras este incremento foi

* Municípios que pertencem à Bacia Leiteira de Campina Grande num total de 12 municípios entre os de maior produção de leite na Paraíba.

de 3 milhões 817 mil litros de leite no aludido período⁶⁴. Estes expressivos aumentos da produção de leite nesses municípios reflete a expansão da pecuária bovina na microrregião do Brejo Paraibano, sobretudo a partir dos anos oitenta.

No que concerne a evolução recente da produção leiteira nos principais municípios produtores nos espaços micro-regionais da bacia campinense a partir de meados da década de 1980, os dados da tabela XXIV indicam que nos municípios de Queimadas, Alagoa Grande, Ingá, Itatuba e sobretudo nos municípios de Areia e Bananeiras, no Brejo Paraibano conforme salientemos anteriormente, tem se elevado significativamente o volume de leite produzido no quadriênio 1985-89, ao passo que nos municípios de Aroeiras, Boqueirão, e Campina Grande tem-se verificado um decréscimo do volume do leite produzido no período citado, conforme visualiza-se nos dados da tabela XXIV.

⁶⁴Dados elaborados a partir de pesquisa junto a FIBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1985 e 1989.

Tabela XXIV

EVOLUÇÃO RECENTE DA PRODUÇÃO LEITEIRA NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES NA BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE: Período: 1985 e 1989

Micro-Regiões e Municípios	Produção absoluta de leite (em mil litros)		Percentual de Incremento relativo
	1985	1989	
CARRIS VELHOS	50.113	25.481	-49,2
Aroeiras	7.211	2.789	-61,3
Boqueirão	11.521	4.998	-56,6
Sumé	2.597	2.804	8,0
Taperoá	2.228	1.156	-48,0
Umbuzeiro	4.902	3.204	-34,6
PIEMONTE DA BORBOREMA	9.452	18.840	100,4
Alagoa Grande	850	6.374	649,9
Guarabira	915	1.000	9,3
Ingá	1.649	2.490	51,0
Itatuba	1.307	2.387	82,6
AGRESTE DA BORBOREMA	17.794	26.751	50,3
Campina Grande	6.398	5.407	-15,5
Queimadas	3.584	5.027	40,3
Massaranduba	884	1.541	74,3
BREJO PARAIBANO	3.755	14.689	291,2
Arela	618	5.190	739,8
Bananeiras	1.381	5.198	276,4

Fonte: FIBGE - Produção da Pecuária Municipal Paraibana: 1985 e 1989.

Não obstante a redução que se tem registrado na produção leiteira, desde 1986, nos três municípios supra mencionados, os municípios de Aroeiras, Boqueirão, Queimadas e Campina Grande formam o mais amplo espaço contínuo de produção leiteira da Bacia campinense. Nesse sentido, os dados da tabela XXV indicam a tradição desses municípios como os mais importantes produtores de leite das microrregiões dos Cariris Velhos e Agreste da Borborema.

Com relação aos municípios dos Cariris Velhos isto é, Aroeiras e Boqueirão, os dados da tabela referida revelam que em 1970 estes dois municípios respondiam com 42,5% do leite produzido nessa microrregião, cabendo a Aroeiras um volume superior aos 4 milhões de litros

naquele ano, ao passo que o município de Boqueirão concorria praticamente com 4 milhões de litros de leite nesse período. A quantidade de leite produzido nesses municípios, evoluiu positivamente no período 1970-85 (salvo uma ligeira inversão da produção leiteira de Aroeiras em 1975) chegando esses municípios a corresponder com mais de 47% da produção leiteira nos Cariris Velhos, no ano de 1985. Nesse ano, constata-se uma produção de leite absolutamente elevada nesses municípios, com nível de produção de mais de 11 milhões de litros de leite em Boqueirão e o volume de mais de 7 milhões de litros de leite em Aroeiras. A partir de 1986, contudo, nota-se que a produção de leite nesses municípios vem em declínio, mesmo que ela ainda represente mais de 36% do leite produzido na microrregião dos Cariris Velhos⁶⁵.

Por sua vez, considerados os maiores produtores de leite da microrregião do Agreste da Borborema, os municípios de Campina Grande e Queimadas, que desde 1970 já confirmam esta tradição quando ambos despontam com um volume de leite produzido que ultrapassam os 3 milhões de litros de leite. Em termos relativos a estes município competia mais de 57% da produção de leite do Agreste da Borborema no princípio da década de setenta. Ao longo das duas últimas décadas (1970 e 1980) a produção leiteira desses municípios do Agreste da Borborema evoluiu satisfatoriamente. Em que pese uma redução na quantidade de leite produzido no município de Campina Grande entre 1985-86, estes dois municípios conseguem assegurar entre 1970-88 um percentual de participação superior a 50% sobre a produção leiteira naquela microrregião. Em conjunto os municípios de Aroeiras, Boqueirão, Campina Grande e Queimadas, produzindo 18 milhões 664 mil litros de leite (IBGE-Produção da Pecuária Municipal, 1989), participam com aproximadamente 36% da produção leiteira das duas principais microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande (Cariris Velhos e Agreste da Borborema) A partir dos níveis

⁶⁵Ver tabela XXV

expressivos do volume de leite produzido nos quatro municípios salientados anteriormente, pode-se inferir que a alta produção absoluta de leite nos municípios de Aroeiras, Boqueirão, Queimadas e Campina Grande, resulta de uma certa dedicação desses municípios à atividade de criação leiteira com fins, inclusive, de abastecer o mercado de Campina Grande.

Ademais, a existência desse quadrilátero é de suma importância para o abastecimento da Indústria de laticínio de Campina Grande - ILCASA - através do fornecimento da matéria prima necessária, isto é, o leite "*in natura*". Com efeito, esses quatro municípios constituem importantes tributários daquela indústria de beneficiamento de leite, pois parte significativa do leite entregue diretamente⁶⁶ na plataforma da ILCASA procede dos quatro municípios supra mencionados. Isto torna-se evidente quando observar-mos a Tabela XXVI, pois conforme indicam seus dados a quantidade de leite "*in natura*" recebida na plataforma da Indústria de beneficiamento em mais de 65% é oriunda do conjunto dos municípios de Aroeiras, Boqueirão, Queimadas e Campina Grande valendo ressaltar que no ano de 1985, esses municípios chegam a responder com quase 70% do leite entregue na plataforma daquela indústria de laticínios.

Constata-se ainda, a partir da análise da referida tabela, que dentre os quatro municípios abordados, o município de Campina Grande apresenta-se como o maior fornecedor de leite "*in natura*" àquela indústria, participando com mais de 30% do leite recebido na plataforma da ILCASA. Em seguida coloca-se o município de Aroeiras, como o segundo maior tributário daquela indústria, o qual, no entanto, sinaliza uma redução na sua participação como fornecedor de leite "*in natura*" a referida indústria.

⁶⁶Quando falamos do leite recebido diretamente na plataforma da Indústria, estamos excluindo a produção proveniente de postos de coleta e resfriamento que a ILCASA possui em outras áreas da Paraíba e até mesmo em outros Estados.

Tabela XXV

Evolução da Produção Leiteira nos Municípios Pesquisados : 1970, 1975, 1980 e 1985-88 (Produção em 1000 litros)

Area da Pesquisa de Campo	1970		1975		1980		1985		1986		1987		1988	
	Volume Absoluto	%												
C. Velhos	19.406		25.884		32.111		50.113		21.730		20.123		21.031	
I. Aroeiras	4.286	22,0	3.883	15,0	5.309	16,5	7.211	14,3	3.304	15,2	2.641	13,1	2.743	13,0
II. Boqueirão	3.986	20,5	4.821	18,6	8.822	27,4	11.521	22,9	4.400	22,0	4.200	20,8	4.870	23,1
% (I + II)		42,5		33,6		43,9		47,2		37,2		33,9		36,1
Agreste da Borborema	10.673		14.354		14.874		17.794		18.526		19.102		20.891	
III. Campina Grande	3.012	28,2	4.487	31,2	4.454	30,0	6.398	36,0	5.108	27,5	5.205	27,2	5.608	26,8
IV. Queimadas	3.090	28,9	3.110	21,6	4.024	27,0	3.584	20,1	4.559	24,6	4.922	25,7	5.269	25,2
% (III + IV)		57,1		52,8		57,0		56,1		52,1		52,9		52,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, 1975, 1980 e Produção da Pecuária Municipal Paraibana, 1985-88

TABELA XXVI

VOLUME DE LEITE RECEBIDO PELA ILCASA NA PLATAFORMA DE CAMPINA GRANDE: 1988 a 1990

Municípios	1988	%	1989	%	1990	%
I - Aroeiras	2.710.393	22,0	1.806.351	18,6	1.640.803	16,4
II - C. Grande	2.807.310	22,7	2.918.660	30,0	2.801.268	28,1
III - Boqueirão	1.228.555	9,9	1.163.254	12,0	1.407.409	14,1
IV- QUEIMADAS	898.210	7,3	784.768	8,0	665.788	6,7
(I + II + III + IV)	7.644.468	61,8	6.673.033	68,8	6.515.268	65,2
Demais Municípios	4.729.097	38,2	3.032.363	31,2	3.470.229	34,8
TOTAL	12.373.565	100,0	9.705.396	100,0	9.985.497	100,0

FONTE: PESQUISA DIRETA JUNTO A ILCASA.

Em linhas gerais, no que concerne a produção leiteira no espaço da bacia de Campina Grande, até então buscou-se, com base sobretudo na análise de dados secundários, mostrar a dimensão quantitativa da produção de leite nas principais microrregiões que tradicionalmente constituem aquela bacia. Nesse sentido, evidenciou-se que as microrregiões dos Carris Velhos, Agreste da Borborema, Piemonte da Borborema e numa fase mais recente o Brejo Paraibano representam a maior expressão no tocante a produção leiteira na região polarizada por Campina Grande.

De maneira específica, procurou-se mostrar no âmbito da bacia leiteira campinense a existência de áreas com maior especialização na produção leiteira, por conseguinte ressaltamos a importância dos municípios de Aroeiras, Boqueirão, Queimadas e Campina Grande como detentores de uma expressiva produção leiteira, além de importantes tributários à indústria de laticínio local.

Dessa forma, tomando como espaço físico o território⁶⁷ ocupado por aqueles municípios, a análise desenvolvida a seguir visa traduzir na concreção a natureza interna da produção leiteira tanto ao nível do processo produtivo em seus aspectos sócio-econômicos, quanto em relação a lógica a que se submete o produtor rural na inter-relação com os agentes sociais que figuram na comercialização do produto os quais podem estar personificado por um intermediário que "*distribui*" o leite "*in natura*" nas residências dos centros urbanos, ou mesmo está representando por uma forma mais consolidada do capital com objetivos mais definidos em relação a lógica do lucro, e neste caso aparece a Indústria de Laticínio de Campina Grande (ILCASA).

⁶⁷Os municípios de Aroeiras, Boqueirão, Campina Grande e Queimadas ocupam, em conjunto, uma área de 3.514 km² o que corresponde a 20,7% da superfície territorial das micro-regiões do Agreste da Borborema e Cariris Velhos.

CAPÍTULO IV

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO PECUÁRIA LEITERIA E A PREDOMINÂNCIA DO PRODUTOR FAMILIAR NESSE RAMO DE ATIVIDADE

TABELA XXIV - Tecnificação do Processo de Trabalho (por fases de cultivo)

A. Preparo do solo

Equipamentos utilizados	V.A.	V.R.
Trator/grade aradora	83	100
Sulcador	35	42,2

B. Plantio

Equipamentos utilizados	V.A.	V.R.
Semeadeira (p/o arroz)	36	90,0
Plantadeira (p/o feijão)	07	17,5
Cultivador	04	100

C. Tratos culturais

Equipamentos utilizados	V.A.	V.R.
Pulverizador	75	98,7
Capinas (manual)	43	56,6
Cultivador	02	2,6

D. Colheita

Descrição	V.A.	V.R.
Manual	52	82,5
Batedeira p/o arroz	57	90,5
Colhedeira p/o feijão	23	36,5

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

atingindo os principais cultivos¹⁵. Esse fato passou a ser inclusive, um grave problema para os produtores que mesmo atribuindo a sua ocorrência ao uso indiscriminado de produtos químicos, (por parte de alguns irrigantes), permanecem utilizando-os, devido ao desconhecimento de outras formas alternativas de combatê-las.

Com relação à colheita, última etapa do processo produtivo, verificamos que esta também vem sendo realizada de forma manual para quase todos os produtos. Mais uma vez, a exceção é o arroz, cuja colheita é semi-mecanizada: o corte é manual, mas posteriormente, 90,5% dos colonos utilizam a "batedeira" para despolar o produto.

Já podemos portanto, delinear algumas transformações importantes, consideradas a partir da situação anterior de baixo uso de tecnologia que caracterizava parcela significativa desses produtores antes de sua chegada ao Perímetro. Com base no que já foi exposto, observamos que o progresso técnico no PISG, está sendo orientado muito mais no sentido do uso de capital químico-biológico, que também se expressa numa maior utilização de herbicidas, mas que à sua exceção, constituem-se em técnicas não poupadoras de força de trabalho.

(15) As pragas mais comuns que assolam os cultivos no PISG, são principalmente: moleque (banana); vaquinha e percevejo de grão (arroz); lagarta de folha (côco).

Por isso, a expansão da mecanização como vem ocorrendo em São Gonçalo, se encontra bastante atrelada à crescente demanda por mão-de-obra, como já tivemos oportunidade de ver na seção anterior, que tratou do processo de trabalho no âmbito do Projeto.

Nesse sentido, o que parece mais relevante, é a constituição de uma reorganização do processo de trabalho, onde, aos poucos, vai se difundido o uso de equipamentos de cultivo e um maior estreitamento com as relações comerciais.

Mesmo assim, não obstante essas constatações, algumas limitações à expansão da mecanização e por conseguinte, da própria lavoura irrigada no âmbito do Perímetro foram apontadas pelos entrevistados. (Conforme Tabela XXV).

A ausência de uma assistência técnica mais sistemática (42,1%), a carência de equipamentos (40,3%) e a falta de uma maior disponibilidade de recursos para a produção (78,9%), foram, portanto, as principalmente mencionadas. Sobre essas questões, tomadas separadamente, discorreremos a seguir.

Com relação à questão da assistência técnica, pudemos verificar que esta não tem se dado regularmente no âmbito do Perímetro, embora o DNOCS órgão responsável pela sua implantação, tivesse como uma das suas principais atribuições, assistir tecnicamente aos colonos de forma sistemática, em todas as fases do processo produtivo.

TABELA XXV - Principais Problemas (a nível da produção)

A.

Tem problemas a nível da produção?	V.A.	V.R.
Sim	57	68,7
Não	26	31,3
TOTAL	83	100,0

B. Em caso afirmativo

Quais?	V.A.	V.R.
Falta de equipamentos/maquinaria	23	40,3
Falta de assistência técnica sistemática	24	42,1
Falta de recursos financeiros (próprios)	45	78,9
Outras (Salinização, pragas, dimensão dos lotes)	20	35,0

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

O que pudemos constatar é que os técnicos agrícolas do DNOCS, foram ao longo do tempo, sendo retirados do Perímetro⁽¹⁶⁾, Tanto é assim que, atualmente, apenas os sócios da Cooperativa é que dispõem de alguma orientação técnica, mediante um convênio firmado entre aquela entidade e o DNOCS, através do qual colocou-se à disposição dos produtores cooperados, técnicos agrícolas vinculados ao DNOCS e que atuam no Perímetro. Mesmo assim, apenas 13,2% dos produtores associados à Cooperativa, declararam receber orientação técnica em todas as fases de cultivo e mesmo nesses casos, esta tem se dado de forma eventual, pois os técnicos só visitam os lotes no caso de serem solicitados pelos colonos. (Tabela XXVI).

Não foi possível detectar na pesquisa, o que tem motivado esse tipo de comportamento por parte dos técnicos. Do seu lado, eles alegam que é porque o seu grau de influência sobre os produtores, foi sendo relativizado ao longo do tempo de maturação do projeto, em função de uma maior assimilação por parte dos colonos das práticas de irrigação. Por outro lado, o mesmo fato é encarado pelos colonos, como um demonstrativo de ineficiência por parte do DNOCS, que estaria mais uma vez, longe de cumprir os

(16) A partir do início da década de 80, foi havendo redução do quadro de funcionários do DNOCS, nos perímetros públicos, em virtude da diminuição de recursos para a manutenção desses projetos. A esse, respeito consulte-se o já citado trabalho do ENB/Etene (1986), p.83-84.

TABELA XXVI - Acompanhamento técnico

A.			B. Em caso afirmativo		
Utiliza orientação de técnicos agrícolas?	V.A.	V.R.	De quem?	V.A.	V.R.
Sistematicamente	11	13,2	Técnicos do DNDCS/Cooperativa	43	93,5
As vezes	35	42,2	Através dos "particulares"	03	6,5
Não utiliza	37	44,6	TOTAL	46	100,0
TOTAL	83	100			

C.

Em que fases da produção?	V.A.	V.R.
Preparo do solo	15	19,0
Plantio	66	83,5
Tratos culturais	21	26,6
Colheita	19	24,0
Em todas as fases	10	12,7
Não especificou	06	7,6

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

objetivos inicialmente pretendidos, quando da implantação do Projeto.

O segundo fator limitante à expansão da lavoura irrigada no âmbito do PISG, está relacionado à carência de equipamentos, sejam próprios ou mesmo da cooperativa. Nesse sentido, verificamos que apenas um dos entrevistados, dispõe de equipamentos próprios, e para os demais, o acesso a esse tipo de tecnologia só se faz possível, mediante o aluguel das máquinas feito à cooperativa, ou aos proprietários particulares de fora do Perímetro. (Ver Tabela XXVII).

Por isso, para aqueles produtores que afirmaram utilizar a mecanização em todas as fases do cultivo, começa a surgir o problema da falta de equipamentos, tendo em vista que as suas demandas são coincidentes, devido às próprias exigências do calendário agrícola, que são as mesmas para todos os produtores.

A não-disponibilidade de equipamentos pode ser, portanto, um elemento desorganizador do ritmo de trabalho, na medida em que, se estes não estão disponíveis no momento adequado, pode-se comprometer todas as etapas do ciclo produtivo.

O principal motivo pelo qual os equipamentos nem sempre estão disponíveis no momento oportuno, é atribuído à não-consolidação de um estoque de equipamentos por parte da Cooperativa, que embora já tenha adquirido um número

TABELA XXVII - Utilização de equipamentos próprios

A.

Utiliza equipamentos próprios?	V.A.	V.R.
Sim	01	1,2
Não	82	98,8
TOTAL	83	100

B. Em caso afirmativo

Como os obtém?	V.A.	V.R.
Alugando		
Tomando emprestado		
TOTAL	82	100

C.

De quem?	V.A.	V.R.
Cooperativa	73	88,0
Particulares	14	16,9
Outros	--	---
TOTAL		

FONTE: Pesquisa de campo, Jan/93.

razoável de máquinas¹⁷, não o fez de forma a acompanhar o ritmo de sua demanda, devido à crescente expansão do número de associados ocorrido nos últimos anos¹⁸.

Por fim, o terceiro e último aspecto a ser abordado e que, de acordo com os entrevistados, tem também atuado como limitante a um maior desenvolvimento da irrigação no interior do Perímetro, é a ausência de recursos próprios para a produção, que os colocam frequentemente, na dependência do crédito de custeio.

No processo de obtenção de recursos financeiros para a produção, a cooperativa passou a desempenhar um importante papel, ao proporcionar o acesso conjunto ao crédito bancário, seja para custeio ou para investimento. Por isso, e ao contrário do que afirmaram nossos entrevistados, esse tem sido, ao nosso ver, um importante aspecto de expansão, e não de retração da agricultura, no âmbito do Perímetro.

Por entendermos que o avanço da produção irrigada, organizada em bases familiares, não pode ser feito sem se referenciar às políticas oficiais e aos seus mecanismos de capitalização do campo, expliquemos portanto melhor, a questão colocada, relacionando-a com o que já foi exposto anteriormente.

(17) O estoque atual de equipamentos da CAMISG se encontra anexo a este trabalho.

(18) Sobre a recente expansão do quadro de associados da CAMISG, trataremos no item 4.5 deste mesmo capítulo.

Como já foi visto no capítulo I, o crédito agrícola foi o veículo principal de generalização das relações capitalistas no campo brasileiro, sobretudo a partir dos anos 60. Vimos ainda, que esse importante instrumento de modernização só se tornou acessível aos pequenos produtores do Nordeste semi-árido, a partir do surgimento dos chamados Programas Especiais e da criação dos Perímetros Públicos de Irrigação, antes, a sua utilização se restringia aos médios e grandes proprietários da região.

Especificamente, no caso dos Projetos Públicos de Irrigação, vimos também, que os altos custos inerentes à lavoura irrigada, associado à ausência de recursos próprios, tem levado os colonos irrigantes, sistematicamente, à recorrência do crédito oficial, (seja para o custeio ou para investimento), cujo acesso, nesses espaços, lhes deve ser assegurado através da intermediação das cooperativas/associações de produtores.

Particularmente, no espaço tomado para a delimitação do nosso objeto de estudo, a possibilidade do acesso conjunto aos instrumentos de modernização, via cooperativa, vem provocando, ao longo do tempo de maturação do Projeto, uma crescente procura pelo crédito de custeio, oriundo do sistema bancário.

É, portanto, nesse contexto, que consideramos o uso sistemático do crédito agrícola, como uma possível referência para as transformações já ocorridas (e a

ocorrerem), já que este instrumento de política agrícola tem sido acessível a todos os colonos associados à CAMISG. Feitas portanto as considerações necessárias, os mecanismos lógicos do referido processo de transformação, no âmbito do PISG, podem ser explicados da seguinte forma.

A ausência de recursos próprios por parte de parcela significativa dos entrevistados (77,9%), coloca-os na dependência do crédito de custeio. Isto, por sua vez, impõe aos produtores a necessidade de um retorno economicamente satisfatório. Por conseguinte, passa a compor a lógica de organização do processo produtivo, a necessidade de uma margem de lucro, que permita remunerar os recursos aplicados na produção, além de manter a reprodução familiar. E por isso, o financiamento bancário torna-se um elemento fundamental no processo de transformação dos colonos irrigantes, que passam a utilizar, sistematicamente, o crédito oficial, por estimular o desenvolvimento de uma lógica diferente na organização das unidades produtivas.

De acordo com a observação do modelo de organização das unidades produtivas analisadas, pudemos verificar, entre os produtores que utilizam regularmente o crédito oficial, que está havendo uma tendência em se buscar níveis de produtividade mais elevados.

E havendo condições favoráveis, isto é, não ocorrendo frustrações de safras, pode-se apontar como tendência a ser seguida, na área do Perímetro, que a

do meio dia, quando recebem uma ração, em princípio, a base de capim e palma forrageira e com a maior intensidade do período de seca além da ração volumosa que o gado recebe nas cocheiras, as vacas de melhor produção leiteira também recebem uma alimentação suplementar, em geral, a base de torta de algodão.⁷¹ Sobre as atividades diárias na pecuária leiteira assinalamos alguns depoimentos de produtores entrevistados: - *"Logo cedo da manhã vou para o curral tirar o leite, às sete horas solto o gado no cercado, das oito às onze horas, a ocupação é aprontar a ração para quando o gado chegar do cercado."* (Um produtor familiar, em Aroeiras). Em outro caso um criador fornece detalhes das tarefas executadas pelos membros da família no tocante ao trabalho com a pecuária: - *"Nesse tempo de seca, o serviço do gado aumenta. Ao amanhecer o dia um filho de 17 anos vai para o curral tirar o leite, um outro de 15 anos é quem vai deixar o leite no ponto aonde passa o leiteiro. Eu mais outro filho de dezoito anos vamos logo cedo para o roçado buscar a ração para o gado. No fim da tarde aquele que tira o leite é quem dá a torta às vacas e leva para dá água"*. (Um produtor em Boqueirão).

A pecuária, particularmente àquela destinada a leite, é para o criador familiar uma importante fonte de renda uma vez que, em grande parte, a produção de leite representa significativa parcela da renda gasta no orçamento da família. Neste tipo de exploração, 88% dos entrevistados indicam a produção leiteira, através da venda do leite in natura ou do fabrico artesanal do queijo, como sendo a principal origem do dinheiro gasto na aquisição de boa quantidade dos produtos que compõem a sua dieta.

A agricultura através da produção de artigos de subsistência como o milho, o feijão, fava, batata doce, atende parte da subsistência do grupo familiar principalmente nos municípios de

⁷¹ O uso da torta de algodão na alimentação do rebanho na área em estudo tem -se tornado cada vez mais reduzido, sobretudo, nas pequenas unidades familiares em função dos acelerados aumentos de preço daquele produto.

Campina Grande e áreas do município de Queimadas onde as condições climáticas são favoráveis a esta atividade.

Como importantes fontes de rendimentos, que juntamente com o dinheiro obtido com a venda do queijo garantem a reprodução do grupo familiar, vale ressaltar a venda de parte da colheita agrícola (indicada por 19% dos entrevistados), a ajuda de membros da família que trabalham em outros setores da atividade econômica, o recebimento de aposentadoria ou pensão por algum componente do grupo familiar (25% dos casos), o pequeno comércio através da compra e venda de animais (gado e aves) e o emprego público municipal exercido, em geral, pelas esposas que trabalham em escolas municipais rurais.

Ademais, a atividade pecuária nas pequenas unidades de produção, principalmente naquelas de caráter familiar exerce um importante papel não só quando a produção de leite proporciona um rendimento através da venda do produto in natura, ou da venda de derivados (queijo), mas sobretudo porque a produção de leite garante um certo padrão na dieta alimentar do grupo familiar, estando presente, em quase todas as refeições da família. Sendo assim, no período de estiagem quando se tem uma redução considerável no volume de leite produzido em função da escassez alimentar do rebanho, tem-se simultaneamente uma alteração considerável no nível do padrão alimentar das famílias dos pequenos criadores.

4.3 A PRODUÇÃO LEITEIRA EMPRESARIAL

Ao tratarmos da produção leiteira empresarial, o traço comum a esse grupo reside no fato de que a organização do processo produtivo leiteiro esta baseada no uso de capital e trabalho assalariado. Entretanto ao nível econômico constata-se diferenças entre as três frações que constituem a classe dos produtores empresariais leiteiros.

Em relação a atividade econômica principal de grandes proprietários, que são ao mesmo tempo grandes produtores leiteiros, constata-se que muito deles estão vinculados à atividade política exercendo mandatos na esfera municipal, estadual ou federal. Encontra-se também proprietários que exercem altos cargos no setor público, além daqueles que atuam como profissionais liberais nos principais centros urbanos do Estado.

No caso específico dos produtores empresariais médios, 82% dos entrevistados combinam a atividade rural, principalmente a pecuária, com o comércio no meio urbano. Em geral são donos de supermercados, lojas, panificadoras e armazéns, ou possuem fábricas de queijo, instaladas nas próprias fazendas, de considerável capacidade produtiva às quais são abastecidas com a produção leiteira interna e com o leite adquirido de pequenos criadores situados nas redondezas.

Os pequenos, produtores empresariais, que como as duas frações de classes acima mencionadas também recorrem ao uso de força de trabalho assalariada, na quase totalidade estão diretamente vinculadas à atividade rural, sobretudo à criação.

No tocante a exploração da agricultura, esta atividade nas fazendas de até 200 ha é desenvolvida predominantemente pelo próprio dono da terra onde planta as culturas de milho e feijão, em alguns casos consorciadas com a palma forrageira nos primeiros anos após o plantio desta. Entretanto, não é nula a possibilidade de que pessoas que moram ou trabalham na fazenda, possam ter um roçado na propriedade, não obstante a preferência do proprietário é de plantar o seu próprio roçado. Diferentemente, nas médias e grandes fazendas (área de mais de 200 ha) o

proprietário não demonstra interesse em ter sua própria área de plantio. Nestas propriedades a agricultura é desenvolvida por moradores ou por meeiros que residem fora dos limites das fazendas. Estes são quase sempre pequenos proprietários que não dispõem de terra suficiente para plantio e também trabalhadores rurais sem terra.

As formas como os médios e grande proprietário permitem a utilização da terra, por pequenos agricultores, são múltiplas. Assim, a terra pode ser cedida por meio de uma relação de parceria onde o produtor deixa um terço da produção para o dono da terra no final da colheita, ou pode também se basear num contrato de arrendamento que fixa as normas observadas na utilização da terra.

Nesse contexto, citaremos alguns depoimentos que esclarecem as diferentes formas através das quais o pequeno agricultor utiliza a terra nas médias e grandes fazendas, conforme informações colhidas durante o trabalho de campo. *"Seja morador ou pessoas de fora, recebem uma terra, desmata, destoca, limpa e faz o roçado. Nele trabalha por dois anos sem nada pagar, se depois dos dois anos ele quiser ficar trabalhando na terra, ele vai pagar terça ou então recebe outra terra para desmatar e começar tudo de novo. Com isso a terra vai ficando limpa. É melhor para a pastagem"* (Um médio proprietário em Boqueirão, nos Cariris Velhos)

"Deixo o agricultor ficar na terra por um ano sem precisar pagar nada mas ele tem que plantar junto com as culturas de milho e feijão o capim bufalo. Ou então ele planta pagando a terça do milho e do feijão e recebe as diárias para plantar o capim." (Informação de um grande proprietário em Aroeiras - Cariris Velhos)

Em outros casos o acesso à utilização da terra se dar através de estabelecimento de contrato escrito de arrendamento, segundo se expressou um proprietário rural no município de Queimadas no Agreste da Borborema:

"Não planto outras culturas, somente o sorgo para a cilagem e a palma forrageira. As lavouras de milho e feijão são os agricultores de fora que plantam. Para plantar aqui na fazenda

é feito um contrato que é visto também pelos próprios componentes da diretoria do sindicato local dos trabalhadores rurais. Nesse contrato, o agricultor pode escolher se quer trabalhar numa terra já limpa, e nesse caso ele paga uma certa quantia em dinheiro para trabalhar um ano na terra, ou se prefere fazer o roçado numa terra que precisa ser destocada, ser limpa, então depois de trabalhar por dois anos na terra sem pagar nada do que colher, ele entrega a terra plantada com a palma ou capim. Através dessa forma deixa de acontecer algum problema que aparece na hora de repartir a colheita quando a terra é dada de terça".

Conforme apreende-se dos depoimentos supra, o processo ditado pelo proprietário alcança níveis consideráveis de exploração, abrangendo a maneira como permite-se o acesso a terra, que se dar de forma bastante limitada, em função do curto período de tempo; o que plantar, a parcela a entregar; o processo de desmatar, destocar e cultivar; o fato de o gado, o capim, a palma forrageira serem sempre mais importantes; a colheita não ser suficiente para comer. Isto tudo, para ter acesso à terra, a fim de cultivá-la sem nenhuma autonomia, pagando altíssimo preço a quem a monopoliza, quer por meio do trabalho incorporado a terra - no caso destocamento e limpeza dos roçados - quer fornecendo trabalho excedente em produtos ou em dinheiro.

Estas formas limitadas e precárias de acesso à terra em grande medida, resulta do próprio processo histórico e social de colonização brasileira cujo traço essencial reside na apropriação privada da terra em grandes extensões.

Os moldes propostos, a fim de tornar o empreendimento agropecuário lucrativo, em virtude da nossa estrutura fundiária e do nível de capitalização que, salvo em algumas explorações, na maioria das vezes permanece relativamente discreto com uma baixa composição orgânica do capital, usam a terra de modo extensivo, práticas agrícolas rudimentares e formas de exploração do trabalho diversas, desde que garantam a mão-de-obra barata e, em última análise o processo acumulativo.

No caso específico das médias e grandes fazendas pesquisadas pode-se distinguir dois grupos básicos de trabalhadores, isto é, os trabalhadores permanentes e os temporários. A força de trabalho permanente é constituída por trabalhadores quase sempre residentes nas fazendas ocupando funções como a de administrador, vaqueiro, tratador de gado e tratoristas em poucos casos.

Este grupo percebe um rendimento semanal fixo e uma quantidade de leite diária que varia de 2 a 4 litros. Apesar de terem remuneração fixa, raramente encontra-se trabalhadores com carteira de trabalho assinada.⁷²

A outra fração da força de trabalho, a mais numerosa, nas fazendas pesquisadas é constituída pelos trabalhadores temporários, isto é, são parceiros ou moradores. Estes trabalham na agricultura de forma subordinada ao produto mais importante, o gado bovino, que é quem dita as normas de quando entregar, e quando receber o terreno, o que plantar. Este grupo trabalha na diária, geralmente nas atividades de reparo de cercas, plantio e limpeza de culturas forrageiras. Mas, no verão, quando se inicia o arraçoamento, eles são cooptados para trabalhar no trato do gado e passam a receber além da diária um ou dois litros de leite por dia. Na época do arraçoamento, quando não se consegue trabalhadores no próprio meio rural, buscam-se trabalhadores das periferias urbanas. Neste caso a força de trabalho levada a trabalhar no trato do gado é, em geral, representada por trabalhadores jovens, ainda não chefes de família, os quais ficam acomodados em garagens ou armazéns, nas sedes das fazendas. Na remuneração diária desses trabalhadores está também incluída a alimentação fornecida pelo proprietário rural.

⁷² No universo das 100 propriedades em somente uma, constatamos a existência de trabalhadores (administrador e vaqueiro) com carteira de trabalho assinada.

Os proprietários de sítios ou pequenas fazendas que, assim como os médios e grandes proprietários, também dependem do trabalho assalariado recorrem sempre a mão-de-obra temporária, principalmente na época de estiagem quando o gado precisa receber ração. Neste caso a força de trabalho tem remuneração diária. Estes trabalhadores são, em geral, micro-proprietários ou trabalhadores rurais sem terra que dependem exclusivamente da venda da sua força de trabalho para garantir a sobrevivência do grupo familiar.

Baseada no resultado da pesquisa de campo a (Tabela XXXI) traz dados sobre a utilização da força de trabalho permanente e temporária (na época da pesquisa), na produção pecuária nas médias e grandes fazendas.

TABELA XXXI

EMPREGO DA FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA NAS FAZENDAS DE MÉDIOS E GRANDES CRIADORES PESQUISADOS, POR CATEGORIA DE TRABALHO

Número de Trabalhadores Utilizados	Médias Produtores Empresariais		Grandes Produtores Empresariais	
	Categorias de Trabalho		Categorias de Trabalho	
	Permanente	Temporário	Permanente	Temporário
	Nº de Casos	Nº de Casos	Nº de Casos	Nº de Casos
1 Trabalhador	----	----	----	----
2 Trabalhadores	07	04	01	----
3 Trabalhadores	05	06	----	01
4 Trabalhadores	03	04	01	02
5 Trabalhadores	01	02	01	02
6 Trabalhadores	02	02	02	----
Mais de 6 Trabalhadores	----	----	----	01

Fonte: Pesquisa de Campo

O que se pode inferir dos dados da tabela acima é que nas médias e grandes fazendas estudadas, a força de trabalho permanente varia quantitativamente de dois a seis trabalhadores por fazenda. No caso específico das médias propriedades a grande maioria dos criadores entrevistados

(67%) utilizam entre dois e três trabalhadores permanentes embora tenhamos visitado fazendas em que havia até seis trabalhadores permanentes se ocupando no serviço da pecuária.

A força-de-trabalho temporária, responsável pelos serviços de manutenção da infra-estrutura da propriedade e pelo trabalho de plantio e tratos das culturas forrageiras, se encontra também a serviço da atividade dominante, na fazenda, principalmente por que quando necessário é requisitada para trabalhar no arração do gado.

Nas fazendas médias, existe numericamente de dois a seis trabalhadores compondo a força-de-trabalho temporária. Vale analisar que em 89% das propriedades médias, o emprego da força de trabalho temporária na atividade pecuária varia de dois a quatro trabalhadores. Nas grandes fazendas, constatamos casos em que a força de trabalho temporariamente empregada na atividade do criatório é composta por mais de seis trabalhadores, não obstante na grande maioria das grandes propriedades esta categoria de trabalhador varia de 4 a 5 trabalhadores.

Com relação ao nível salarial, nas fazendas pesquisadas, este varia dependendo do tipo de atividade que o trabalhador desempenha. Sendo assim, conforme constatamos as categorias como administradores, vaqueiros ou, em raros casos, tratoristas por representarem a mão-de-obra especializada percebem uma remuneração superior a dos demais trabalhadores rurais.

Para a remuneração da mão-de-obra mais especializada, a salário médio semanal entre fins de maio e início de setembro de 1992 variou de 30 a 70 mil cruzeiros, respectivamente.

Quanto aos trabalhadores que não percebem uma remuneração semanal fixa, isto é, os que trabalham como diaristas nas atividades de arração e tratos das culturas forrageiras; considerando-se as variações ocorridas no salário diário no conjunto das fazendas pesquisadas, a remuneração média diária variou de 5 a 10 mil cruzeiros, respectivamente nos meses de Maio e início de setembro de 1992.

"Trabalhando no serviço do gado nos seis dias da semana tá dando p'ra fazer trinta mil cruzeiro". (Um tratador de gado e também tirador de leite, numa grande propriedade em Boqueirão, junho, 1992)

Sabe-se que o salário mínimo nacional, em função do processo inflacionário em ascensão na economia brasileira, agravado nas duas últimas décadas, teve seu poder de compra bastante corroído, caracterizando uma situação de extremo arrocho salarial. Nesse sentido, cabe frisar que no meio rural onde os direitos trabalhistas (carteira assinada, jornada de trabalho etc), via de regra são descumpridos, a remuneração da força de trabalho é ainda mais aviltante.

Um exemplo concreto, nesse sentido, encontramos na comparação entre o salário mínimo nacional e o salário rural nas fazendas da bacia leiteira analisada. Dessa forma, quando se analisa os dados da Tabela XXXII, observa-se que a participação do salário rural no salário mínimo nacional chega, em alguns meses (maio e setembro) a corresponder a um percentual ligeiramente superior a 1/2 salário mínimo no grupo de trabalhadores que percebem a melhor remuneração nas fazendas. Para os trabalhadores diaristas, a estimativa mensal de sua remuneração não alcança sequer 50% de um S. M. N., nos meses citados, correspondendo, tão somente, a 38% do salário mínimo vigente em setembro de 1992.

TABELA XXXII

PARTICIPAÇÃO DO SALÁRIO RURAL DAS FAZENDAS PESQUISADAS NO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL (MAIO-SETEMBRO DE 1992)
(VALORES EM CRUZEIROS REAIS)

Meses	Salário Mínimo Nacional	Salário Rural Mensal*		Participação do Salário Rural	
		Administradores e Vaqueiros**	Diaristas	Administradores e Vaqueiros**	Diaristas
Maio	230,00	120,00	100,00	52,2	43,5
Junho	230,00	160,00	120,00	69,5	52,2
Julho	230,00	200,00	140,00	86,9	60,8
Agosto	230,00	240,00	160,00	104,3	69,6
Setembro	522,18	280,00	200,00	53,6	38,3

FONTE: DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE E PESQUISA DE CAMPO

Uma outra observação suscitada pelos dados da tabela acima é que no quadrimestre de maio a agosto de 1992, tem-se uma ascensão do salário rural da área estudada se comparada com o salário mínimo do País. Para este fato admite-se a seguinte explicação: de um lado deve-se assinalar que a política salarial de então que previa correção quadrimestrais para o salário mínimo, manteve-o constante de maio a agosto de 1992 (confira a Tabela XXXII). De outro lado, no quadrimestre aludido, em que pese a autonomia dos fazendeiros da área em determinar a remuneração de seus agregados, constata-se uma recuperação lenta e gradativa dos salários nominais rurais em relação ao S. M. N. mas que se reverte, em setembro de 1992 com a vigência do novo salário mínimo, já que o incremento salarial rural não acompanha a magnitude do aumento do salário mínimo nacional (SMN).

* O Salário Rural ao mês foi obtido através de estimativa dos salários percebidos semanalmente pelas diferentes categorias de trabalhadores nas fazendas estudadas

** Ao grupo de trabalhadores diaristas correspondente aqueles que lidam na pecuária, sobretudo nos serviços de arrojamento ou plantio e preservação das culturas forrageiras.

** Ao grupo de trabalhadores diaristas correspondente aqueles que lidam na pecuária, sobretudo nos serviços de arrojamento ou plantio e preservação das culturas forrageiras.

CAPÍTULO V

A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA E A BASE TÉCNICA DE PRODUÇÃO NA PECUÁRIA DA BACIA LEITEIRA CAMPINENESE

5.1 COMPORTAMENTO RECENTE DA PRODUÇÃO DE LEITE NA PARAÍBA E NA BACIA LESTEIRA DE CAMPINA GRANDE.

Apesar da região Nordeste em relação a sua produção leiteira participar com apenas 14% na produção nacional é importante frisar que essa participação evoluiu positivamente entre 1970 e 1990. Assim sendo, a região Nordeste ocupa a terceira posição no contexto nacional no que concerne a produção leiteira do país, cabendo a primeira e segunda posição, respectivamente, as regiões Sudeste e Sul, sendo que em relação a região Sudeste assinala-se uma redução da participação leiteira dessa região na produção nacional, entre 1970 e 1990 quando esta participação decresce de 60% para 48%, conforme indicam os dados da tabela XXXIII.

Considerando o importante mercado de leite do Centro-sul e os índices de crescimento da produção de leite do Sudeste no período 1970-90 e o do sul a partir de 1980 (tabela XXXIV), estes demonstram a existência de uma grave crise de abastecimento de leite no País.

Com efeito, a redução da produção leiteira nesta região tende a se agravar em fins dos anos oitenta quando se observa que as taxas anuais de crescimento na referida região são de 1,6% e 1,7% a respectivamente aos períodos 1987/88 e 1988/89, com incremento também inferior aos 2% no primeiro ano da década de noventa. (Ver tabela XXXIV)

Tabela XXXIII

Brasil : Evolução da produção de leite segundo as regiões e participação relativa regional

(Produção em Milhões de litros)

ANOS	REGIÕES						Participação Relativa Regional (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
1970	34	857	4.297	1.436	506	7.132	0,5	12,0	60,2	20,1	7,1
1975	50	1.078	4.277	1.790	751	7.947	0,6	13,5	53,8	22,1	9,4
1980	145	1.568	5.668	2.571	1.208	11.162	1,3	14,1	50,8	23,0	10,8
1985	264	1.575	6.094	2.667	1.476	12.078	2,1	13,0	50,4	22,1	12,2
1986	327	1.695	6.200	2.807	1.460	12.491	2,6	13,6	49,6	22,5	11,7
1987	363	1.647	6.580	2.862	1.542	12.996	2,8	12,6	50,6	22,0	11,8
1988	347	1.786	6.690	3.089	1.606	13.521	2,6	13,2	49,6	22,9	11,9
1989	463	1.965	6.805	3.240	1.619	14.094	3,2	11,9	48,2	23,0	11,5
1990	555	2.045	6.923	3.262	1.698	14.483	3,8	14,1	47,8	22,5	11,7

Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil (1973, 1978, 1987, 1989 e 1990)

Tabela XXXIV

Brasil: Evolução do incremento relativo da produção de leite, segundo as regiões do país -1970 - 1990

Regiões > Períodos ↓	Norte %	Nordeste %	Suldeste %	Sul %	Centro-oeste %	Brasil %
1970/75	46,5	25,7	-0,5	24,6	48,4	11,4
1975/80	190,0	45,5	32,5	43,6	60,6	40,4
1980/85	82,1	0,4	7,5	3,7	22,1	8,2
1985/86	23,9	7,6	1,7	5,2	-1,0	3,4
1986/87	10,9	-2,8	6,1	1,9	5,6	4,0
1987/88	-4,2	8,4	1,6	7,9	4,1	4,0
1988/89	33,1	10,0	1,7	4,8	0,8	4,2
1989/90	19,8	4,0	1,7	6,8	4,8	2,7

FONTE: FIBGE. Anuários Estatísticos do Brasil, 1973, 1978, 1982, 1989, 1990 (dados elaborados a partir dos valores absolutos apresentados na tabela XXXIII)

A exemplo do que ocorre com o efetivo bovino do Nordeste, a produção leiteira desta região concentra seus maiores índices de crescimento na década de 1970, apresentando percentuais de incremento superiores aos observados no país, bem como superando o desempenho da produção de leite apresentado nas regiões Sul e Sudeste⁷³.

No início da década de 1980, contudo, apresenta-se uma tendência de redução da produção leiteira nacional que se manifesta no conjunto das regiões. Em relação ao Nordeste o declínio da produção de leite se faz notar pelos baixos percentuais de 0,4%, no primeiro quinquênio dos anos oitenta e a redução absoluta da produção leiteira regional entre 1986/87 (ver tabela XXXIV). Nos dois últimos anos da década passada (1980), a produção leiteira do Nordeste cresce satisfatoriamente face às outras regiões, mas o índice de crescimento da produção de leite nordestina não se mantém (em níveis de 1988-89), no primeiro ano da década atual, quando essa

⁷³A produção leiteira das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste cresce, na década de 1960, a uma taxa média anual de 3,3%, 3,2% e 5,6% a respectivamente (Anuário Estatístico do Brasil, 1970 e 1980).

região apresenta o segundo menor incremento da produção leiteira, superando apenas o desempenho da região Sudeste

Pode-se inferir que o Nordeste esteve mantendo um relativo percentual de crescimento da produção de leite e aumentando inclusive a sua participação na produção nacional durante toda a década de 1970 e nos dois últimos anos da década de oitenta concorrendo para isso um conjunto de fatores determinados pela conjuntura política e econômica.

No Nordeste, a integração da pecuária leiteira ao grande Complexo Agroindustrial não está tão consolidada como na região Centro-Sul. Esta integração implica, de um lado no aumento dos custos de produção⁷⁴ com insumos modernos, por outro lado a produção de leite integrada aos grandes complexos agroindustriais reduz a possibilidade do produtor direto de comercializar ou processar o seu produto com uma maior margem de lucro, desestimulando-o, então, a desenvolver a atividade leiteira.

De outra parte, convém ressaltar que, se por um lado o leite enquanto produto básico de alimentação tem o preço controlado politicamente, de outro, ao nível do processo produtivo, isto é, para o pequeno produtor rural o preço do leite não é subsidiado. Ademais, os preços mais remuneradores da carne e o importante mercado deste produto no Centro-Sul, torna a criação de corte uma alternativa de atividade que se desenvolve em detrimento da atividade leiteira.

Por outro lado, a baixa remuneração da força de trabalho no meio rural nordestino, levando-se em conta que a atividade leiteira requer um uso mais intensivo de mão-de-obra, seria um outro fator que interfere no aumento da participação do Nordeste na produção leiteira no contexto nacional.

⁷⁴Conforme salienta Sorj, considerando integralmente os custos de produção, o preço do leite não chega, no caso dos pequenos produtores, a cobrir a reprodução da mão - de - obra. (Sorj, 1980 : 57)

Vale ressaltar, ainda, o fato de que o Nordeste vem perdendo sua importância na produção de matérias-primas básicas como o algodão e a agave, esta última, principalmente a partir de 1960. A criação, apesar dos entraves, tem se apresentado como uma atividade alternativa.

Ademais, convém assinalar que na década de 1970 surgiu um considerável número de indústrias modernas de laticínios na região, requerendo uma oferta sistemática de leite.

Dessa forma, os fatores supra mencionados exerceram influências significativas sobre as possíveis causas do aumento da participação da produção leiteira regional na produção nacional.

Por sua vez, a análise das estatísticas sobre a evolução da produção leiteira⁷⁵ no Estado da Paraíba indica que a primeira metade da década de 1970 constitui, uma fase de auge da produção leiteira estadual. No aludido período o crescimento da produção de leite na Paraíba consegue suplantar as taxas obtidas no Nordeste e a nível nacional, ressaltando-se que o incremento percentual da produção leiteira paraibana é superior a três vezes ao registrado nacionalmente, conforme revelam os dados da tabela XXXV.

Pode-se apontar como causa deste maior percentual de incremento da produção de leite paraibana, sobretudo, em meados dos anos setenta, o fato de que seus principais produtos de exportações achavam-se em processo de retração apresentando-se a pecuária como uma alternativa substitutiva destas culturas.

Por outro lado, o ritmo de crescimento demográfico da capital do estado e de Campina Grande, cidades que tiveram ampliação de seus mercados de leite, teriam influenciado na ampliação da produção leiteira no estado. Salientamos ainda, que na década de 1970 foram instaladas duas indústrias de pasteurização de leite uma em João Pessoa e outra em Campina

⁷⁵A produção leiteira neste caso, refere - se ao volume absoluto de leite produzido.

Grande. A segunda abastecendo, inclusive o vizinho estado do Rio Grande do Norte, requerendo uma maior produção de leite e um fornecimento mais sistemático⁷⁶. Vale ressaltar que este crescimento da produção leiteira, tal como já se sublinhou em relação ao Nordeste, foi condicionado pelos incentivos fiscais da SUDENE e pelas facilidades de crédito subsidiado a juros negativos que se constituíram, na realidade, nos instrumentos mais importantes que responderiam pelo incremento acentuado da produção leiteira Paraibana nos anos setenta.

Todavia, em que pese o dinamismo da produção leiteira paraibana nos anos setenta, o período entre 1980/85 indica uma regressão da produção leiteira paraibana registrando índice de (-9%); apresentando, esse período, os menores percentuais de incremento de produção leiteira regional e do país (ver tabela XXXV). Na realidade, a queda do desempenho da atividade do criatório leiteiro, neste período, não se restringe apenas ao Estado da Paraíba abrangendo também outros estados como o Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco que indicam regressão da sua produção leiteira, é por conseguinte uma questão regional visto que no Nordeste o incremento da produção leiteira foi de apenas 0,4% (confira tabela supracitada).

Considerada como a área contínua de maior produção de leite na Paraíba, as microrregiões do Agreste da Borborema, Cariris Velhos, Piemonte da Borborema e Brejo Paraibano têm apresentado oscilações acentuadas no volume de leite produzido ao longo dos anos setenta e oitenta.

⁷⁶ CARTAXO, Maria Auxiliadora op cit : 96

Tabela XXXV

Evolução das taxas de crescimento relativo da produção de leite no Brasil e nos estados da Região Nordeste : 1975 - 1989.

PERÍODOS	ESTADOS DO NORDESTE										Nordeste	BRASIL
	MA	PI	CE	RGN	PB	PE	AL	SE	BA			
70/1975	50,9	39,6	29,2	80,9	43,0	39,2	-13,9	32,4	30,4	25,7	11,4	
75/1980	176,4	40,5	18,8	29,4	11,3	52,8	50,3	115,0	43,7	45,5	40,4	
80/1985	-12,4	75,7	9,1	-15,0	-8,9	-3,0	34,6	36,6	16,2	0,4	8,2	
85/1986	0,1	15,5	9,1	33,7	13,6	8,7	6,7	75,0	-0,6	7,6	3,4	
86/1987	6,5	11,4	-2,1	8,5	-0,5	1,2	-22,9	-13,2	-4,4	-2,8	4,0	
87/1988	9,4	23,31,2	1,2	11,9	6,1	9,7	24,9	15,4	6,3	8,4	4,0	
88/1989	15,6	6,0	0,4	6,9	22,7	5,9	36,0	26,0	6,3	10,0	4,2	

Fonte : IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil . 1973, 1977, 1982, 1987 e 1990.

Com relação à variação percentual do comportamento da produção leiteira no período compreendido entre 1975 e fins da década de oitenta (1989), os dados da tabela XXXVI aponta no decênio 1975/85 um incremento mais elevado da produção leiteira nas microrregiões sertanejas e principalmente nos Cariris Velhos e na microrregião de Catolé do Rocha com incrementos percentuais de respectivamente 60% e 101%, superando assim o desempenho de produção leiteira a nível estadual nesse período (ver tabela XXXVI).

Tabela XXXVI

Estado da Paraíba : Produção leiteira, variação percentual e participação relativa da produção micro-regional na produção estadual - 1985 - 1989.

Micro-Regiões e	Produção de leite (em 1.000 litros)				Variação Percentual			Participação na Produção Estadual
	75	85	87	89	75/85	85/87	87/89	%
Estado								
Catolé do Rocha	8.055	12.906	4.072	4.180	60,22	-68,44	2,65	2,4
Seridó Paraibano	2.566	3.637	2.486	4.164	41,74	-31,65	67,49	2,4
Curimataú	2.978	4.174	4.302	8.731	40,16	3,07	102,95	5,0
Sertão de Cajazeiras	11.499	16.630	7.144	7.396	44,62	42,96	3,52	4,3
Depressão do A. Piranhas	29.418	43.083	37.467	41.211	46,45	-13,04	10,00	23,7
Cariris Velhos*	24.936	50.113	20.123	25.481	100,97	-59,84	26,62	14,7
Piemonte da Borborema*	9.363	9.452	13.017	18.940	0,95	37,72	45,50	10,9
Agreste da Borborema*	13.580	17.794	19.102	26.751	31,03	7,35	40,04	15,4
Brejo Paraibano*	2.886	3.755	5.100	14.689	30,11	35,81	188,02	8,4
Agropastoril de B. Paraíba	3.133	2.550	11.820	12.292	-18,60	363,52	4,03	7,0
Litoral Paraibano	3.819	3.910	3.838	4.206	2,38	-1,84	9,59	2,4
Serra do Teixeira	4.048	4.928	4.971	5.832	21,73	0,87	17,32	3,4
PARAÍBA	116.284	172.932	133.442	173.873	48,71	-22,80	30,20	100,0

Fonte : IBGE - Produção da Pecuária Municipal - Região Nordeste, 1975. Produção da Pecuária Municipal do Estado da Paraíba, 1985, 1987 e 1989.

* Principais Microrregiões formadoras da bacia leiteira de Campina Grande

Analisando-se o comportamento mais recente (segunda metade dos anos oitenta) da produção leiteira nas microrregiões do Estado, o biênio 1985/87, caracteriza-se pela regressão do nível da produção leiteira em boa parte das microrregiões segundo se observa na tabela XXXVI. Nesse período, dentre as microrregiões da BLCG, o Piemonte da Borborema responde pelo maior incremento (38%) na produção leiteira. No biênio 1987/89, contudo, os percentuais de incremento obtidos na grande parte das microrregiões do estado sinalizam uma recuperação da produção leiteira paraibana que crescem nesse biênio a uma taxa de 30%.

Por outro lado, é importante assinalar o desempenho da produção leiteira no Brejo Paraibano sobretudo nos últimos anos da década de oitenta, fato que está estritamente vinculado a expansão pecuária nesta microrregião, sobretudo nos municípios de Arcia e Bananeiras principais produtores de leite, concentrando 70% da produção de leite no Brejo Paraibano (IBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1989).

O declínio no volume de leite produzido, nas microrregiões dos Cariris Velhos e Agreste da Borborema, áreas de tradição na produção leiteira paraibana resulta do redirecionamento porque passa a atividade pecuária na BLCG, onde a pecuária leiteira vem cedendo lugar ao gado de corte, o qual cresce a sua participação no efetivo total (ver tabela XX). Entretanto, em última instância, esta constatação, reflete às dificuldades do produtor rural que se dedica a produção leiteira, os quais apresentam uma situação de instabilidade sobretudo os pequenos produtores que tem o preço do seu produto controlado oficialmente, ao passo que os dos insumos agropecuários crescem aceleradamente onerando os custos de produção. Sendo assim, considerando a redução contínua da margem de lucro na atividade leiteira, e em face da liberação do preço da carne, o produtor tem tido como alternativa, a venda do gado para os matadouros, inclusive com o abate indiscriminado de fêmeas, ocorrendo dessa forma uma desestabilização da pecuária leiteira particularmente no âmbito da bacia leiteira estudada.

5.2 A PRODUTIVIDADE DO REBANHO LEITEIRO NA BACIA CAMPINENSE

A contradição, caracterizada pelos desníveis de produtividade, entre alguns setores da agropecuária e a indústria é bem visível no caso da produção leiteira nacional e, principalmente regional. A produção leiteira no campo se apresenta insuficiente em relação a necessidade de produção industrial de laticínios. Isto resulta na necessidade de importar o leite em pó do exterior para reidratação considerando que a produtividade dos países exportadores é elevada, o que permite a colocação do leite no mercado nacional a preços que lhes proporcionam grandes vantagens no mercado competitivo.

Ao passo que o setor industrial deste ramo, no Brasil, obteve elevados ganhos de produtividade, em que pese a modernidade dos padrões tecnológicos presentes na exploração da pecuária leiteira em algumas áreas do país, a etapa rural do processo de produção não evoluiu proporcionalmente às transformações operadas na etapa industrial da produção de laticínio, resultando assim numa defasagem do setor rural, face ao ritmo e magnitude das mudanças que ocorreram na indústria de laticínio. Isto, em última análise, é decorrência da própria política econômica adotada no país que prioriza o setor industrial.

Enquanto nos países de maior grau de desenvolvimento, as vacas de produtividade de 10 litros de leite/dia são afastadas do plantel e consideradas de produtividade inviável economicamente, no Brasil a produtividade média por vaca/dia está em torno de 2 a 3 litros/dia . (EMATER - PB - Núcleo de Campina Grande - 1979; apud : Auxiliadora Cartaxo op cit, 75)

A partir de dados estatísticos de 1972 sobre a produtividade por vaca em lactação, segundo as principais bacias leiteiras do Nordeste, Auxiliadora Cartaxo conclui que a produtividade na bacia de Campina Grande é uma das mais baixas registradas sendo superior apenas a da bacia de Itapetinga na Bahia. (CARTAXO, Maria A.; op. cit. p. 35)

Através da utilização de dados secundários elaboramos a tabela XXXVII sobre a produtividade leiteira por vaca ordenhada no estado da Paraíba e nas microrregiões da bacia leiteira de Campina Grande. Desta forma, pode-se afirmar que na BLCG a atividade leiteira é mais eficiente nas microrregiões do Agreste da Borborema e Cariris Velhos considerando a produtividade por vaca ordenhada ao ano⁷⁷. Estas duas microrregiões concentravam em 1988 dois terços da produção leiteira das quatro microrregiões que constituem a base da bacia leiteira de Campina Grande.

Com base no comportamento da produtividade leiteira por vaca/ano expressa nos dados da tabela XXXVII pode se inferir que as duas microrregiões supracitadas são as que apresentam maior dedicação à atividade leiteira entre as microrregiões da bacia de Campina Grande, principalmente se levarmos em conta que as microrregiões do Agreste da Borborema e Cariris Velhos respondem pelo segundo e terceiro maior volume de leite produzido, respectivamente, na Paraíba (ver tabela XXXVI), em que pese as condições adversas do quadro natural dessas microrregiões.

⁷⁷Vide tabela XXXVII

Tabela XXXVII

Produtividade Leiteira por vaca ordenhada nas Micro-Regiões da Bacia Leiteira Campinense

Micro-Regiões e Estado	Vacas Ordenhadas (em mil cabeças)					Produção de leite (em mil Litros)					Produtividade por vaca (litros ao ano)				
	1970	1975	1980	1985	1988	1970	1975	1980	1985	1988	70	75	80	85	88
P. da Borborema	15,36	20,67	12,76	16,42	29,23	7.178	9.363	7.234	9.452	14.434	467	453	567	577	494
C. Velhos	31,94	41,59	38,99	53,55	38,47	19.406	24.939	32.111	50.113	21.031	608	600	824	936	547
A. da Borborema	18,36	23,57	20,50	23,17	31,52	10.673	13.580	14.874	17.794	20.891	581	576	723	768	663
B. Paraibano	4,02	6,08	5,45	5,41	17,31	1.852	2.386	3.199	3.755	7.456	461	475	587	694	431
PARAÍBA	161,53	220,75	209,28	251,81	281,38	85.975	116.284	134.519	172.938	173.872	532	527	643	690	618

Fonte: IBGE - Censo Agorpecuários do Estado da Paraíba, (1970, 1975, 1980 e 1985) e produção da pecuária municipal, 1988.

Com efeito, a microrregião dos Cariris Velhos em conjunto com o Agreste da Borborema dominam os maiores índices da produção de leite por vaca/ano no período coberto pelos dados analisados, chegando os Cariris Velhos a registrar em 1985 uma produção de 935,8 litros ano por vaca ordenhada, enquanto no Agreste da Borborema, registra-se, naquele ano uma produtividade leiteira de 768,3 litros de leite por vaca ordenhada.

No conjunto das quatro microrregiões abordadas, a produtividade das vacas ordenhada registram seu maior crescimento no período entre 1975 e 1980, quando o aumento nos índices de produtividade e de 224 litros de leite nos Cariris Velhos, 149 litros no Agreste da Borborema, e incremento da produtividade leiteira de 114 litros e 112 litros, respectivamente, nas microrregiões do Piemonte da Borborema e Brejo Paraibano. No âmbito estadual o incremento da produção leiteira por vaca ordenhada foi de 116 litros de leite.

Por sua vez, os dados dos anos de 1988 em relação a 1985 indicam uma redução significativa da produção de leite por unidade de vaca ordenhada nas microrregiões da bacia leiteira campinense e no Estado da Paraíba na sua totalidade conforme observa-se na tabela XXXVII.

Por outro lado, tomando-se como referência os dados da pesquisa de campo (tabela XXXVIII), pode-se afirmar que em 54% das fazendas pesquisadas a produtividade média por vaca em lactação se situa entre 4 e 5 litros de leite/dia. Também é significativo os casos em que a produtividade média por vaca ordenhada encontra-se na faixa de 5 a 8 litros de leite/dia correspondendo apenas a 35% das fazendas pesquisadas. Os casos com produtividade média por vaca acima de 8 litros de leite/dia corresponde a 7% das fazendas pesquisadas, as quais em sua maioria localizam-se nos municípios de Arociras e Campina Grande, onde a existência de um plantel leiteiro mais especializado e um sistema de manejo semi-intensivo justifica uma produtividade média de 10 litros de leite/dia.

Como a produtividade do rebanho leiteiro está diretamente relacionada a fatores como às condições genéticas do rebanho, as condições alimentares e sanitárias etc., no tópico que segue trataremos detidamente desses aspectos técnicos da produção pecuária ao nível dos criadores entrevistados.

TABELA XXXVIII

NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE MÉDIA DAS VACAS EM LACTAÇÃO NAS FAZENDAS PESQUISADAS

Municípios	Vacas de até 3 litros/dia	Vacas de até 4 e 5 litros/dia	Vacas de 6 a 8 Litros dia	Vacas de mais de 8 litros/dia
Pesquisados	Número de Fazendas	Número de Fazendas	Número de Fazendas	Número de Fazendas
Aroeiras	1	11	12	3
Boqueirão	-----	11	11	1
Campina Grande	-----	13	11	3
Queimadas	3	19	1	-----
TOTAL	4 (4%)	54 (54%)	35 (35%)	7 (7%)

FONTE: PESQUISA DIRETA DE CAMPO

5.3 AS CONDIÇÕES TÉCNICAS DE PRODUÇÃO NA PECUÁRIA LEITEIRA

Com base no estudo de campo, inicialmente, apontamos algumas características das fazendas estudadas no que tange as instalações físicas e nível de tecnificação. Dessa forma, vale dizer que em 83% das fazendas nota-se a existência de currais de alvenaria. Com relação as médias e grandes propriedades encontra-se além da casa sede da fazenda, as casas do vaqueiro e em número reduzido, casas de morador, na maioria das vezes desocupadas, além dos armazéns onde são guardados os equipamentos de trabalho e os insumos industriais utilizados. Parte significativa das propriedades possuem barragens ou açudes onde são feitas os " bebedouros " para o gado, além de serem utilizadas as suas margens para a formação das capineiras. Os poços artesianos (41% dos casos) e os silos forrageiros também compõem a infraestrutura de algumas propriedades. No cercamento das terras, o uso das cercas de aveloz ainda existe, sobretudo em fazendas dos municípios de Queimadas e Campina Grande.

Em relação aos equipamentos é de considerável difusão o uso de pulverizadores, seringas para vacinação do rebanho e arados movidos à tração animal. Nas grandes e médias fazendas, a tecnificação manifesta-se na forma de motobombas e aspersores para irrigação, tratores e principalmente as máquinas forrageiras utilizadas sobretudo na trituração do capim e da palma, prática verificada em 65% das propriedades estudadas.

A forma como está distribuída a atividade econômica rural nos municípios estudados (Tabela XXXIX), mostra a importância que tem a atividade do criatório quando se observa que, nos municípios pesquisados mais de 80% da área dos estabelecimentos é ocupada com a atividade pecuária. Por outro lado, a importância desta atividade se faz notar também pelo número de estabelecimentos que a explora. Assim, conforme os dados do Censo Agropecuário, 1985, apresentados na Tabela XXXIX, os estabelecimentos que se dedicam a atividade do criatório

representam mais de 65% do total dos estabelecimentos agropecuários, nos municípios pesquisados. As observações a partir da pesquisa de campo, nesse sentido, corroboram os dados secundários.

Tomando como universo as fazendas pesquisadas, indubitavelmente, o gado bovino constitui a atividade econômica principal, sendo reservadas as maiores áreas para esta atividade ao passo que à agricultura é destinado os espaços mais exíguos e no caso das médias e grandes fazendas a produção agrícola existe em função das necessidades da atividade dominante - a pecuária -, onde os melhores solos, terras de vazantes dos açudes são ocupadas com plantas forrageiras, ou com culturas que proporcionem restos que sirvam na alimentação do gado.

Em boa parte do tempo, a alimentação básica do gado é realizada com o pastejo direto na pastagem nativa, ou em pastagens plantadas de capim "buffel" (nas fazendas dos Cariris Velhos) principalmente por ser uma espécie bastante resistente aos períodos de longo estio, regenerando-se logo nas primeiras chuvas. Nas fazendas situadas próximas à Campina Grande, as condições climáticas favorecem a utilização do capim pangola como pastagem para o gado.

Todavia, com a chegada do período de estiagem as pastagens tornam-se escassas provocando a redução de peso no caso do gado de corte, bem como a queda no rendimento da produção leiteira.

Tabela XXXIX

Utilização das Terras com as atividades de agricultura e pecuária nas microrregiões e nos municípios pesquisados - 1985

Micro-Regiões e Municípios	Classe de Atividade Econômica									
	Agricultura e Pecuária		Agricultura				Pecuária			
	Area.	Area (ha)	Estabelec.	%	Estabelec.	%	Area.	%	Estabelec.	%
CARIRIS VELHOS	29.671	989.754	14.208	47,8	302.432	30,5	15.463	52,1	687.322	69,4
Aroeiras	4.407	48.049	1.311	29,7	6.775	14,1	3.096	70,2	41.274	85,8
Boquiraó	2.796	95.734	864	30,9	16.312	17,0	1.932	69,1	79.422	82,9
AGESTE DA BORBOREMA	25.616	303.858	13.386	52,2	129.799	42,7	12.230	47,7	174.059	57,3
Campina Grande	4.083	79.656	1.324	32,4	10.234	12,8	2.759	67,6	69.422	87,2
Queimadas	3.858	30.255	1.135	29,4	4.732	15,6	2.723	70,5	25.523	84,3
PIEMONTE DA BORBOREMA	23.565	225.275	15.298	64,9	71.556	31,8	8.267	35,1	153.719	68,2
BREJO PARAÍBANO	12.448	106.664	9.569	76,8	73.272	68,7	2.879	23,1	33.388	31,3

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário da Paraíba, 1985

Visando atenuar os efeitos decorrentes das estiagens, os criadores da área em estudo têm procurado cultivar algumas culturas forrageiras para assegurar o arraçoamento do rebanho, em períodos normais de estiagem. Dentre as principais culturas forrageiras para o arraçoamento do gado no verão, sobressaem-se a palma forrageira que resiste às épocas de estiagem e é cultivada tanto por médios e grandes criadores quanto por pequenos criadores. Este tipo de forragem constitui uma importante base alimentar da pecuária leiteira nesta área, imprescindível ao gado leiteiro, considerando que funciona como um suco altamente digestivo, sendo por conseguinte a forragem mais utilizada na alimentação do rebanho na época de arraçoamento segundo os criadores da área em estudo. Outras forragens como o capim de corte das variedades "elefante", cameron e "marreca", plantado nas vazantes de açudes ou margens de rios, registra-se em 50% das propriedades estudadas.

Em geral, a prática da silagem é ainda pouco difundida entre os criadores da bacia leiteira de Campina Grande. Os que a praticam utilizam a palha de milho, o capim elefante e também o sorgo forrageiro. Este último também denominado de "milho de ração" está sendo cultivado com maior frequência por criadores dos municípios de Queimadas, Boqueirão e Campina Grande, onde através do apoio e orientação dos técnicos da EMATER tem sido possível ampliar a prática da ensilagem junto aos criadores locais. Sendo assim, constatamos que em 44% das propriedades pesquisadas já se procura minimizar as consequências das épocas de estio sobre a produção bovina, através da armazenagem de alimento por meio da ensilagem de ração.

Em algumas fazendas, através da ração dada nas colcheiras, são utilizadas a casca ou raspa de mandioca, o sabugo do milho, o bagaço e às vezes o melaço de cana. Entre as rações industrializadas é de larga utilização a torta de algodão e o farelo de trigo. O sal comum é de uso generalizado, como complemento, entre os criadores entrevistados. Outros produtos como o farelo de milho, o farelo de soja, resíduos de ração de aves (cama de frango), o sal mineral, a vagem ou o farelo da algaroba são rações também utilizadas entre alguns dos entrevistados.

A torta de algodão, como principal produto industrial utilizado na ração animal entre os criadores da área da bacia leiteira de Campina Grande, é utilizada com maior intensidade durante cinco a seis meses, isto é, no período de pastos **secos e** escassos que, na região da bacia leiteira estudada, geralmente ocorre entre os meses de setembro a fevereiro. Neste período, eleva-se o custo de produção da atividade do criatório leiteiro. É o período em que os criadores denominam a criação de "gado de hotel", por ocasião do elevado custo de produção por unidade bovina. Dentre os criadores que recorrem ao uso da torta de algodão ou outro tipo de ração industrial apenas num período de dois ou três meses, isto é, de novembro a janeiro, quando a escassez da alimentação vegetal se eleva, deve-se dizer, que parcela significativa, ou seja, **76%** é constituída por criadores familiar ou pequenos criadores. O curto período em que a grande parte dos criadores procuram complementar o arraçoamento dos seus rebanhos com um suplemento a base de torta de algodão e/ou outros concentrados de origem urbana, se explica pela absoluta escassez de recursos da ampla maioria dos criadores, os quais se encontram fortemente descapitalizados.

A torta de algodão, ração básica para as vacas em lactação e reprodutores, é também destinada às reses mais decaídas na época de estiagem. Os pequenos criadores, em geral, complementam a ração volumosa com 2 kilogramas daquele produto em média, para as vacas que produzem a partir de 5 litros de leite ao dia. Em outros casos onde existe um plantel leiteiro de maior especialização cuja produção média diária é de 8 litros de leite por vaca, a ração concentrada a base de torta de algodão, farelo de milho e sal mineral é distribuída numa proporção média de 5 kilogramas por vaca. Este tipo de criadores que compõem o grupo daqueles que apresentam uma produção superior aos 200/litros de leite ao dia, tem recorrido ao uso de rações que proporcionam uma elevação considerável na produtividade leiteira do plantel.

O rebanho que não compõe o plantel leiteiro (novilhas, vacas solteiras, bezerros apartados etc.), é mantido solto em cercados. As vacas leiteiras no período de arraçoamento são mantidas em

regime de semi-estabulação naquelas fazendas que demonstram uma maior especialização na produção leiteira.

Na Paraíba, os primeiros cruzamentos, objetivando a melhoria das condições genéticas do rebanho, foram realizados com o gado zebuino e crioulo, com fins de desenvolver a atividade de corte.

Registros históricos mostram que as primeiras raças introduzidas na Paraíba, com o objetivo de melhorar as condições genéticas do rebanho, datam do início do século.⁷⁸

As melhorias genéticas do rebanho eram ações de particulares que se interessavam pelos seus planteis. Só em 1922, é que se instalou um serviço oficial preocupado com a atividade do criatório no Estado. Esta instituição, criada em 1922, a Delegacia da Indústria Pastoral - sofreu uma reformulação em 1933 e passou a se denominar - Defesa Sanitária Animal, objetivando a inspeção dos animais importados e as condições sanitárias do rebanho estadual. Para tanto, facilitou-se, com preços baixos, o acesso aos criadores, de produtos biológicos, de soros, vacinas e seringas veterinárias. (MARIZ; op. cit., p. 147)

Atualmente, o gado mestiço em suas diversas variedades encontra-se presente em todas as fazendas da área que forma a bacia leiteira de Campina Grande. Nas médias e grandes fazendas estudadas, observa-se, também, que os criadores tem buscado melhorar o padrão genético do rebanho, desenvolvendo-se linhagem do gado zebu nas raças Guzerat, Nelore, Gir e Indubrasil, ao mesmo tempo produtivos e rústicos, adaptáveis às condições naturais do semi-árido. Os reprodutores das raças Gir, Guzerat e Holandês de pura origem tem sido utilizados no

⁷⁸ " Os primeiros reprodutores indianos chegaram à Paraíba por volta de 1908, importados pelos criadores Jose Lins, do Engenho Corredor e João Ribeiro Coutinho da fazenda chaves ambos do município de Pilar. Seguiram-se outros e outros, animados os fazendeiros pelo exemplo e pelas fotografias e ilustrações de revistas". In: MARIZ, op. cit., p. 146.

"padreamento" do rebanho leiteiro inclusive em rebanhos de pequenos criadores da bacia leiteira em estudo. Conforme constatou-se empiricamente, o plantel leiteiro das fazendas pesquisadas é constituído predominantemente de vacas mestiças de holandês com zebu, verificando-se também, sobretudo, nas pequenas fazendas, vacas de origem crioula com zebu. O cruzamento do holandês com o Gir tem produzido animais rústicos e de grande aptidão leiteira. As vacas holandesas 5/8 de sangue ou de pura origem, com produção média de 10 litros ao dia fazem parte do plantel leiteiro de criadores dos municípios de Boqueirão e Campina Grande, os quais tem demonstrado uma maior preocupação com o padrão genético do rebanho leiteiro. Outras raças como Jersey e Sindi, embora menos difundidas, são encontradas em algumas das fazendas estudadas.

No entanto, apesar do relativo fortalecimento do rebanho rústico com o cruzamento do gado zebu (Gir e Nelore), e raças leiteiras européias, principalmente a holandesa, em geral, o rebanho da área em estudo apresenta ainda um baixo potencial genético sendo este um dos principais fatores que explicam a baixa produtividade do rebanho leiteiro, onde a produtividade média diária é de 4 litros de leite por vaca, em épocas de abundância de pastagem. Associa-se a esse fator genético como causa da baixa produtividade do rebanho, as condições ecológicas regionais e as condições técnicas de manejo. Estas más condições ecológicas são representadas pelo problema de oferta de alimentos naturais (pastos verdes durante todo o ano) e de água, que se agravam nos prolongados períodos de estio.

Em relação aos problemas de sanidade animal as informações obtidas de veterinários nos municípios onde realizamos o trabalho de campo indicam a febre aftosa, a raiva, a brucelose, a tuberculose como as principais doenças infecto-contagiosas que acometem os rebanhos da área estudada. Salientando-se ainda os parasitas externos (principalmente carrapatos) e os internos (helmintos).

Segundo o resultado da entrevista realizada junto aos criadores, sobre a ocorrência das doenças mais frequentes no rebanho, 97% dos entrevistados indicam a raiva e a febre aftosa como

as doenças mais comuns. O carbúnculo sitomático ou a "manqueira", como é conhecido pelos criadores é indicado por 43% dos entrevistados. Uma boa parcela dos criadores queixam-se também do alto grau de verminose de que são acometidos alguns animais, sobretudo bezerras. Os casos de óbitos no rebanho bovino decorrentes de picadas de cobra, "mal triste" ingestão de plantas tóxicas são também mencionadas pelos entrevistados.

Preocupados em preservar seus animais das doenças, principalmente das infecto-contagiosas, grande parte dos entrevistados estão procurando vacinar o gado. No caso das fazendas de médios e grandes criadores, o rebanho recebe vacina, três vezes ao ano, contra a aftosa, isto é, em períodos de 4 em 4 meses e, contra a raiva e a manqueira o gado é vacinado de 6 em 6 meses.

Em relação aos pequenos criadores, a vacinação do gado, visando evitar maiores perdas do rebanho, é feita duas vezes ao ano (contra a raiva e contra a aftosa), conforme afirmam grande parte dos pequenos fazendeiros entrevistados. Vale resaltar que nas pequenas propriedades onde o número de animais é inferior a 50 cabeças, esporadicamente, a vacinação é feita por funcionários (veterinários ou técnicos) dos escritórios locais da EMATER,⁷⁹ que prestam serviços de extensão rural aos pequenos produtores nos municípios estudados.

Nas fazendas estudadas raramente se constata a existência de profissionais especializados como técnicos agrícolas ou veterinários. Quando se utiliza com maior regularidade os serviços de veterinários ou técnicos é porque são propiciados pela existência destes profissionais ente os membros da própria família.

Nos municípios onde o trabalho de extensão rural proporcionado pela EMATER é desenvolvido por profissionais graduados em medicina veterinária os pequenos criadores recebem

⁷⁹ Conforme salientam os dirigentes dos Escritórios da EMATER nos municípios de realização da pesquisa empírica, o atual representante do Poder Executivo Estadual tem buscado através da Secretaria de Agricultura promover programas de vacinação bovina, visando preservar os rebanhos, sobretudo, dos pequenos criadores.

melhores orientações quanto aos cuidados com a produção pecuária principalmente na prevenção de doenças através da vacinação, além de ter com maior antecedência um diagnóstico mais preciso de algum animal doente.

É prática observada pela maioria dos criadores (70% dos entrevistados), a consulta a um veterinário particular somente em caso de doença animal. Este, procedimento, consiste na ida do criador a uma farmácia veterinária, onde relata as condições do animal e, após o diagnóstico, adquire os medicamentos indicados. Nos casos mais graves, pode ocorrer a ida do veterinário à fazenda para conhecer in locus o estado do animal. Esta é uma prática mais utilizada entre médios e grandes criadores em função dos custos que representam para o criador essa prestação de serviço.

Embora muitos criadores já demonstrem preocupação no tocante a preservação dos seus rebanhos pelo menos no que se refere a procura de vacinas, para seus animais, de um modo geral, sobretudo, entre os pequenos criadores da área em estudo as condições sanitárias do rebanho são ainda insatisfatórias onde a incidência de doenças infecto-contagiosa é comum, acarretando consideráveis perdas no pequeno criatório bovino.

No tocante ao abastecimento de insumos industriais à produção pecuária nos municípios pesquisados, as cooperativas de criadores, as farmácias veterinárias e armazéns de produtos agropecuários constituem as unidades fornecedoras dos insumos aos criadores locais. A maioria dos entrevistados, (74%), indicam que compram os produtos necessário à manutenção da produção pecuária em empresas comerciais como armazéns e farmácias veterinárias. Uma outra parcela dos criadores, isto é, 26% dos entrevistados afirmam que freqüentemente, compram os insumos de origem urbana nas cooperativas de criadores em seus municípios. Conforme indicam alguns dos entrevistados, a compra dos produtos agropecuários nas cooperativas dar-se-ia por que lhes é permitido a compra a prazo. No caso específico da compra de rações, observa-se que alguns dos médios e grandes criadores entrevistados afirmam a preferência em adquirir o produto em grandes quantidades das próprias indústrias ou moinhos, inclusive de outros estados do Nordeste. Dessa

forma, tem-se conseguido reduzir os custos com a ração concentrada, principalmente na época de maior necessidade, isto é, nos períodos de prolongadas estiagens.

Os insumos agropecuários de origem urbana de uso mais difundido entre os criadores dos municípios inseridos nessa pesquisa são a ração animal (torta de algodão⁸⁰, farelo de trigo, e o farelo de babaçu); os produtos veterinários (vacinas, vermífugos, antibióticos, carrapaticidas e outros medicamentos); os defensivos agrícolas (inseticidas e fungicidas); instrumentos de trabalho (chibanca, enxada, pás, latão de leite), arame farpado e grampos de cerca.

Contudo é preciso frisar que o nível da utilização de insumos modernos, particularmente na produção leiteira é consideravelmente reduzido, ⁸¹ sobretudo nos grupos dos criadores onde a atividade apresenta um caráter familiar, assim como nas pequenas fazendas. Nesse sentido vale assinalar que a utilização de rações e concentrados industriais considerados essenciais na atividade leiteira é na visão da maioria desses criadores um mecanismo que busca muito mais garantir a sobrevivência dos animais nos períodos de estiagens prolongadas que a preocupação em manter o nível da produção leiteira nas épocas de forragens escassas. Por conseguinte, o volume da produção de leite, na área em estudo, sofre acentuadas oscilações em decorrência das épocas de abundância ou escassez do suporte forrageiro, acarretando fases de elevada produção e de produção insuficiente de leite.

O baixo grau de utilização de rações concentradas na atividade leiteira da área estudada, evidencia, por um lado, a forte dependência das condições naturais da região semi-árida no

⁸⁰ Considerando à época de maior necessidade de ração industrializada na área estuada (meses de novembro a fevereiro), o consumo de torta de algodão principal produto utilizado entre os criadores entrevistados, varia de 3 a 4 sacas semanais em mais de 80% dos criadores com até 50 cabeças.

⁸¹ Os problemas decorrentes das variações na produção leiteira na bacia de C. Grande serão tratados no próximo cap., particularmente no que se refere as relações entre Ind. de beneficiamento e fornecedores locais.

desenvolvimento da pecuária leiteira, implicando na deficiência alimentar do plantel leiteiro, acarretando, por conseguinte, a baixa produtividade do rebanho. De outra parte, a reduzida utilização dos insumos agropecuários em particular das rações concentradas, essenciais na atividade leiteira, ao nível da grande maioria dos criadores da bacia leiteira analisada reflete a acentuada dificuldade de capitalização que caracteriza a predominância dos criadores que tem como atividade básica a produção de leite.

Na realidade, sabe-se que o processo de descapitalização não se restringe à atividade leiteira, mas, de um modo geral, às atividades agrícolas que não foram privilegiadas pela política econômica nacional ou seja as atividades voltadas à produção de alimentos. Todavia, é preciso ressaltar que ao nível particular dos produtores de leite da área em estudo, o processo de descapitalização que os mesmos vivenciam tem origem em duas causas básicas: em primeiro lugar, os produtores de leite da bacia leiteira focalizada nessa pesquisa, em sua quase totalidade não tem sido beneficiados por linhas de crédito que favoreça a capitalização dos mesmos, limitando assim sua capacidade produtiva. Em segundo lugar, essa descapitalização na atividade leiteira se explica em larga medida pela forma como o produtor direto está vinculado aos diferentes agentes econômicos que atuam na esfera de comercialização do leite. Ou seja, a natureza das relações socio-econômicas que se estabelecem na etapa de comercialização do leite entre o produtor direto e a rede de intermediação ou com a indústria de laticínio local. Esta situação tem concorrido significativamente para a descapitalização da atividade leiteira uma vez que, mediante a venda do seu produto, o produtor direto transfere parcela significativa do valor materializado na mercadoria, leite, aos agentes intermediários ou à Indústria de laticínio, conforme detalharemos no capítulo seguinte. Acresce-se, a estas causas de alcance específico, uma de ordem mais abrangente, ou seja, a política econômica adotada nacionalmente em relação ao setor leiteiro que procura controlar o preço do leite ao mesmo tempo em que mantém liberado e em acelerada elevação os preços dos insumos (rações, medicamentos etc.) e equipamentos, setor este largamente controlado por empresas multinacionais.

Esta incompatibilidade entre o preço do produto rural (leite) e os preços dos insumos agropecuários industriais tem acarretado consequências de desestímulo à produção leiteira na área estudada. Em última análise, as causas da baixa produtividade do rebanho leiteiro estão ligadas a fatores de ordem técnico-econômicas, isto é, custos de produção não condizentes com os lucros da atividade. Torna-se portanto um impasse: o preço do produto-leite não motiva a se realizarem novos investimentos com fins de melhorar a produtividade do rebanho", por outro lado, a elevação da produtividade implica na utilização de insumos em elevação acelerada dos preços

Assim sendo, no capítulo que segue, nosso propósito será o de apresentar a estrutura da cadeia de comercialização do leite na bacia de Campina Grande em seus aspectos formais e de conteúdo das relações econômico-sociais que se sucedem entre os produtores rurais e os principais canais que se apresentam no circuito comercial do leite, atribuindo-se relevo às relações da Indústria de beneficiamento de leite face aos seus fornecedores, procurando-se sublinhar nessa relação, as principais estratégias utilizadas pela indústria de laticínio no sentido de garantir o fornecimento da matéria prima (leite) necessária ao seu funcionamento.

CAPÍTULO VI

A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO E DE BENEFICIAMENTO DO LEITE

6.1 A INTERMEDIACÃO NO CIRCUITO COMERCIAL LEITEIRO

A produção do leite in natura na área da bacia leiteira campinense visa fundamentalmente duas formas de utilização, a saber: como matéria prima para beneficiamento e transformação em derivados pela Indústria de laticínio local e como bem de consumo para a população rural e grande parte da população urbana.

Quando analisamos os dados de campo relativos ao destino da produção leiteira verifica-se que, em mais de 65% das fazendas pesquisadas, o processo de realização comercial do leite se dar através da venda desse produto "in natura".

Convém ressaltar, nesse sentido, que em alguns grupos de criadores como os dos pequenos produtores empresários e nas unidades onde a atividade pecuária é fundamentada no trabalho familiar, a venda do leite "in natura" alcança percentuais de 71% e 57%, respectivamente. A partir daí, constata-se que mais de 70% dos criadores que realizam sua produção de leite por meio da venda do produto "in natura" são pequenos criadores, proprietários de pequenos estabelecimentos agropecuários.

No tocante a quantidade de leite comercializada por produtor, conforme os dados da tabela XL, verifica-se que o volume de leite destinado à venda diariamente, em períodos de produção normal, ou seja, entre os meses de março a agosto, varia em cada grupo de criador. Dessa forma, no caso da pequena produção familiar e dos pequenos criadores a quantidade de leite destinada a venda está acentuadamente concentrada nos limites entre 10 e 50 litros ao dia, sendo que no caso específico da pecuária familiar a significativa maioria dos produtores destinam ao mercado entre 10 e 30 litros de leite ao dia. No caso dos pequenos produtores empresariais, a venda do leite em sua forma "in natura" também se apresenta como uma importante alternativa de realização comercial para seu produto, pois, conforme se visualiza na tabela XL é significativamente considerável o número de pequenos produtores empresariais que comercializam entre 41 e 100 litros de leite/dia.

Vale considerar, a partir do exposto que a venda do leite "in natura" pelas categorias de produtores referidas se apresenta como a alternativa capaz de atender de imediato a necessidade de obtenção de algum ganho monetário para fins de aquisição de produtos essenciais à dieta doméstica, ou de insumos para o rebanho, sobretudo no caso dos pequenos produtores empresariais.

TABELA XL

QUANTIDADE MÉDIA DE LEITE COMERCIALIZADO DIARIAMENTE POR CATEGORIAS DE PRODUTORES LEITEIROS -Março / Agosto - 1992.

Estratificação (em litros)	Categorias de Criadores			
	Produtores Familiars	Produtores Empresários		
		Pequeno Produtor	Médio Produtor	Grande Produtor
De 1 a 5	-----	-----	-----	-----
De 6 a 10	03	-----	-----	-----
De 11 a 20	10	02	-----	-----
De 21 a 30	05	03	-----	-----
De 31 a 40	01	02	-----	-----
De 41 a 50	04	05	-----	-----
De 51 a 80	-----	06	-----	-----
De 81 a 100	01	04	02	-----
De 101 a 150	-----	01	09	-----
De 151 a 200	-----	-----	01	-----
De 201 a 300	-----	-----	02	-----
Mais de 300	-----	-----	-----	-----

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os criadores considerados de porte médio, por sua vez, em sua fração mais significativa, destinam ao mercado, normalmente, entre 100 e 200 litros de leite diários.

É preciso ressaltar que quando a realização comercial da produção se estabelece através da venda do leite, o produtor rural pode defrontar-se com três alternativas distintas de mercado para seu produto, constituídas pelo consumidor final, pelo intermediário, ou pela indústria local de laticínio. Com base nos dados da pesquisa direta, apresentados na Tabela XLI, observa-se que dentre as alternativas de mercado de que dispõe aquele criador que direciona a sua produção de leite para a venda, a que se destaca com maior relevo é a comercialização do produto a partir das relações de compra e venda que se estabelece entre o produtor direto e o intermediário.

TABELA XLI

ALTERNATIVAS DE REALIZAÇÃO COMERCIAL DO LEITE IN NATURA NA BACIA DE CAMPINA GRANDE

Destinado do	Categoria dos Produtores			TOTAL		
	Produtores	Produtores Empresariais			Abs.	%
Leite in natura comercializado	Familiares	Pequeno Produtor	Médios Produtores	Grande Produtor		
Agroindústria	-----	01	05	01	07	10,0
Intermediários	21	20	10	02	53	77,0
Consumidor direto	03	04	02	-----	09	13,0
TOTAL	24	25	17	03	69	100,0

FONTE: PESQUISA DIRETA, JUNTO A CRIADORES DA REGIÃO ESTUDADA

Conforme indica os dados da tabela citada mais de 77% do leite comercializado nas fazendas pesquisadas é repassado via intermediários, sendo essa forma de venda seguida pela relação comercial que vincula diretamente o criador ao consumidor final.

Vale ressaltar que nas categorias que se classificam como produtores familiares e pequenos produtores empresariais, a realização comercial do leite se dá essencialmente, via agente intermediário.

O entendimento do que determina a forma das relações entre produtores de leite e intermediários é algo complexo, uma vez que na base dessa determinação tem que se considerar não só a simples existência, de um lado, de produtores rurais que decidem vender seu produto e de outro, do intermediário que se apresenta como comprador. É necessário além disso, considerando a estrutura do circuito comercial do leite, na área em estudo, numa dimensão mais ampla, levar em conta, principalmente, a natureza das relações quando do vínculo do produtor rural com outros agentes que também atuam nesse circuito como por exemplo, a indústria de beneficiamento e as fábricas semi-artesanais de derivados (queijo, manteiga). Tudo indica que a compreensão dos motivos que conduz o produtor rural a direcionar sua produção para um específico canal de comercialização do leite passa pela determinação geral das relações sócio-econômicas que se particularizam ao nível de cada agente social que figura no mercado leiteiro.

Dessa forma, no caso da comercialização do leite através de intermediários deve-se ressaltar, inicialmente, que com frequência, a relação comercial envolve principalmente aqueles produtores que em época normal de produção (inverno) conseguem destinar à venda um volume de leite não superior a 50 litros diários.

TABELA XLII

Coleta de leite por intermediários junto a criadores nos principais municípios produtores da bacia leiteira campinense

Estratificação (em litros)	Aroeiras	Boqueirão	C. Grande	Queimadas	Total	
	n° de Produtores	n° de Produtores	n° de Produtores	n° de Produtores	Abs.	%
Menos de 10	41	06	13	----	60	39,2
De 10 a 25	13	07	15	02	37	24,2
De 26 a 50	07	03	10	06	26	17,2
De 51 a 75	07	----	07	----	14	9,2
De 76 a 100	04	----	03	----	07	4,6
Acima de 100	05	02	01	----	08	5,2

Fonte: Pesquisa direta, realizada junto a intermediários

Os dados da Tabela XLII, coletados a partir de entrevistas com intermediários que atuam na comercialização do leite retratam claramente a grande presença desses agentes junto aos pequenos criadores. Se considerarmos, por exemplo, aqueles produtores que repassam para os intermediários até 50 litros de leite ao dia, eles representam mais de 80% dos fornecedores de leite que normalmente se relacionam diretamente com compradores de leite que adquirem o produto visando a obtenção de uma margem de lucro. Acresce-se ainda que é amplamente expressiva a vinculação entre intermediários e aqueles produtores que colocam no mercado um volume diário de leite inferior a 10 litros. Este grupo de criadores, na verdade, é responsável pelo grande volume de leite que é comercializado via intermediários.

Conforme evidenciamos empiricamente, alguns fatores concorrem diretamente para que a vinculação do produtor direto ao circuito comercial leiteiro se realize através do comércio intermediário. Nesse sentido, em primeiro lugar, ressalta-se que o volume do leite produzido no caso da maioria dos pequenos criadores não os estimulam a direcionar sua produção aos centros urbanos para a venda ao consumidor direto. Além disso, em muitos casos, quando as fazendas se situam numa distância relativamente grande dos centros urbanos e, cabe ao produtor a responsabilidade pelos custos de transporte, a consequência disto é que sua margem de ganho se reduz ou se torna quase nula.

Entretanto, quando o produtor rural entrega sua produção a um intermediário, a coleta do produto, normalmente, ocorre na própria fazenda ou sítio. Às vezes, quando a propriedade encontra-se descentralizada em relação a uma determinada "linha", o produtor leva o leite a um determinado ponto da estrada, por exemplo, utilizando para tanto animais de tração. Por conseguinte, sobretudo para os pequenos criadores familiares, a venda do leite a intermediários significa a anulação da responsabilidade com as despesas de transporte, mesmo nos casos em que precisam deixar o produto no ponto de uma estrada, já que o fazem com seus próprios meios (animais de tração) e geralmente, utilizando a mão-de-obra familiar.

Em segundo lugar, este tipo de relação também apresenta a conveniência de que mesmo aqueles produtores que dispõem de um volume mínimo de leite (2 ou 5 litros diários), excedendo o consumo doméstico, podem destiná-lo a comercialização através da venda, repassando-o a um comprador intermediário. Sendo assim, a parcela mais significativa dos pequenos criadores tem na venda do leite para compradores que coletam o produto diretamente na fazenda a alternativa mais imediata de realização comercial do leite em sua forma "in natura", uma vez que o baixo volume da produção dificulta-os a manter vínculo direto com outros canais de comercialização, como por exemplo a indústria de beneficiamento de leite, ou o fornecimento direto para o consumidor urbano.

Ademais, deve-se assinalar que o leite, uma vez coletado pelo intermediário, pode seguir ramificações diversas no circuito comercial, visto que a diferenciação sócio-econômica que se observa no grupo daqueles que se dedicam ao comércio do leite, associada a outros elementos de ordem mais geral concorrem sobremaneira para que o intermediário tenha uma forma particular de atuação no circuito leiteiro, conforme salientaremos mais adiante.

A diferenciação sócio-econômica que caracteriza os intermediários do leite se dá em diversos níveis. Por exemplo, existem aqueles que além de compradores da produção leiteira de outros produtores, como proprietários rurais, possuem também sua própria produção, combinando assim a sua atividade de criador como o "negócio" do leite; aqueles que revelam-se detentores de maiores recursos, possuindo veículos motorizados para o transporte do produto; aqueles que residindo no meio rural possuem suas próprias fabriquetas artesanais onde transforma o leite adquirido, em derivados (queijo); e ainda os que mesmo não residindo no meio rural atuam também na intermediação do leite adquirindo o produto dos criadores e repassando-o ao consumidor final nos centros urbanos. Este último grupo de intermediários, popularmente denominados de "leiteiros", tem a revenda do leite ao consumidor final dos centros urbanos sua principal fonte de renda.

A partir do exposto, pode-se dizer que na continuidade do circuito comercial leiteiro, isto é depois que o leite passa do produtor direto para as mãos do agente intermediário, deve-se levar em conta as especificidades econômica e social do comprador. Nesse sentido, algumas questões merecem ser ressaltadas, a saber: de que meios materiais e financeiros dispõe este agente intermediário? A atividade de comercialização com o leite é a sua principal fonte de renda? É um agente comprador que possui meios próprios, isto é, fábricas semi-artesanais de transformação do leite adquirido em derivados (queijos, manteigas etc)?

Por conseguinte, determinando-se o perfil sócio-econômico dos compradores de leite que chegam ao produtor direto, pode-se ampliar a compreensão sobre as distintas ramificações que na sua totalidade compõem o circuito da comercialização leiteira. Este circuito tem como início o

momento em que o leite, através da venda deixa de pertencer ao produtor rural e como encerramento a sua transformação em derivados pela indústria rural, ou sua aquisição para o beneficiamento na indústria de laticínio local. Nesse sentido o circuito leiteiro encerra uma ampla diversificação das relações de compra e venda de leite não se caracterizando, portanto, apenas pela relação que vincula o produtor rural ao agente comercial que se apresenta como imediato comprador do leite in natura, isto é, somente pelo ato que significa para o produtor rural a realização comercial do seu produto. Em tal circuito incorpora-se também as relações que se estabelecem entre todos os agentes que, integrados de alguma forma ao circuito da comercialização leiteira, visam auferir uma margem de ganho nesta atividade.

A diversidade observada no tocante ao perfil sócio econômico dos agentes integrados ao comércio do leite concorre para que, de certo modo, se tenha uma definição do papel que ocupam tais agentes em toda a extensão do circuito comercial do leite, aqui considerada.

Nesse sentido, primeiramente ressaltamos o papel daqueles produtores rurais que buscam através da combinação de suas atividades rurais (agricultura e pequena pecuária) com o comércio do leite, uma alternativa de complementação da renda familiar. Conforme constatamos empiricamente esta categoria de intermediários se faz presente no circuito da comercialização do leite através da coleta (compra na porteira) do produto principalmente naquelas áreas produtoras mais afastadas das principais linhas de coleta. Estes compradores conseguem reunir a produção de leite pulverizada de inúmeros produtores. O leite agora como uma mercadoria pertencente não mais ao produtor direto, é às vezes utilizado como matéria-prima pelo comprador primário⁸² na

⁸² Dada as especificidades que caracterizam os agentes comerciais que se integram ao circuito comercial do leite, na área estudada, procuremos definir como comprador primário ou direto o agente intermediário que coleta o leite na porteira, ou seja, aquele que adquire o produto diretamente do produtor rural.

fabricação de derivados - queijos principalmente - e, neste caso, o leite na sua forma in natura tem encerrada sua circulação.

Todavia, em outros casos, o leite in natura permanece na circulação uma vez que uma parcela dos compradores primários ou diretos repassam o produto a outros agentes, isto é aos intermediários secundários,⁸³ os quais adquirem o produto em maiores quantidades pois compram o leite coletado por pequenos compradores diretos, como também compram diretamente nas fazendas de acesso privilegiado. Ao alcançar este ponto da cadeia de comercialização, isto é, como uma mercadoria pertencente a um intermediário de maior porte que dispõe de meios de transporte motorizados - camionetas - para a coleta do produto, principalmente nas fazendas das áreas de maior adensamento da produção leiteira; o leite como produto de comercialização é vendido na indústria de beneficiamento ou destinado aos centros urbanos para a venda direta ao consumidor final.

Em dois dos quatro municípios estudados (Aroeiras e Boqueirão) a indústria rural de laticínio se sobressai como importante fonte de mercado para o leite in natura, ou seja, constata-se a existência significativa de fábricas especializadas na produção de derivados do leite, como o "queijo" e a "manteiga da terra".

A importância da indústria rural de laticínio na absorção de fração significativa da produção leiteira, como fonte de renda na atividade pecuária constitui objeto de discussão no tópico seguinte desse estudo.

⁸³ - Em determinados casos a comercialização do leite não necessariamente envolve o produtor direto e um único intermediário, ou seja, em alguns casos, o comprador que chega até ao produtor rural, repassa o leite a um segundo agente comercial que adquire o produto em quantidades mais significativas.

6.2 A INDÚSTRIA ARTESANAL RURAL DE LATICÍNIO NA BACIA LEITEIRA CAMPINENSE

Ainda nos fins do século passado, na Paraíba, algumas áreas eram conhecidas regionalmente pela sua indústria sertaneja de queijo. Como salienta Irineo Joffily " *O fábrica de queijos é indústria sertaneja de bons rendimentos, embora se conserve ainda em pequena proporção para a sua numerosa criação. Há de duas qualidades sendo muito estimados os que são conhecidos pelos nomes Seridó e Santa Rosa* " (JOFFILY, op. cit, p. 206)

A atividade artesanal rural de laticínio praticada já em fins do século XIX em determinadas áreas do interior paraibano, evolui no decorrer dos anos, tornando-se de grande importância como mecanismo de absorção da produção leiteira principalmente nos períodos de abundância desta produção.

Na área da bacia leiteira de Campina Grande mesmo existindo uma indústria moderna de laticínio que opera desde o início dos anos setenta a indústria artesanal rural de laticínio também ocupa seu espaço o que se faz perceber pelo grande percentual de unidades fabris artesanais ou semi-artesanais de laticínio existente nas principais microrregiões que compõe aquela bacia leiteira.

Analisando-se os dados da Tabela XLIII, ressalta-se a relevância da atividade artesanal de laticínio na microrregião dos Cariris Velhos.

TABELA XLIII

BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE: TRANSFORMAÇÃO OU BENEFICIAMENTO DE LEITE PELA INDÚSTRIA RURAL - 1970-1980

Microrregiões e Estado	Prod. Total de Leite (mil litros)		Quantidade transformada				Part. Micro-regional na prod. beneficiada no Estado	
			Absoluta (mil litros)		% sobre a prod. total		%	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
A. da Borborema	10.673	14.874	838	1.680	7,9	11,3	14,2	9,5
Cariris Velhos	19.406	32.111	2.854	11.419	14,7	35,6	48,3	64,5
P. da Borborema	7.178	7.234	239	204	3,3	2,8	4,0	1,2
Brejo Paraibano	1.852	3.199	5	65	0,3	2,0	0,1	0,4
Paraíba	85.975	118.031	5.908	17.712	6,9	15,0	66,6	75,6

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUARIO DA PARAIBA - 1970 E 1980

As microrregiões dos Cariris Velhos e Agreste da Borborema, principais tributárias do leite que abastece o mercado campinense concentravam em 1980, 74% da produção de leite do estado transformada ou beneficiada através da indústria rural. Somente nos Cariris Velhos, no período citado, a quantidade de leite transformada na indústria rural de laticínios alcança uma participação de mais de 60% da produção total do leite, do estado. Por outro lado, ressalta-se também o significativo crescimento dos índices de participação do leite absorvido pela indústria rural sobre a produção leiteira daquela microrregião, evoluindo assim de 15% para 37% entre 1970 e 1980, acusando um incremento absoluto de mais de 8 milhões e meio de litros. Destacam-se nesta atividade os municípios de Boqueirão e Aroeiras, que, no período referido, aumenta a produção absoluta de leite beneficiado na indústria rural em 829 mil litros e em 3 milhões de litros, respectivamente. Esta atividade artesanal é de fundamental importância para a área da bacia leiteira de Campina Grande, não só porque absorve o leite excedente nas oscilações da produção, senão também absorve uma significativa proporção da mão-de-obra no meio rural. As fabriquetas de

derivados do leite tem, por conseguinte, uma importante função de equilibrar a oferta e a demanda do leite, amenizando as perdas por ocasião das variações sazonais da produção de leite.

Por outro lado, por representar uma alternativa que proporciona uma maior margem de lucro, boa parte dos criadores na área da bacia leiteira de Campina Grande tem procurado transformar o leite nas suas fabriquetas semi-artesanais.

Ocorre que com o acelerado crescimento dos preços dos insumos básicos utilizados na atividade do criatório leiteiro, bem como o frete para o transporte do produto pago pelo produtor devido ao sistemático aumento dos combustíveis, além dos prejuízos que são internalizados pelo produtor quando da ocorrência da acidificação do produto, tem-se como resultado uma elevação constante dos custos de produção nesta atividade, não compensando pois a venda do produto à indústria moderna de laticínio, através de preços pré-estabelecidos pela política de preços oficiais.

No conjunto dos criadores entrevistados nos principais municípios produtores de leite, na área da bacia leiteira de Campina Grande, mais de 40% possuem fabriquetas de laticínios e consideram que esta atividade é mais lucrativa que a venda do leite "in natura" à indústria de laticínio local.

Quando se trata de transformação ou utilização do leite pela indústria rural é necessário, também, ressaltar alguns aspectos específicos do desenvolvimento desta atividade dentre as diferentes categorias de criadores entrevistados. Nesse sentido, inicialmente, deve-se assinalar que a fabricação do queijo por pequenos criadores é as vezes combinada com a venda do leite "in natura", isto é, quando o criador realiza comercialmente uma fração do leite produzido através da venda direta ao consumidor final e neste caso a produção queijeira representa uma alternativa de obtenção de uma renda complementar na atividade leiteira. Não obstante, para uma parcela significativa dos criadores e fabricação de queijo constitui a única forma de aproveitamento do leite "in natura", tornando-se assim a principal fonte de renda na atividade pecuária.

Por outro lado, as oscilações periódicas que sofre a produção leiteira, e que na área da bacia localizada tem o agravante das adversidades climáticas (sobretudo nas microrregiões do Agreste da Borborema e Cariris Velhos), concorre para que o nível da produção queijeira nas fabriquetas artesanais dos pequenos criadores apresente consideráveis variações entre o período de abundância da produção leiteira e a época da entressafra. Contudo, considerando as épocas normais da produção de leite, isto é, fora do período das estiagens prolongadas, os pequenos criadores entrevistados que utilizam sua produção, transformando-a em derivados (queijo) nas próprias fabriquetas artesanais, indicam um nível de produção de queijos que se situa entre 10 a 40 quilogramas semanais, sendo que mais de 60% desses criadores afirmam ter um volume médio de produção de 30 quilos de queijo por semana. De outra parte, os pequenos fabricantes artesanais de queijo, entrevistados, afirmam ter como alternativa de comércio para sua produção queijeira a venda aos intermediários ou ao consumidor direto, sendo, porém, mais freqüente a primeira alternativa, pois a relação com o comprador intermediário (comerciante da cidade) é para os pequenos fabricantes queijeiros uma perspectiva assegurada de mercado para o seu produto, em que pese as condições desfavoráveis à transação comercial para o produtor rural no tocante a deterioração dos níveis de preço alcançados por seu produto, o que resulta numa forte transferência do valor produzido pelo criador para os agentes da intermediação.

Além das fabriquetas artesanais dos pequenos criadores, a indústria rural de laticínio na área da bacia leiteira campinense é também constituída por outro tipo de unidades fabris de derivados de leite as quais se destacam por apresentarem maior especialidade na fabricação de laticínio (queijos, manteiga). Estas unidades de fabricação de laticínio ou queijeiras como são denominadas, constituem o que há de mais moderno na produção rural de laticínios, na área estudada. Elas produzem, em escala considerável, derivados do leite, principalmente algumas variedades de queijo e manteiga para os mercados de centros urbanos como Campina Grande e João Pessoa. Embora, em sua maioria, possuam uma capacidade instalada suficiente para transformar diariamente entre

500 a 800 litros de leite, as queijeiras maiores chegam a transformar em torno de 3 mil litros de leite ao dia nos períodos de abundância da produção⁸⁴.

Com relação a indústria rural de laticínio na área da bacia leiteira abordada, é válido mencionar ainda, que tem aumentando o número das unidades artesanais de laticínio ao mesmo tempo em que outras já existentes tem buscado se expandir, ampliando sua capacidade instalada e diversificando sua produção.

Segundo o presidente da Associação dos Produtores de leite do Estado da Paraíba (APLEP) o crescimento da produção queijeira na indústria rural, na área da bacia leiteira estudada, está diretamente relacionado ao baixo preço que o leite "in natura" alcança na indústria de laticínio local. Além disso, a escassez do leite nos períodos de estiagens constitui um forte fator de estímulo a produção artesanal de queijo visto que, se por um lado o fabrico do queijo anula ônus do transporte do leite até a indústria, por outro a fabricação de queijo permite uma ampliação dos ganhos, uma vez que este produto, por não ter um sistema de preço politicamente estabelecido, alcança um melhor preço no mercado, principalmente na entressafra quando o produto torna-se escasso.

Por conseguinte, na época da entressafra a oferta de leite à indústria de beneficiamento local, oriunda dos principais municípios produtores é sensivelmente afetada.

Não obstante a redução da oferta de matéria-prima (leite), na entressafra, por produtores dos municípios que constituem a principal área da bacia leiteira estudada, a indústria de laticínio local tem adotado mecanismos que inibem os efeitos de escassez do leite, na entressafra. Estes mecanismos se consubstanciam tanto a nível das estratégias de expansão adotadas quanto em relação as regras ditadas pela indústria face aos seus fornecedores no sentido de assegurar a plena oferta da matéria-prima. Estes aspectos serão devidamente tratados na seqüência deste capítulo.

⁸⁴ Informação obtida de proprietários de fábricas de queijo, instaladas nos municípios de Boqueirão e Aroeiras.

6.3 ORIGEM E EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIO DE CAMPINA GRANDE⁸⁵

A implantação das indústrias modernas de laticínios no Nordeste, com maior utilização de tecnologia, foi promovida pelos incentivos fiscais da SUDENE.

A indústria de laticínio da Campina Grande -ILCASA- foi constituída em 1964, tendo sido seu projeto aprovado pela SUDENE em fevereiro de 1965.

Embora não se trate de uma indústria de base e com escassos efeitos irradiadores da economia, ela foi tida como projeto prioritário, faixa "A" em face de se tratar de uma indústria de produção de bens de alimentação básicos, por utilizar matéria-prima regional e por ser tal empreendimento implantado em áreas de débil desenvolvimento contribuindo para a desconcentração espacial da indústria regional.

Seu funcionamento, no entanto, teve início em 1973, tendo transcorrido um período de oito anos entre a aprovação do projeto e a sua implantação em face da "deficiência de capital" e das exigências técnicas do Ministério da Agricultura, no sentido de reformular o projeto inicial.

A indústria -ILCASA- foi adquirida em 1972, através de um leilão judicial, por um grupo de industriais paulistas e cariocas detentor do controle acionário da empresa, passando desde então a funcionar com as melhores técnicas exigidas, produzindo leite tipo "C".

Em 1981, um grupo empresarial do ramo de laticínios, com sede em Fortaleza, se instala em Campina Grande, fazendo apenas algumas reformas nas instalações físicas já existentes. Desde

⁸⁵ Informações obtidas através da entrevista realizada com o Diretor industrial da ILCASA (julho de 1992)

então, a ILCASA passa a operar, produzindo leite pasteurizado tipo "C" (LPC) e outros produtos lácteos que adotam a marca BETÂNIA⁸⁶.

Embora se trate de uma empresa de sociedade anônima, os criadores locais não tem participação⁸⁷ nas ações das mesma. Ou seja, a política industrial adotada na região via 34/18⁸⁸ gerou na área em estudo uma indústria de laticínio cuja forma de organização societária acha-se vinculada a interesses exógenos aos dos pecuaristas locais. Ademais, como a empresa de laticínio em Campina Grande detém o monopólio da compra de leite para beneficiamento, isto lhe possibilita condições para ditar o preço e o prazo de pagamento, violando por conseguinte as leis de mercado face a existência de vários ofertantes e de um só comprador. Isto constitui, sem dúvida, um forte fator de desinteresse do produtor rural em fornecer a matéria-prima (leite) à empresa, acarretando graves implicações à atividade leiteira da área estudada, como exemplo a venda parcial do rebanho leiteiro para o abate ou a substituição total desta atividade pela pecuária de corte por parte de alguns criadores.

Tecnicamente, a empresa tem uma capacidade instalada, segundo informações do seu diretor industrial, suficiente para absorver até 250 mil litros de leite ao dia. Não obstante, em julho 1992

⁸⁶ Nome fantasia com o qual a Indústria de Campina Grande passou a operar a partir de 1981.

⁸⁷ Sobre a participação dos criadores locais no capital na Indústria da laticínio o Presidente da Associação dos produtores de leite da Paraíba comenta: " Somente quando a Indústria de laticínio se instalara em Campina Grande, os pecuaristas locais adquiram ações da ILCASA, no sentido de viabilizar a capitalização da Indústria, visto que o Sistema 34/18 financiava apenas 50% do investimento. Contudo, no decorrer do tempo os produtores foram vendendo suas ações, resultando em que, atualmente, os produtores de leite não mais participem do capital da empresa ". (entrevista realizada em Julho, 1992).

⁸⁸ " Resumidamente, este sistema consiste em que as pessoas jurídicas possam deixar de pagar ao Tesouro Nacional até 50% do montante dos seus impostos sobre a renda, para investir ou reinvestir em projetos na área no Nordeste, reconhecidas pela Sudene como prioritários para o desenvolvimento da região ". In MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1979 p. 88

estava ela operando com apenas 20% de sua capacidade total, o que corresponde a uma absorção de 50 mil litros de leite em média, diariamente.

Além da plataforma de Campina Grande, a ILCASA, possui dois postos de resfriamento de leite sendo um instalado no município de Sousa (sertão da Paraíba) e outro no município de Garanhuns, agreste pernambucano, que fornece à indústria 18 mil litros de leite ao dia em média. O leite coletado nas áreas polarizadas por estes municípios, após o processo de resfriamento, é transportado para Campina Grande, onde é pasteurizado ou transformado em derivados.

Além da plataforma de Campina Grande e de seus dois postos de resfriamento de leite a empresa conta também com uma unidade de fabricação de leite em pó instalada no interior cearense, a qual é de extrema importância na redução dos efeitos acarretados pelas flutuações da produção leiteira, uma vez que esta usina absorve o excedente de matéria-prima (leite) na época de abundância da produção, desidratando o leite, transformando-o em matéria seca.

Tendo em vista as oscilações estacionais cíclicas da produção de leite, a indústria de laticínio tem procurado manter uma linha de produção diversificada. Nesse sentido, além do leite pasteurizado "C" que ocupa 60% da pauta de produção, a indústria destina 20% da matéria prima adquirida à fabricação de leite em pó, enquanto 30% do leite "in natura" recebido naquela indústria é destinado à elaboração de derivados lácteos, como doce de leite em pasta, queijo, manteiga e recentemente, requeijão cremoso, com boa aceitação no mercado regional.

Na pauta dos derivados lácteos elaborados pela indústria local de laticínios, a produção da manteiga constitui o ramo mais rentável - Conforme assinala o diretor industrial da ILCASA: "a fabricação da manteiga proporciona uma margem de lucro satisfatória em relação aos demais produtos que fabricamos, pois cada litro de creme utilizado na fabricação da manteiga representa custo equivalente a aquisição de 1 litro de leite in natura".

O leite pasteurizado na indústria local atende aos centros urbanos de Campina Grande e João Pessoa, ao passo que os derivados lácteos (queijo, manteiga, doce de leite, requeijão cremoso) abastece também o mercado regional, principalmente os centros urbanos de Recife e Fortaleza.

No que concerne ao abastecimento da indústria com matéria-prima - convém assinalar que face a expansão do mercado, principalmente no ramo de derivados, tornou-se necessário uma maior captação do leite "in natura", incompatível, porém com a oferta do leite proporcionada por fornecedores na área da bacia leiteira de Campina Grande. Dessa forma, a indústria local adotou estratégias específicas de captação de matéria-prima. Um dos caminhos adotados foi a expansão para novas áreas produtoras onde pudesse obter uma oferta de leite a preços relativamente reduzidos. Neste caso, a expansão da IL.CASA se deu em direção à região do sertão paraibano, precisamente para a área polarizada pelo município de Sousa, onde a existência de um grande rebanho bovino propicia uma considerável produção de leite, até então praticamente desperdiçada comercialmente. Outra medida adotada pela indústria de laticínio local visando assegurar a oferta de matéria-prima tem sido a importação de leite de outros estados da região Nordeste.

Praticamente, durante toda a década de oitenta a indústria de laticínio de Campina Grande precisou importar leite "in natura" de outros estados para atender as necessidades de expansão do mercado, sobretudo em fins da citada década quando os volumes de leite "in natura" importado são consideráveis. Esse aumento das importações do leite "in natura" se deve muito mais a um crescimento do mercado consumidor, cujas razões apontaremos adiante, que ao fato de uma redução absoluta na oferta de leite recebido diariamente na plataforma da indústria, que ao contrário cresce consideravelmente entre 1981 e 1988 segundo demonstram os dados abaixo.

TABELA XLIV

ILCASA - INDUSTRIA DE LATICÍNIOS DE CAMPINA GRANDE S. A. RECEBIMENTO DE LEITE IN NATURA NA PLATAFORMA E IMPORTADO.

ANOS	Leite Recebido na Plataforma da indústria (Em mil litros)			Leite in natura importado (em mil litros)	TOTAL (mil litros)
	Bacia de C. Grande	Sertão Paraibano (Sousa e Patos)	Sub-Total		
1981	3.695	---	3.695	---	3.695
1982	4.578	---	4.578	1.136	5.714
1983	4.552	---	4.552	539	5.091
1984	5.039	---	5.039	1.001	6.040
1985	6.879	---	6.879	2.070	8.949
1986	7.312	1.290	8.602	2.361	10.963
1987	9.823	6.630	16.453	5.761	22.214
1988	12.834	6.911	19.745	7.884	27.629
1989	9.705	7.399	17.104	19.748	36.852
1990	9.985	6.283	16.268	9.298	25.566
1991	3.149	2.767	5.916	5.233	11.149

FONTE: PESQUISA DIRETA JUNTO A ILCASA

Com relação à expansão horizontal da indústria de laticínio para a região do sertão, a existência de uma produção de leite sub-aproveitada comercialmente proporciona a indústria uma oferta de leite "in natura" a preços menores que aqueles obtidos em áreas tradicionalmente conhecidas como fornecedora de leite àquela indústria, como por exemplo, a bacia leiteira campinense.

Isto pode ser constatado nos dados apresentados na Tabela abaixo, os quais revelam uma nítida diferenciação entre os preços do leite "in natura" na bacia leiteira de Campina Grande, e o produto proveniente do município de Sousa, isto é, nota-se que o preço pago aos produtores na região do sertão mantém-se aquém do que recebem os fornecedores que entregam o produto diretamente na plataforma da indústria de laticínio local.

TABELA XLV

PREÇO POR LITRO DE LEITE IN NATURA NA PLATAFORMA DE CAMPINA GRANDE E NO POSTO DE RESFRIAMENTO DA ILCASA NO MUNICÍPIO DE SOUSA: 1985 - 1991.

A preço de julho de 1992 (em Cr\$)

Mês e ano	Bacia Leiteira de C. Grande	Posto e Resfriamento do Leite in natura em Sousa	Diferença de preços do leite in natura entre C. Grande e Sousa
dezembro/85	1.141,08	-----	-----
junho/86	1.025,58	988,41	37,17
janeiro/87	1.159,87	1.107,74	52,13
junho/87	975,84	878,26	97,58
dezembro/87	1.138,76	990,95	147,81
junho/88	739,00	647,71	91,29
dezembro/88	872,00	773,12	98,88
junho/89	1.110,36	951,73	158,63
dezembro/89	1.089,00	989,28	99,72
março/90	1.272,20	1.144,46	127,74
agosto/90	735,46	695,78	39,68
dezembro/90	838,50	822,18	16,32
junho/91	779,80	733,22	46,58
outubro/91	971,78	971,78	0,00

FONTE: PESQUISA DIRETA JUNTO A ILCASA

Contudo, os dados expressos pela Tabela citada, jamais devem ser interpretados como se o preço pago aos fornecedores do leite "in natura" na região de Campina Grande indicasse uma situação cômoda para os produtores locais, principalmente porque o preço do leite "in natura", na maioria das unidades produtoras, não cobre sequer os custos de produção da atividade leiteira. De outra parte, a ocorrência de menores preços para o leite "in natura" na região do município de Sousa decorre da existência de uma significativa produção de leite até então desperdiçada enquanto produto de comercialização. Ou seja, a presença da indústria de laticínio na região do sertão paraibano constitui para os produtores locais uma importante alternativa de mercado para realização comercial de sua produção de leite, sobretudo porque a indústria assegura aos produtores, dessa região sertaneja, uma garantia de compra, e apresenta uma solvência financeira não

assegurada quando o produtor direto transforma o leite em queijos, ou quando fornece a pequenos laticínios rurais.

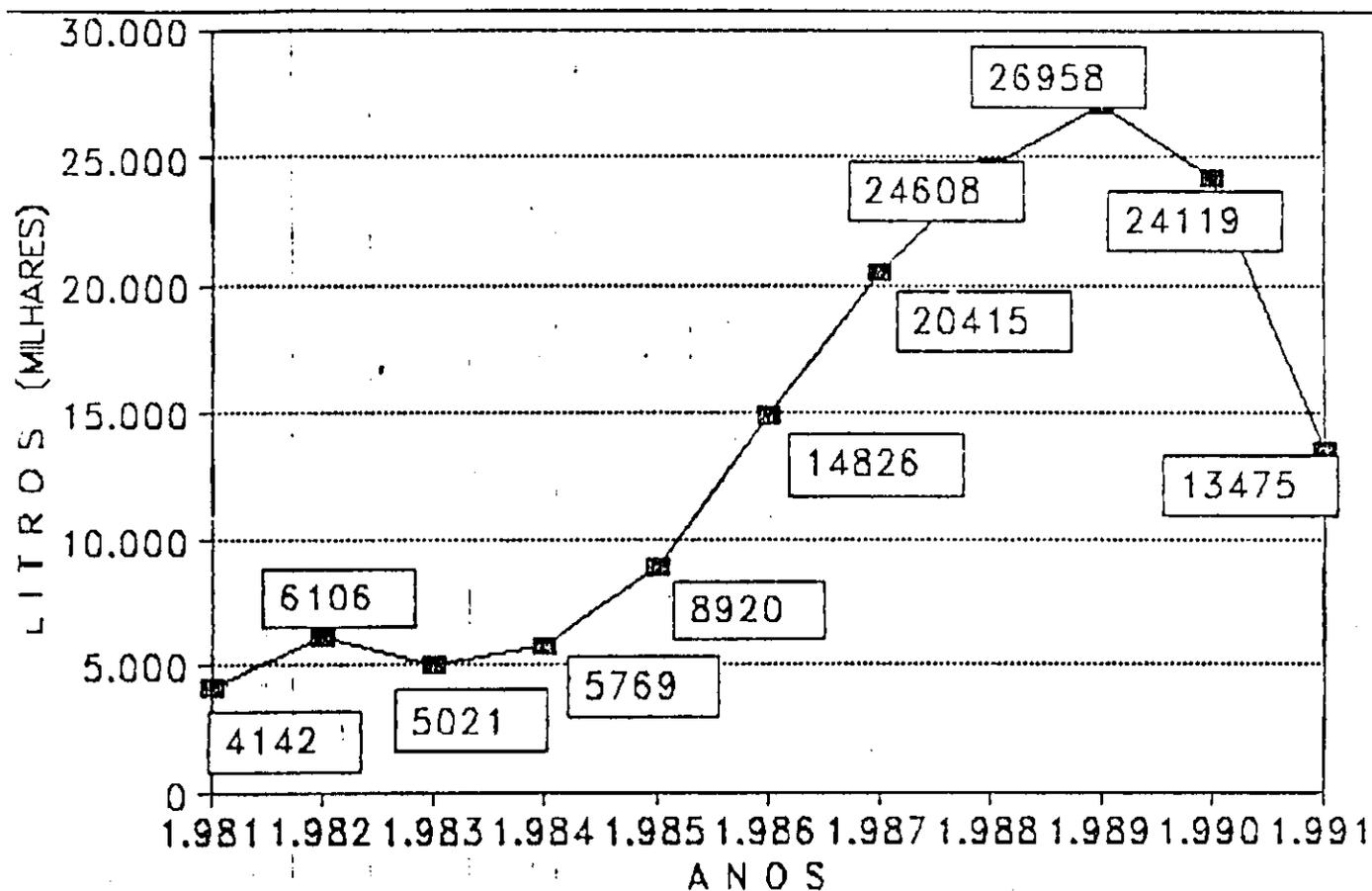
Enquanto expansão horizontal, além da área sertaneja paraibana, a indústria da laticínio local tem se expandido para outros estados nordestinos, visando ao seu abastecimento com matéria-prima. Desta feita, a partir de 1992, essa indústria inaugurou sua expansão para o município de Garanhuns na região do agreste pernambucano, ampliando assim sua área de fornecimento de matéria-prima. Desde então, esse município, onde foi instalado um posto de resfriamento de leite, tornou-se um importante fornecedor de leite "in natura" para a indústria de laticínio local.

Em relação a comercialização de leite pasteurizado tipo "C" elaborado na indústria local, a ilustração gráfica a seguir mostra que a evolução das vendas do LPC apresentam flutuação entre 1981 e 1991.

GRÁFICO 1

ILCASA-IND. DE LATICÍNIOS DE C.GRANDE

EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE LPC 1981 A 1991



1991 VALORES PROJETADOS MESES 'OUT/NOV/DEZ

Após um período de oscilações nas vendas do LPC, entre 1981 e 1983, nota-se um crescimento satisfatório da comercialização do leite pasteurizado, cujas vendas saltam de um volume de 5.021 (cinco milhões e vinte e hum mil) litros de leite anuais para 26.958 (vinte e seis milhões, novecentos e cinqüenta oito mil) litros de leite, no período compreendido entre 1983 e 1989. Observa-se ainda um acentuado desempenho das vendas do LPC entre 1987 e 1990. Este forte crescimento no consumo do LPC, nesse período está diretamente vinculado à política de distribuição de leite gratuita, à família, de baixa renda, implementada pelo Governo Federal, que vigorou de 1987 aos primeiros meses de 1990. Ou seja as compras do LPC realizada pelo Governo seguramente explicam ampliação das vendas desse produto. Isso, tanto é verdade que a partir de 1990, com a extinção dessa política de vendas do LPC inaugura-se uma fase de evidente declínio, chegando em 1991 a corresponder apenas a 50% das vendas no ano 1989, auge da referida política. Este fato que ocorre em relação a indústria moderna de laticínio é, sem dúvida, mais um exemplo ilustrativo da importância do papel que exerce o Estado brasileiro no financiamento da acumulação do capital privado, que no caso citado beneficia não apenas as empresas privadas do ramo de laticínio, mas também toda a acumulação capitalista em geral, na medida em que reduz os custos de produção desse capital, assegurando, no caso do leite o acesso das famílias a um importante componente da cesta básica.

Entretanto, na ausência do generoso mercado que representava as compras governamentais, o consumo do LPC é sensivelmente restringido, sobretudo num mercado consumidor como o de Campina Grande com longa tradição no consumo do leite "in natura".

Importante estudo⁸⁹ sobre o comércio leiteiro em Campina Grande, indica que a localização estratégica do mercado consumidor ao centro de uma bacia leiteira é significativamente favorável a ocorrência de um elevado consumo de leite não beneficiado.

⁸⁹ Ver, Maria Auxiliadora Cartaxo. A Problemática do comércio do leite em Campina Grande.

Além disso, a proximidade do mercado à área da produção, tornando-a mais acessível a este, dificulta o processo de desagregação de um hábito de consumo já bastante arraigado à população campinense, mesmo com o seu acelerado processo de "urbanização" que teoricamente, deveria implicar formas mais racionais de abastecimento e hábitos alimentares "modernos". Por outro lado, este mercado, com vasta tradição de consumo de leite mais gorduroso é bastante sensível às mudanças qualitativas que são efetuadas no leite pasteurizado.

De outra parte, outros elementos mostram-se favoráveis a existência e ampliação do comércio paralelo do leite não beneficiado no mercado de Campina Grande. Ressaltamos, assim, que se por um lado, o monopólio exercido pela indústria de laticínio local, lhe favorecendo a ditar os preços e os prazos de pagamento do leite "in natura", constitui um fator de desinteresse do produtor local em fornecer o produto à empresa, estimulando-o a venda direta ou indiretamente do leite ao mercado consumidor; de outro, o fato das relações de compra e venda deste produto entre centenas de ofertantes e milhares de consumidores serem estabelecidas através de diálogos⁹⁰ face a face, onde o preço do produto vendido a domicílio se ajusta à "lei da oferta e a procura", permite ao produtor rural uma margem de ganho superior ao que alcançaria na venda do leite à indústria moderna de laticínios a preços pré-fixados.

Contudo, a venda generalizada do leite beneficiado nos domicílios entre as diversas camadas sociais campinenses, constitui segundo o diretor industrial da ILCASA, o principal óbice a

⁹⁰ É através de diálogo entre leiteiros e consumidores que são estabelecidos os prazos de pagamento, o preço do produto a quantidade reservada para cada consumidor etc. Esta prática se consolidou desde os primórdios da formação no núcleo urbano de Campina Grande. (Informação fornecida por um criador que vende o leite ao consumidor final).

expansão da indústria. Ele considera que o leite não beneficiado vendido nas ruas seja o maior concorrente do leite pasteurizado tipo "C" -LPC-, conforme argumenta: " O leite "in natura", atualmente ocupa 60% do mercado consumidor de Campina Grande, o que significa que apenas 40% desse mercado é abastecido com o leite pasteurizado da indústria local e de outras duas indústrias de beneficiamento de outros estados que também atende a esse mercado com o leite tipo C. Isso é muito problemático, resultando em que: uma cidade do porte de Campina Grande com uma população superior a 300 mil habitantes esteja absorvendo, apenas 12 mil litros por dia em média do LPC que aqui produzimos, e este é um volume bastante reduzido para uma empresa como a nossa ".

Indagado sobre as razões que proporcionam uma significativa venda do leite "in natura" como o bem de consumo final, o diretor da indústria de Laticínio local fornece as seguintes considerações: " - Quem vende esse leite "in natura" na rua leva uma grande vantagem sobre o leite pasteurizado, por dois motivos básicos: em primeiro lugar, porque sobre esse leite vendido diretamente não é exigida nenhuma obrigação social, nenhum imposto, o que pode representar, inclusive, um melhor preço ao produtor rural; em segundo lugar, porque o leiteiro tem livre acesso para fraudar o produto, isto é, para colocar água no leite sem sofrer, contudo, nenhuma penalidade, vez que esse leite não tem nenhuma fiscalização quer seja a nível municipal, estadual ou federal, ou seja sua venda ocorre de uma forma indiscriminada ".

Sobre esse aspecto acrescentamos outros elementos que, certamente, também explicam a forte aceitação do leite não pasteurizado no mercado local. Conforme informações de alguns consumidores desse tipo de leite a opção pelo produto está relacionada em larga medida: a comodidade que representa sua aquisição, uma vez que o leite "in natura" é entregue diretamente nos domicílios; ao prazo que o consumidor tem para efetuar o pagamento do leite que normalmente é de uma semana ou quinze dias, o que permite ao consumidor a possibilidade da

aquisição do produto sem que disponha efetivamente do dinheiro todos os dias, ao passo que o LPC, posto à venda nas panificadoras e supermercados exige o pagamento à vista.

Em que pese a existência do mercado paralelo do leite "in natura", em Campina Grande, é importante ressaltar que este, na realidade, não representa uma concorrência de tamanha magnitude com o leite pasteurizado da indústria local, como sugere o depoimento do seu diretor industrial. Mesmo porque, uma parcela do mercado consumidor do leite pasteurizado é atendida por indústrias de laticínios instaladas em outros Estados do Nordeste (Alagoas e Pernambuco), o que, teoricamente, significa que a indústria local teria condições de ampliar a oferta de LPC, suprindo essa demanda que é atendida pelas duas indústrias de fora que colocam leite pasteurizado no mercado campinense. O fato é que os baixos lucros que oferece o simples leite pasteurizado, submetido a política de pré-fixação de preço do governo federal, levou a indústria de laticínio local a diversificar sua linha de produtos, conseguindo assim rentabilidades consideráveis principalmente nos ramos da produção de queijo e manteiga o que implicou certamente numa redução da produção do leite tipo "C". Outra razão, também relevante, que afasta os argumentos imputados à venda do leite "in natura" como óbice à indústria local é que essa indústria consegue obter matéria-prima a preços consideravelmente baixos, assegurando, dessa forma, uma margem de lucro bastante satisfatória. Nesse sentido queremos adiantar que além da política de fixação do preço do leite incompatível com os custos de produção da atividade leiteira, a indústria de laticínio local adota mecanismos frente aos fornecedores de matéria-prima, que concorre diretamente para o agravamento do processo, de descapitalização ou mesmo o empobrecimento dos produtores de leite da área em estudo, conforme detalharemos na seqüência desse trabalho.

6.4 A PEQUENA PRODUÇÃO LEITEIRA FAMILIAR: CATEGORIA SUBORDINADA INDIRETAMENTE AO CAPITAL.

Sem dúvida, a forma de integração direta ou indireta da economia leiteira ao grande complexo agroindustrial constitui uma das principais causas da crise da atividade leiteira nacional. Isto porque a integração da pecuária leiteira ao complexo agroindustrial implica em aumento dos custos de produção com a utilização de insumos de origem urbana com elevada aceleração de seus preços, ao tempo em que as indústrias de laticínios adquirem o produto leite a preços pré-fixados pelo governo, na plataforma da mesma retirando, assim do produtor direto a possibilidade de comercializar o seu produto a preços mais satisfatórios.

Nas grandes cidades, o comércio ou a venda do leite pasteurizado é monopolizado por algumas poucas empresas. Em Campina Grande, não obstante a existência de três indústrias de laticínio que abastecem o mercado local com o leite tipo "C", a demanda do leite "in natura" para a pasteurização constitui monopólio de uma única empresa, isto é a indústria de laticínio de Campina Grande S. A.

Sendo assim, em que pese a influência das políticas adotadas face a economia leiteira nacional como o controle político do preço do leite ou, mesmo a ausência de medidas governamentais que visem controlar os preços dos insumos básicos para aquela atividade, ao nível local o monopólio exercido pela ILCASA (Indústria de Laticínio de Campina Grande S. A.), enquanto mercado de grande capacidade de absorção da produção de leite "in natura", na região polarizada por este município, constitui um fator peculiar a ser considerado na relação entre indústria de laticínio e seus fornecedores de matéria-prima.

Dessa forma é pertinente apresentarmos traços importantes da relação que se dá entre a indústria de laticínio e fornecedores de leite.

A vinculação dos fornecedores à indústria de laticínio identifica-se pelo cadastramento dos mesmos na empresa. Nesse cadastro consta o nome do fornecedor e o nome da fazenda.

Embora não exista qualquer registro escrito que estabeleça direitos e obrigações entre indústria e fornecedores, mediante os acordos verbais, normalmente adotados, são determinados ao fornecedor as condições necessárias para que se efetive o vínculo. Nesse sentido, fica pré-estabelecido que ao produtor cabe o compromisso de entregar o produto na plataforma da indústria no horário fixado por esta. Contudo, a aceitação do leite "in natura" pela indústria está condicionada ao resultado da análise físico-química ao avaliar se o produto está dentro dos padrões de qualidade que diz respeito ao teor de gordura, pureza e grau de acidez. Caso o produto fuja ao padrão de qualidade exigido⁹¹ ele não será aceito pela indústria. Dessa forma, a não satisfação da indústria quanto a qualidade do leite constitui motivo para o cancelamento⁹² do vínculo entre indústria e fornecedores.

Quanto as características dos seus fornecedores, a indústria não tem demonstrado interesse em pequenos fornecedores. Considerando-se a participação de fornecedores com uma média diária inferior a 30 litros de leite, eles representam menos de 10% sobre o total de fornecedores que entregam o produto diretamente na plataforma da indústria. Infere-se, então, que, em muitos casos o baixo volume da produção de leite limita o vínculo do pequeno produtor direto com a indústria de laticínio local. O maior interesse da indústria é, na verdade, nos fornecedores que apresentam

⁹¹A qualidade padrão do leite "in natura" recebido na plataforma da Indústria local é identificada a partir de uma análise pirosópica onde o produto deve apresentar um teor de gordura não inferior a 3%, o grau de acidez entre os parâmetros de 15°D. e 17°D, quanto ao grau de pureza para o leite de boa qualidade exige-se que o produto apresente uma densidade de 15°D (quinze graus Dornic), ou um produto que congela a uma temperatura de 540oC a -0,555oC.

⁹²Segundo o diretor industrial da H.CASA comumente se cobra dos fornecedores uma melhor, qualidade do leite "in natura", sobretudo com relação ao índice de acidez e o grau de pureza, sobre pena do cancelamento da aceitação do produto da indústria.

uma maior e regular capacidade de oferta, por conseguinte, numericamente mais de 75% dos fornecedores de que entregam o leite na plataforma da indústria apresentam uma oferta diária superior a 50 litros, sendo que mais de 25% é constituído por fornecedores de mais de 500 litros conforme indicados dados da Tabela abaixo.

TABELA XLVI

ENTREGA DE LEITE NA PLATAFORMA DA INDUSTRIA DE LATICÍNO POR PORTE DE FORNECEDOR JUNHO - 1992

Quantidade média de litros de leite ao dia	Número de fornecedores	Participação relativa (%)
Menos de 30	6	8,6
de 31 a 50	10	14,3
de 51 a 100	30	43,0
de 101 a 200	6	8,6
de 201 a 500	10	14,3
de 501 a 1000	5	7,0
acima de 1000	3	4,3
TOTAL	70	100,0

FONTE: PESQUISA DIRETA JUNTO A ILCASA

A política adotada pela indústria com relação aos fornecedores de leite "in natura", lhes atribuindo o ônus do transporte⁹³ do produto até a sua plataforma, bem como a exigência de uma

⁹³O diretor industrial da ILCASA alega que se a empresa possuísse uma frota de transporte própria para coleta do leite diretamente, vários problemas poderiam surgir: " Já se teve uma experiência nesse sentido, mas não deu certo, porque houve problemas com motoristas, com a manutenção de veículos, os caminhões constantemente quebravam-se, aconteceram acidentes com motoristas e a empresa ainda hoje paga pensão familiar. Então é uma série de problemas dos quais estamos livres quando trabalhamos com intermediários ou produtores diretos que trazem o leite até a indústria ".

oferta regular de leite anualmente, incompatível, portanto, com as condições do pequeno criador, sobretudo no verão quando sua produção de leite é mínima ensejou na área em estudo, a existência do intermediário-produtor que possui o cadastro na indústria como fornecedor. Este, conforme sugere a denominação é aquele produtor que reúne sua produção própria ao leite coletado em pequenas quantidades (2, 5, 8, 12, 15 ou 20 litros) nos sítios de pequenos criadores de uma determinada área produtora. É portanto através desse produtor - intermediário que o leite oriundo de pequenos produtores chega até a indústria de laticínio de Campina Grande. Ou seja, a existência do produtor-intermediário afasta qualquer vínculo do pequeno produtor leiteiro com a indústria. É o produtor-intermediário, que, adquire diretamente o leite do pequeno produtor, quem possui o cadastro como fornecedor da indústria. Somente quando o produtor direto mantém uma oferta regular (mínimo de 30 litros ao dia) é que ele pode vir a ser cadastrado nominalmente na indústria, isto é, poderá manter um vínculo direto com a indústria, embora seja bastante raro o número de produtores com esse nível de produção que sejam cadastrados nominalmente na indústria dado que o ônus de transportar o produto até a indústria eleva seu custo de produção, não compensado pelo preço pago pela indústria.

É importante ressaltar que a relação do produtor-intermediário fornecedor de leite à indústria de laticínio local com o pequeno produtor tem como implicação básica uma acentuada deterioração do preço do leite ao produtor direto, ficando na maioria dos casos ao nível de 50% sobre o preço pago na plataforma da indústria. Sobre este fato esclarece o diretor industrial da ILCASA: " O preço que o intermediário paga ao produtor direto é diferenciado, depende da distância onde o leite é coletado, do volume de leite que o produtor dispõe para a venda ou até mesmo da vontade do intermediário. Sabemos que um bom número dos nossos fornecedores estão pagando CR\$ 400,00 por litro de leite, outros pagam CR\$ 500,00 enquanto o preço, aqui na plataforma é de CR\$ 800,00 (Junho de 1992). Mas não temos como controlar o preço que o intermediário paga ao produtor ".

O aviltamento do preço do leite ao pequeno produtor que se relaciona com o produtor-intermediário, fornecedor direto de leite à indústria, tem na sua essência dois significados básicos que merecem ser ressaltados. Em primeiro lugar, em que pese a política adotada pela indústria no que se refere aos prazos de pagamento, o imperativo da entrega do produto na sua plataforma, bem como a influência que tem a indústria para ditar o preço do leite "in natura"; a oferta de leite proporcionada por pequenos produtores, dada a acentuada deterioração do preço desse produto pago ao produtor direto garante ao agente intermediário que repassa o leite para indústria uma margem de ganhos satisfatória. Logo a possibilidade de que dispõe o produtor-intermediário de obter uma oferta de leite por baixo do preço, seguramente, explica a existência do vínculo entre a indústria e fornecedores cujo volume de leite entregue diariamente na plataforma da empresa é em grande parte proveniente da coleta feita junto aos pequenos criadores. Em segundo lugar, a baixa remuneração do leite ao pequeno produtor direto é extremamente danosa a pequena produção leiteira, visto que os rendimentos que consegue auferir com a venda desse produto não repõem sequer os custos de produção, levando esse pequeno criador a um constante processo de empobrecimento, na proporção em que, sistematicamente necessita reduzir seu pequeno criatório através da venda de animais para garantir as mínimas condições de sobrevivência do grupo familiar. Ou seja, o fato de grande parte dos pequenos produtores terem como compradores diretos do seu produto (leite), os intermediários que repassam o leite para a indústria ou "in natura" para o consumidor final acarreta uma forte transferência de valor que beneficia tanto o agente intermediário, quanto à própria indústria em detrimento do pequeno produtor. Este por falta de alternativas é obrigado a vender seu produto ao intermediário, sendo consideravelmente explorado nessa relação comercial. Por conseguinte, o intermediarismo que age junto aos pequenos produtores de leite, na região estudada, se apropriando de parcela considerável do preço do leite entregue à indústria ou vendido ao consumidor final, resulta na descapitalização da pequena atividade leiteira e no empobrecimento da família pequeno produtora. Este pequeno produtor seria

explorado mesmo que o fornecesse leite diretamente à indústria em função do preço pago por baixo do custo de produção. Daí que a reprodução do grupo familiar depende cada vez mais, da intensificação do dispêndio do trabalho dos membros da família.

As implicações negativas decorrentes da presença do intermediário leiteiro junto aos pequenos produtores é relatada pelo diretor industrial da ILCASA da seguinte maneira: " O intermediário explora de mais o pequeno produtor, pagando-lhe um preço irrisório. O fornecedor que compra o leite de produtores diretos fica sempre com uma parcela bem maior sobre o preço do leite que a indústria paga. Mas, nós não temos como controlar o preço que o intermediário paga ao produtor. Não dispomos de instrumentos para exigir que o intermediário pague determinado preço ao produtor direto. Às vezes fazemos alguns alerta, mas não tem funcionado. Sabemos que o baixo preço do leite é um desestímulo ao produtor direto para continuar produzindo e por conta disso tem caído muito a oferta de leite para a indústria, principalmente na época de entressafra. Mesmo assim, não temos como evitar esse problema, pois não temos contato direto com o pequeno produtor. Nós não conhecemos a maior parte dos produtores, porque ele vende o seu leite ao intermediário e, é este quem traz o leite para a indústria, é a esse intermediário que compramos o leite".

As estratégias que a ILCASA estabelece na relação com os seus fornecedores de matéria-prima, atribuindo-lhes o ônus dos custos do transporte do produto até a plataforma da indústria, a regularidade no fornecimento da matéria-prima, a fixação pela mesma dos prazos de pagamento⁹⁴ aos fornecedores, por si, torna incompatível o vínculo direto do pequeno produtor com a indústria de laticínio local. Ademais, a própria indústria, através do seu diretor, admite que, mesmo não sendo o procedimento mais adequado ao estímulo da atividade leiteira, na região estudada, o

⁹⁴A Indústria de Laticínio de Campina Grande determina um prazo de quinze dias para efetuar o pagamento do leite "in natura" aos seus fornecedores, segundo informação do seu Diretor Industrial.

vínculo com o intermediário como fornecedor de matéria-prima tem atendido às necessidades da indústria. Segundo esclarece o diretor industrial da ILCASA, algumas razões são importantes para manutenção do vínculo com os intermediários fornecedores de leite "in natura": " Quando houve a instalação da empresa atual, já existiam os intermediários que forneciam o leite para a indústria e, se optássemos apenas por produtores diretos criariam-se muitos transtornos com fornecedores antigos. Além disso a relação exclusivamente com o produtor direto exigiria que nós tivéssemos nossa própria frota de transporte, para coleta direta da matéria-prima, o que não é necessário no caso dos intermediários que se encarregam de deixar o leite na indústria ".

Na verdade, o que depreende-se desse contexto é que concretamente é a pequena pecuária leiteira quem cumpre um importante papel enquanto fornecedora de leite à indústria de laticínio. Contudo, o fato da indústria se relacionar diretamente com fornecedores intermediários esconde essa importante função do pequeno produtor leiteiro visto que erroneamente, parece ser o intermediário a fonte real da matéria-prima que chega à indústria de laticínio.

Na verdade são os pequenos criadores que produzem sem ter como alvo o lucro, os que asseguram à indústria de laticínio uma significativa oferta de matéria-prima a preços reduzidos.

Outros aspectos que emergem da relação da indústria de laticínio com os seus fornecedores de leite (intermediários e produtores diretos cadastrados na indústria) estão estreitamente vinculados a forma da intervenção do estado na economia leiteira e as especificidades daquela relação em cada contexto.

Sabe-se que uma das formas mais diretas de intervenção do Estado na economia leiteira, nos últimos anos tem sido a pré-fixação do preço do leite que em sua essência visa assegurar o padrão de acumulação do capital. A despeito, alguns trechos de portarias da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) são ilustrativos da política de tabelamento de preços desse produto.

Assim, estabelece a Portaria Nº 66 de 30 de Junho de 1989:

" O Superintendente da Superintendência Nacional de Abastecimento, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de ser disciplinada a comercialização do leite pasteurizado, reconstituído ou não, com o mínimo de 3% de gordura, definido pelo Decreto N° 1.255, de 25 de Junho de 1962, Resolve: Artigo 1° - O preço mínimo de compra do leite-cota, entregue pelo produtor na plataforma dos estabelecimentos de laticínio e que for destinado a produção de leite fluido pasteurizado ou esterelizado, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, é de: a) NCZ\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) até 15 de Julho de 1989; b) NCZ\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos) a partir de 16 de Julho de 1989.

Uma outra portaria da SUNAB estabelece no seu artigo 1° inciso IV que " O preço máximo de venda ao consumidor do litro de leite pasteurizado, reconstituído ou não com o mínimo de 3% de gordura, envasado mecanicamente, em embalagens invioláveis de material plástico, ou engarrafado mecanicamente com feche inviolável, nos estados da Paraíba, Acre e Rondônia seja de NCZ\$ 0,72 (setenta e dois centavos) até 15 de julho de 1989 e de NCZ\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos) a partir do mesmo ano ". (SUNAB, Portaria N° 67, de 30 de Junho de 1989)

Embora o teor dos trechos supracitados deixem patente a intervenção do estado na economia leiteira, via tabelamento de preço do leite, duas observações são pertinentes: em primeiro lugar, assinala-se que a fixação do preço do produto pode ser dirigida diretamente ao setor produtivo como esclarece a primeira portaria ou ao setor comercial, isto é, através da fixação de preços ao consumidor conforme se refere o conteúdo da segunda portaria. Em segundo lugar, dada as peculiaridades das bacias leiteiras dos distintos estados da federação são estabelecidos níveis de preços diferenciados, pois conforme estabelece os incisos I e II do artigo 1° da Portaria 66, de 30 de Junho de 1989, o preço do leite ao produtor direto era de quarenta e cinco centavos até 15 de Julho de 1989, na maioria dos Estados do Nordeste, enquanto nos Estados da região Sul e Sudeste o litro de leite ao produtor fora fixado em trinta e sete centavos na data mencionada.

Outro mecanismo que caracteriza a interferência estatal no setor leiteiro tem sido a criação de sistema de quotas pelo Governo com relação ao disciplinamento da oferta de leite "in natura" às indústrias. Esta política consiste em que a indústria adquira na época da safra uma quantidade de leite, por produtor individual, proporcional àquela fornecida na entressafra. Quando o produtor dispõe de uma produção maior que sua quota, a indústria paga um preço menor que o estabelecido⁹⁵.

Não obstante a abrangência geral da intervenção do Estado na economia leiteira, conforme os aspectos mencionados anteriormente é necessário indentificar a partir da análise da relação da indústria de laticínio local com os fornecedores de leite a ela vinculados, a manifestação dos principais instrumentos da política adotada para a atividade leiteira circunscrita à bacia leiteira analisada nesse estudo.

Como uma das manifestações da intervenção do governo na economia leiteira, o sistema de quotas é um dos mecanismos adotado pela indústria de laticínio na relação com seus fornecedores. Essa política de quotas visa estabelecer o controle da oferta de leite "in natura" a indústria, considerando-se as flutuações na oferta de leite com períodos de abundância e época de escassez da produção especialmente na entressafra. Nesse sentido, a indústria de laticínio de Campina Grande determina a seus fornecedores que no período da entressafra mantenha uma oferta de leite compatível com o nível dessa oferta no inverno. Ou seja é negociado entre indústria e fornecedores

⁹⁵Conforme Portaria da SUNAB, de 30 de junho de 1989, o Governo determinou que o preço mínimo de compra do litro de leite extra-quota entregue pelo produtor na plataforma dos estabelecimentos de laticínios, nos Estados do Nordeste fosse fixado em NCZ\$ 0,27 (vinte e sete centavos) até 15 de julho de 1989 e NCZ\$ 0,31 (trinta e um centavos) a partir de 16 de julho desse ano. Essa Portaria prevê ainda que para o aumento no volume de leite compreendido entre 20% e 50% inclusive, sobre a quota formada o preço do litro de leite será fixado em vinte e três centavos até 15 de julho de 1989 e de vinte e sete centavos a partir de 16 de julho daquele ano; é previsto também a livre negociação entre as partes para o aumento no volume do leite que ultrapassar 50% sobre a quota formada. A título de comparação vale acrescentar que, nos Estados do Nordeste, o preço do litro do leite-quota foi fixado, em quarenta e cinco centavos e cinquenta e dois centavos nos períodos respectivos. Ou seja, o leite extra-quota correspondendo a 60% do leite-quota.

que na fase de abundância da produção, o volume de leite aceitável a preço de tabela deve ser não superior a 50% sobre a média fornecida nos meses de entressafra. Quando o volume de leite ofertado excede a quota fixada, a indústria pagará pelo produto preço extra-quota. Esta política de quotas é significativamente favorável a indústria de laticínio, visto que pode assegurar-lhe uma oferta de leite a preços reduzidos principalmente nos períodos de abundância da produção.

De acordo com o diretor da indústria de laticínio local a adoção do sistema de quotas junto aos fornecedores de leite da área polarizada por Campina Grande é de extrema importância dada a existência nessa área de uma grande difusão da indústria rural de laticínio, além do comércio paralelo do leite não beneficiado que absorve boa parte do leite in natura produzido na bacia campinense.

Ocorre que a existência de um preço melhor remunerador do leite adquirido pelas "queijeiras" ou pelos intermediários que repassam o produto ao consumidor direto, principalmente na época de escassez da produção, constitui motivo de estímulo para a grande parte da produção de leite "in natura" seja direcionado a esses canais de absorção, afetando por conseguinte a oferta de leite para a indústria durante a entressafra⁹⁶ da produção. Dessa forma, a existência de uma indústria rural de laticínio bastante difundida nos principais municípios produtores⁹⁷ que congrega a bacia leiteira campinense é apontada pelo diretor industrial de laticínio como um fator crucial para a necessidade de implementação do sistema de quotas junto aos fornecedores de matéria-prima, conforme denota o depoimento daquele diretor:

⁹⁶Durante os meses de entressafra de produção de leite, face ao declínio da oferta de matéria prima oriunda da região polarizada por Campina Grande, a indústria tem recorrido a importação de leite de outros Estados da região para suprir as necessidades do mercado.

⁹⁷Conforme salientamos na parte inicial desse capítulo a indústria rural de laticínio constituída por um considerável número de queijeiras ou fabriquetas artesanais é bastante desenvolvida nos Municípios de Aroeiras e Boqueirão.

" No período da entressafra o preço do leite sobe em grande proporção nas "queijeiras", então existe aqueles produtores que nessa época, preferem vender seu produto às queijeiras. Na época da abundância da produção, porém, as queijeiras não absorvem todo o leite produzido, recusando, assim parte da oferta. Além disso, na fase de crescimento da produção de leite, cresce também a produção de queijos nas fabriquetas artesanais, elevando-se, em consequência, a oferta desse derivado no mercado o que tende a acarretar uma redução de preço desse produto no mercado local. Então, dada a grande oferta de leite no período da safra, as queijeiras oferecem um preço bem menor que o preço do leite que a indústria se dispõe a pagar. Isso faz com que ocorra na fase de entressafra um grande fluxo da produção de leite para as queijeiras, ao passo que na fase de abundância da produção os produtores buscam fornecer o leite a indústria. A partir daí buscamos a aplicação da quota para punir aqueles fornecedores que só oferecem leite à indústria na fase de abundância da produção, isto é, aqueles que tem a indústria como uma válvula de escape para enviar sua produção excedente no inverno. A estes fornecedores estabelecemos preços extra-quota ".

O sistema de quotas é nesse sentido, um instrumento que visa assegurar, mesmo na entressafra, um certo nível de oferta de matéria-prima uma vez que através da quota exige-se que o fornecedor mantenha uma média diária satisfatória de litros de leite ofertados à indústria, mesmo fora da época de produção normal (para que, ao chegar à fase de produção abundante ele possa ampliar a oferta de leite sem, entretanto, ser penalizado com o preço extra-quota para seu produto. Além disso, o sistema de quotas adotado pela indústria de laticínio local é o mais importante mecanismo para manter o fornecedor vinculado a indústria durante a entressafra, visto que a interrupção⁹⁸ do fornecimento de leite à indústria, nessa fase, resulta em que ao retornar a indústria

⁹⁸Segundo o Diretor da Indústria de laticínio a aplicação da quota é uma forma de privilegiar os produtores que permanecem com indústria na entressafra e punir aqueles que, no período em que a indústria tem mais necessidade da matéria-prima, ficam vendendo o leite na rua ou às queijeiras.

no período de safra o produtor tenha a aceitação de seu produto, pela indústria condicionada ao pagamento do preço extra-quota. Evidencia-se, então, que se por um lado a indústria, através da quota, procura inibir a mobilidade plena dos fornecedores durante a entressafra, igualmente puni-os quando há o crescimento da oferta de leite "in natura" estabelecendo níveis de preços consideravelmente baixos.

Conforme ressaltamos anteriormente, a decorrência imediata da política de quotas da indústria de laticínio sobre a economia leiteira é a diferenciação do preço do leite mesmo quando se refere ao produto que atenda ao padrão de qualidade exigido pela indústria. Nesse sentido, os dados da tabela abaixo mostram que o leite classificado como de boa qualidade pela indústria local possui preços distintos. Se observa então que nos meses de safra o leite que está dentro do limite estabelecido pela quota tem o preço integral, ao passo que o produto que excede a quota normal tem uma remuneração que, em geral, é definida em torno de 50% por baixo do preço do "leite-quota".

Outra diferenciação quanto ao preço de leite "in natura" na indústria local resulta da classificação que esta faz a partir da qualidade do produto: "leite bom" e "leite ácido". Sendo assim, o leite que chega à plataforma da indústria com um índice de acidez superior a 17oD (dezessete graus dornic) é considerado como leite ácido, sofrendo assim uma redução no seu preço, ou seja o produto acidificado tem preço que varia entre 50% a 70% sobre o preço do leite bom, dependendo do nível de oferta, conforme indicam os dados da tabela acima.

Tabela XLVII

Preço do litro de leite "in natura" na plataforma da indústria por classificação do Produto:
(Julho/1985 - Julho/1992)

A preços de julho de 1992 (em Cr\$)

Mês / Ano	Leite Bom		Leite Acido	Percentual sobre o preço do Leite Bom	
	Quota	Excedente		Leite Excedente (%)	Leite Acido (%)
junho/1985	995,00	497,5	835,8	50	84
dezembro/1985	1.141,08	--	570,54	--	50
junho/1986	1.025,58	--	512,79	--	50
janeiro/1987	1.159,87	--	--	--	--
junho/1987	975,84	--	--	--	--
dezembro/1987	1.138,76	--	--	--	--
junho/1988	739,00	406,45	517,30	55	70
dezembro/1988	872,00	--	610,40	--	70
junho/1989	1.110,36	555,18	555,18	50	50
dezembro/1989	1.089,00	--	729,63	--	67
março/1990	1.272,20	--	636,00	--	50
agosto/1990	735,46	--	367,73	--	50
dezembro/1990	838,50	--	586,95	--	70
junho/1991	779,80	397,70	545,86	51	70
outubro/1991	971,78	--	608,25	--	70
abril/1992	680,06	340,03	340,03	50	50
julho/1992	878,00	448,00	448,00	51	50

Fonte: Pesquisa Direta junto a ILCASA

A aquisição do leite ácido pela indústria a preços acentuadamente reduzidos proporciona-lhe ganhos satisfatórios na medida em que esta matéria prima é destinada à fabricação de derivados lácteos bastante valorizados no mercado local e regional. Em contrapartida a acidificação do leite, implica em grandes prejuízos para o produtor desde que tem ele uma redução da rentabilidade face da sua deterioração que sofrerá o preço do seu produto.

Se de um lado a vinculação com a indústria, nas condições apresentadas implica na redução da receita que o produtor poderá obter através da venda do leite, de outra parte a atividade do criatório leiteiro defronta-se com problemas com relação ao crescimento dos custos de produção desta economia face ao preço dos insumos e equipamentos em elevada ascensão.

Com efeito, o contínuo crescimento dos preços dos insumos utilizados na atividade leiteira, em particular a ração concentrada, concorre em larga medida para a ampliação dos custos de produção dessa atividade

Entre os concentrados básicos utilizados pelos produtores pecuaristas, da área em estudo, predomina o uso da torta de caroço de algodão. Esse concentrado apresenta crescente elevação de seu preço em decorrência não só da inelasticidade da oferta nordestina face a redução da oferta do algodão no comércio nacional e internacional, como do controle monopolístico desse concentrado.

Sem dúvida o preço da torta de algodão mostra-se em franco crescimento. Os dados da tabela abaixo indicam que apenas no segundo semestre de 1992 o preço desse concentrado apresentou um crescimento nominal de 180%, além, portanto, do crescimento indicado pelo preço do leite pago ao produtor que registrou uma elevação ligeiramente superior a 140%, naquele período.

TABELA XLVIII

RELAÇÃO ENTRE O PREÇO DA TORTA DE ALGODÃO E O PREÇO DO LEITE AO PRODUTOR: (JULHO - DEZ/1992)

Meses de 1992	Preço da torta de algodão (saca de 50Kg em mil CR\$)	Índice (%)	Preço o leite ao produtor na plataforma da indústria (CR\$ por litro)	Índice (%)	Quantidade de litros de leite por saca de concentrado
julho	50	100	873	100	57
agosto	60	120	1.016	116	59
setembro	75	150	1.220	140	61
outubro	90	180	1.464	167	62
novembro	115	220	1.825	209	63
dezembro	140	280	2.120	242	66

FONTE: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DA PARAÍBA (APLEP) E INDÚSTRIA DE LATICÍNIO DE CAMPINA GRANDE.

Outro aspecto revelado pelos dados da tabela, no período mencionado, refere-se ao crescimento da participação do preço do insumo sobre o preço do litro de leite na plataforma da indústria, traduzindo uma realidade em que o produtor precisa cada vez comprometer uma quantidade crescente de litros de leite na aquisição de uma mesma quantidade daquele concentrado. Não obstante os dados apontados abranger um curto período, sem dúvida, são indicadores do descompasso entre o crescimento dos custos e a rentabilidade obtida através da venda do leite a indústria. Esta, seguramente, constitui uma importante causa do desestímulo à atividade leiteira, concorrendo para a descapitalização ou mesmo o empobrecimento dos produtores que a ela se dedicam.

Outra evidência do descompasso entre os rendimentos da atividade leiteira face aos seus custos de produção crescentes é também observada nos dados da tabela XLIX. nesse sentido, a comparação da evolução dos preços de insumos agropecuários em relação ao preço do leite in natura indica a crescente velocidade com que se eleva os preços desses insumos e conseqüentemente os custos de produção. No período analisado, os insumos agropecuários acusam

o incremento nominal de preço que varia de 1.222% a 1.334%. O preço do leite in natura, por sua vez, mostra um ritmo bem mais lento de seu crescimento, ficando abaixo dos insumos agropecuários.

Com efeito, este descompasso entre o crescimento dos preços dos insumos e o preço do produto do pequeno produtor (o leite in natura), na essência traduz situações adversas para esse produtor: tanto no momento em que ele se apresenta no mercado capitalista como vendedor de sua mercadoria-leite, quanto no instante em que precisa adquirir no mercado os meios de vida que ele não produz e os insumos necessários a atividade produtiva. Sendo assim um dos principais entraves à atividade leiteira, na área pesquisada, reside na baixa remuneração do produtor direto, ao tempo em que enfrenta custos de produção acentuadamente crescentes, dado o ritmo em que se eleva os preços dos insumos agropecuários.

Embora a ausência de uma contabilidade registrada por parte dos criadores entrevistados não nos permitir tratar de uma forma mais acurada a análise sobre os custos de produção e os rendimentos na atividade leiteira na região em estudo, alguns dados levantados na pesquisa de campo, podem ser trabalhados de modo a retratar as dificuldades com as quais convivem os produtores de leite especialmente àqueles que fornecem sua produção à indústria de laticínio a preços pré-fixados, e simultaneamente vêem elevar-se desproporcionalmente os custos de produção dessa atividade.

Dessa forma, tomando como referência os preços da torta de algodão e do leite na plataforma da indústria local (em junho de 1992), a partir do nível da produção de leite, bem como do consumo médio de ração concentrada (torta de algodão), buscamos na tabela I. explicitar a relação entre os rendimentos obtidos e os custos de produção com a atividade leiteira em algumas das fazendas estudadas.

TABELA XLIX

Comparação entre o ritmo de crescimento dos preços dos insumos agropecuários e o preço do leite in natura para o produtor direto

Produtos para a agropecuária e leite in natura	novembro (1993)	janeiro (1994)	março (1994)	maio (1994)	junho (1994)	Índice nominal de crescimento (%)				
						nov	jan	mai	maio	jun
Cordas (Kg)	750,00	1.600,00	3.360,00	6.500,00	9.500,00	100	213	448	866	1.267
Enxadas (unidades)	550,00	1.200,00	2.520,00	4.500,00	7.000,00	100	218	458	818	1.272
Grampos p/ cerca (kg)	150,00	300,00	700,00	1.300,00	2.000,00	100	200	467	867	1.333
Pás (unidade)	450,00	1.000,00	2.100,00	4.000,00	5.500,00	100	222	467	888	1.222
Pulverizador (unidade)	1.900,00	4.000,00	8.400,00	16.000,00	24.000,00	100	210	442	842	1.263
Formicida (cx.c/5Kg)	6.000,00	12.500,00	26.200,00	50.000,00	75.000,00	100	208	436	833	1.250
Mata bicheira (500ml)	200,00	500,00	1.000,00	1.800,00	2.500,00	100	250	500	900	1.250
Carrapaticida (250ml)	130,00	270,00	576,00	1.100,00	1.700,00	100	207	443	846	1307
Leite in natura (litro)	42,37	81,80	160,00	313,00	455,00	100	193	377	739	1.073

FONTE: Pesquisa direta junto a ILCASA, e as empresas de comercialização de produtos para a agropecuária em Campina Grande.

É certo que os custos com essa atividade não se limitam apenas aos gastos na aquisição de rações concentradas, visto que os dispêndios com a força de trabalho medicamentos veterinários, formação de pastagens também participam na composição dos custos de produção da economia leiteira. Entretanto, optamos por considerar os custos com a ração concentrada por ser o principal insumo utilizado entre os criadores entrevistados, cujo preço em crescente elevação gera um grave problema à atividade leiteira uma vez que a necessidade de utilização desse insumo reduz sensivelmente a margem de rendimento dos produtores leiteiros.

É evidente que o padrão genético do plantel leiteiro influi determinantemente sobre sua produtividade e conseqüentemente sobre o rendimento da atividade. Contudo, face a crescente necessidade de utilização de concentrados sobretudo na estação seca, o nível da rentabilidade torna-se bastante agravado principalmente se considerarmos o índice da produtividade leiteira

predominante nas fazendas estudadas. Com efeito, a partir dos dados da tabela L onde aponta-se a média de produção diária de leite que na larga maioria dos criatórios leiteiros situa-se em torno de 5 litros/dia por vaca, pode-se constatar a situação de asfixia desses produtores, os quais comprometem grande parcela da renda do leite com a aquisição da ração concentrada. Conforme, os dados mostrados de maneira linear na tabela L, onde o volume da produção de leite das fazendas bem como a quantidade de ração concentrada consumida depende diretamente do número de vacas em lactação que cada uma possui, os custos com a aquisição do concentrado básico se fixam em 68,7% sobre a receita proveniente da venda do leite a preços pré-estabelecidos na indústria. Este fato explica certamente a opção de muitos criadores pela transformação do leite em derivados (queijo manteiga) ou mesmo a venda do produto "in natura" ao consumidor final, o que assegura uma maior margem de ganho.

De maneira análoga e detalhada, se considerarmos uma vaca com produtividade média diária de 5 litros de leite no decorrer de um mês produzirá 150 litros de leite o que ao preço de Cr\$ 873,00 (preço pago na indústria em julho de 1992) e proporcionará um rendimento mensal de Cr\$ 130.950,00 (cento e trinta mil e novecentos e cinquenta cruzeiros); em contrapartida supondo um consumo de concentrado de 3 kilogramas em média diária, isto é, 90 kilogramas mensais, ao preço de 50.000,00 (cinquentamil cruzeiros - Junho de 1992) importará o custo com o concentrado em Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) o que corresponde a mais de 60% sobre o rendimento que se poderá obter com a venda do leite. Este exemplo ilustra adequadamente a situação de grande parte dos produtores leiteiros estudados que diante do acelerado crescimento do preço dos insumos restringe cada vez o seu uso preferindo manter baixo o nível da produtividade do rebanho visto que o preço do seu produto (leite) no mercado não responde satisfatoriamente ao dispendio com a atividade, resultando na sua baixa remuneração.

Tabela I

Demonstração dos rendimentos com a venda do leite a indústria, e dos custos com a aquisição de ração concentrada em fazendas da bacia leiteira campinense - Julho, 1992.

Fazendas Pesquisadas	Número de Vacas em Lactação	Produção média por vaca (litros/mês) ¹	Produção total de leite (litros/mês)	Rendimento obtido com a venda do leite a indústria (em CRS) ²	Quantidade de torta de algodão destinado as vacas em lactação (sacos/mês) ³	Custos com a aquisição da torta de algodão em (CRS) ⁴	(2-4) Diferença entre receitas e custos = Margem de ganho (em CRS)
Fazenda I	5	150	750	654.750	9	450.000	204.750
Fazenda II	10	150	1500	1.309.500	18	900.000	409.500
Fazenda III	15	150	2250	1.964.250	27	1.350.000	614.250
Fazenda IV	20	150	3000	2.689.000	36	1.800.000	819.000
Fazenda V	25	150	3750	3.273.750	45	2.250.000	1.023.750
Fazenda VI	30	150	4500	3.928.500	54	2.700.000	1.228.500

Fonte: Pesquisa de Campo

¹ Consideramos a média de produção diária de 5 litros de leite ao dia por vaca, a qual corresponde a mais de 70% das fazendas pesquisadas.

² Na formação da receita obtida com a venda do leite utilizou-se o preço de CRS 873,00 (oitocentos e setenta e três cruzeiros) do litro de leite na plataforma da indústria de laticínio em vigor em julho de 1992.

³ Na composição dos custos com a aquisição do concentrado (torta de algodão), consideramos o preço desse insumo para a saca de 50 kilogramas em vigor no dia 12 de julho, 1992 na cooperativa de criadores em Campina Grande.

⁴ A quantidade de sacos de torta de algodão destinada mensalmente às vacas em lactação é obtida, tomando-se por base o consumo médio de 3 kilogramas/dia por vaca conforme indicação da maior parte dos criadores com uma quantidade razoável para uma vaca que produz a partir de 5 litros de leite/dia.

Todavia, é importante assinalar que, a questão da incompatibilidade entre os crescentes custos de produção e os baixos rendimentos da produção leiteira deve ser analisada não só como uma expressão dos entraves à pecuária leiteira, mas, essencialmente, como resultado da subordinação indireta do pequeno produtor familiar ao capital. Esta subordinação se descortina quando situamos a mercadoria gerada pelo pequeno produtor não-capitalista do contexto do processo de reprodução de capital global.

Como se sabe, o camponês em geral, ou particularmente, o pequeno produtor leiteiro analisado, é um segmento social produtivo que não só vende, senão também compra, e uma parte importante dos seus meios de produção e de vida provém do mercado capitalista. O fato do produtor familiar leiteiro (como exemplo concreto) vender barato seu produto, é para esse produtor um ato de exploração que assume a forma de perda de parte do excedente. Além disso, o fato desse pequeno produtor comprar caro os meios de produção é também um ato de exploração em que sacrifica outra parte do excedente, agora já não cristalizada em seu produto, mas sim em dinheiro em que o já transformará. (A. Bartra, 1979: 100)

Dessa forma, ao situarmos o pequeno produtor leiteiro no contexto da reprodução do capital social, seja como vendedor de sua mercadoria-leite, seja como comprador de parte dos seus meios de sobrevivência e insumos, isto é, seus meios de produção; é preciso frisar que na essência da relação da pequena produção familiar leiteira com os diferentes ramos do capital está o fenômeno da transferência de valor através do mecanismo da troca desigual. Sendo, pois, uma situação desfavorável para o pequeno produtor não-capitalista.

Em primeiro lugar analisaremos a vinculação do pequeno produtor ao mercado capitalista quando ele se apresenta como vendedor de sua mercadoria:

Ao não existir no interior do próprio processo produtivo da pequena produção não-capitalista a bipolaridade ou desdobramento (valor de uso / valor de troca), a mercadoria produzida como

valor de uso entra no mercado capitalista como uma mercadoria peculiar, cuja lógica originária é distinta da que rege a circulação. Sendo assim, ao ingressar na circulação capitalista, a mercadoria gerada na pequena produção não-capitalista sofre uma transformação, pois o que o vendedor (pequeno produtor) põe em primeiro plano é a simples possibilidade de vendê-la. O pequeno produtor não-capitalista é um espécie de produtor que por regra oferece sua mercadoria por um preço de mercado inferior ao seu valor e ao seu preço de produção. Isto porque, diferentemente do empresário capitalista aquele produtor não pode deixar de vender pelo fato de não obter lucro, e tampouco está em condições de transferir-se a outros ramos, pois seus meios de produção não adquirem a "forma livre de capital".

Portanto, um pequeno produtor (tal como o produtor familiar leiteiro estudado) que precisa vender para poder subsistir e que, por sua vez, não pode desviar seus meios de produção a inversões mais rentáveis, não pode impedir que o capital como comprador obtenha suas mercadorias sistematicamente por baixo do preço de produção. Assim, ante a impossibilidade de exigir por sua mercadoria o preço de produção, dada a sua condição de produtor não-capitalista, o pequeno produtor leiteiro analisado é obrigado ao intercâmbio permanentemente desigual, na sua relação com o capital. Além disso, conforme foi explicitado em partes anteriores, existe também a dificuldade desse pequeno produtor leiteiro vender seu produto no mercado abaixo do seu custo de produção, condição esta que o situa como produtor que de fato realiza uma magnitude maior de transferências de valores a outros setores da economia.

A troca desigual entre a pequena produção familiar e o capital também se verifica quando o pequeno produtor se apresenta no mercado capitalista como comprador, conforme foi descrito para o caso dos pequenos produtores de leite que necessitam adquirir os seus meios de produção (insumos agropecuários) no mercado capitalista. Vejamos então os elementos constitutivos da troca desigual quando o pequeno produtor se articula ao mercado capitalista através da compra, isto é, quando o capital é o vendedor:

Assim como as mercadorias vendidas pelo pequeno produtor, as mercadorias vendidas pelo produtor capitalista as quais se incorporam ao processo produtivo na pequena produção familiar sofre uma mudança, mesmo que de natureza contrária, ao transformar-se em meios de um processo específico de trabalho. O pequeno produtor ao adquirir as mercadorias capitalistas, adquire meios de consumo para a sua reprodução e meios de trabalho, para incorporá-los a um processo de produção cujo objetivo é a reprodução do próprio produtor, e terá que adquiri-los na medida em que sua reprodução não pode garantir-se de outro modo. O fato de seu consumo produtivo gerar ou não mais valor não entra em suas considerações, diferentemente do capitalista que como vendedor só vende seus produtos se puder realizar um lucro, e como comprador só os adquire se puder com esses meios de produção gerar um mais-valor.

Sendo assim, a base da desproporção quantitativa da troca entre a pequena produção leiteira não-capitalista e o capital, em favor deste, reside na diferença qualitativa dos processos de produção, isto é, os processos de trabalho são de naturezas distintas. Por isso, a troca desigual existente entre a pequena produção e o capital se manifesta em que o pequeno produtor como comprador e vendedor pode realizar intercâmbios em condições em que não o faria nenhuma empresa capitalista. Logo a especificidade do produtor familiar leiteiro reside em que ele como produtor não pode condicionar seus intercâmbios à obtenção de lucros, pois seu processo de trabalho é a condição de sua subsistência e seus meios de produção não adquirem a forma livre de capital.

Porém, a análise dos mecanismos através dos quais a pequena produção é obrigada a transferir seu excedente a outros setores da economia (conforme é o caso do pequeno produtor leiteiro que transfere valor ao setor de laticínio bem como ao ramo abastecedor de insumos agropecuários) não pode reduzir-se a constatação de uma troca desigual.

Na verdade, a relação de um pequeno produtor com o capital não só é de transferência de valor, mas também de exploração, isto é, a relação de transferência de valor é parte de uma relação

de exploração, precisamente porque no processo imediato de trabalho da pequena produção não se tem dado o ato prévio da exploração.

Em última análise, se trata de conceber a pequena produção familiar do ramo leiteiro como classe explorada mas, isto não se alcança só mostrando o pequeno produtor não-capitalista, como vendedor e/ou também como comprador em condições assimétricas; nem tão pouco é suficiente desvendar as relações de exploração a que está submetido o pequeno produtor, mas também a forma em que estas relações se reproduzem através do processo global da produção e circulação do capital.

Logo, podemos afirmar que o pequeno produtor familiar em análise é uma categoria explorada pelo capital, pois no processo imediato de produção esse produtor gera um excedente que é transferido no momento da circulação, mas ao mesmo tempo nesse processo se reproduz a si mesmo como classe explorada. O resultado a cada ciclo completo é um capital valorizado pelo trabalho do pequeno produtor que é recriado em condições de ser novamente explorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No processo de aprofundamento das desigualdades no campo, a intervenção do Estado é fundamental; e isso é patente no ramo da produção pecuária, onde a política de empréstimos subsidiados esteve direcionada, predominantemente, à atividade de corte, privilegiando grupos de proprietários de terra de grande expressão econômica que buscam aproveitar as vantagens que lhes são oferecidas a pretexto da modernização setorial. Contudo, os créditos oficiais para a pecuária leiteira sempre foram mais limitados, se comparados com o que foi destinado a atividade de corte, conforme foi analisado no capítulo II deste trabalho.

A pecuária leiteira, enquanto ramo de produção que produz para o abastecimento do mercado interno, não se apresenta como um setor dinâmico capaz de mobilizar os instrumentos oficiais de modernização agrícola, constituindo isso um fator de desestímulo a produção leiteira.

Com efeito, o Brasil apesar de possuir um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, ocupa apenas o décimo segundo lugar na produção leiteira mundial e com uma baixa produtividade média no setor leiteiro. A produção de leite e de derivados tem aumentado lentamente, em níveis insuficiente para suprir necessidades criadas pelo crescimento demográfico. O déficit existente não se torna tão alarmante graças a constante compressão do poder aquisitivo das baixas camadas populares que inclusive convivem com elevados níveis de desnutrição.

Contudo, se por um lado, o setor produtivo da atividade leiteira quase não é beneficiado por programas oficiais de estímulo à produção; de outro, é interessante notar que a comercialização do leite é fiscalizada por órgãos oficiais. Assim, o leite, como alimento de primeira necessidade, tem um sistema de preços quase fixo. Ou seja, é um produto bastante visado pelas políticas oficiais que procuram controlar o custo dos alimentos populares. Porém, pelo conteúdo das portarias que fixam

o preço daquele produto fica claro que esta redução dos preços serve, fundamentalmente, ao movimento da acumulação do capital industrial privado, com o agravante de que acarreta uma situação de desequilíbrio entre os preços agropecuários, aí incluído o leite, e o custo dos insumos industriais. Não são mais os custos de produção agrícola os que vão definir o preço de venda dos produtos no mercado, mas esses preços tem que se adaptar aos níveis de preços preestabelecidos pela necessidade da acumulação urbano-industrial. A comparação que fazemos da evolução dos preços relativos dos insumos industriais face ao preço do leite in natura, demonstra isto.

O fato do Estado, através de medidas económicas, procurar manter artificialmente baixo o preço do leite in natura, é acentuadamente prejudicial para o produtor da atividade leiteira, particularmente para a grande massa de pequenos produtores que dificilmente tem acesso ao crédito rural e alternativas de beneficiamento, bem como de melhores canais de comercialização para seu produto.

Por outra parte, a forma de integração da economia leiteira às agroindústrias de beneficiamento, representa uma das principais causas dos entraves que se observa no setor leiteiro. Isto por que essa integração tende a aumentar os custos de produção na atividade leiteira com a utilização de insumos industriais, que apresentam elevação crescente de preços, ao tempo em que o setor industrial de laticínio adquire do produtor direto, o leite in natura a preços controlados oficialmente. Acresce-se que a política de industrialização adotada na região Nordeste, gerou na área da bacia leiteira de Campina Grande, uma indústria de laticínio cuja forma de organização societária acha-se vinculada a interesses exógenos aos dos produtores locais. Além disso, essa empresa de laticínio detendo o monopólio da compra do leite para beneficiamento, dita os prazos de pagamentos e os preços pagos aos seus fornecedores de matéria prima, violando as leis do mercado.

Ademais, a introdução do sistema de quotas ao produtor de leite, implementado com o intuito de estimular o uso de rações concentradas, estabelece que na fase de produção crescente, o

produtor direto receba, o maior preço apenas pela quantidade média de leite fornecida à indústria na fase de verão; para o leite excedente, o preço sofre uma redução em torno de 50% sobre o preço normal.

Na verdade, o sistema de quotas como um dos instrumentos de intervenção oficial termina por favorecer mais ao setor de beneficiamento, tanto porque assegura uma oferta de leite a preços reduzidos na fase de excesso de produção, como também por reduzir a escassez da matéria-prima na entressafra, uma vez que é exigido do produtor leiteiro manter um determinado nível de oferta nessa fase.

As estratégias que a indústria de laticínio local estabelece na relação com seus fornecedores de matéria-prima, atribuindo-lhes o ônus dos custos de transporte do produto; a regularidade no fornecimento do leite; a quota mínima estipulada; a fixação dos prazos de pagamentos, por si, torna incompatível o vínculo direto do pequeno produtor com aquela indústria de beneficiamento. Assim, as condições de comercialização do leite na agroindústria leiteira expressa o nível da vulnerabilidade do produtor que apresenta uma baixa capacidade produtiva, não alcançando vender seu produto no volume mínimo estipulado pela agroindústria; e quando tem um aumento de sua produção, em condições climáticas favoráveis, tampouco consegue que a indústria absorva sua produção excedente a um preço razoável. Em ambos os casos, esse pequeno produtor se submete a limitações, sendo cominado ao uso do intermediário para a comercialização do seu produto.

A vinculação do pequeno produtor leiteiro, ao agente intermediário que repassa o leite para a indústria tem como resultado uma acentuada deterioração do preço do produto do pequeno produtor. A baixa remuneração do produto-leite é incompatível com os crescentes custos de produção da atividade leiteira, conduzindo o pequeno criador a um limitado nível de reprodução. Este produtor, sistematicamente é obrigado a reduzir seu criatório, através da venda de animais para garantir os meios de sobrevivência ao grupo familiar. Assim, o pequeno produtor que, por falta de alternativas é obrigado a vender seu produto ao intermediário é consideravelmente

explorado nessa relação comercial. Este pequeno produtor leiteiro seria também explorado mesmo que fornecesse o produto diretamente à indústria em função do preço do leite recebido não corresponder aos custos de produção.

A baixa produtividade do rebanho leiteiro em decorrência das condições genéticas, alimentares, agravadas pelas condições adversas do quadro natural da região; a incompatibilidade entre o baixo preço do leite in natura e os crescentes custos de produção, são elementos que expressam os entraves à pecuária leiteira. Isto porque a procura de uma melhoria da produtividade, objetivando-se elevar o nível de rendimento implicaria no uso de insumos o que acarretará elevação dos custos de produção não compensado, face ao baixo preço que o produtor obtém através da venda do leite a preços preestabelecidos.

Com efeito a inserção da economia leiteira no circuito do capital, particularizada pela integração direta ou indireta dessa atividade ao setor industrial de laticínio se dá através de mecanismos que implicam num considerável achatamento da remuneração do produto-leite. Por conseguinte, uma grande parte dos produtores do ramo da produção leiteira, ante aos custos crescentes de produção, não podendo transferir o ônus destes custos ao consumidor e não tendo outras alternativas de atividade assume a baixa lucratividade.

Diante dessa realidade, configura-se um quadro onde os grandes e médios produtores, aproveitando a maior escala de sua produção e o crescimento natural do seu rebanho tem possibilidades de se contrapor a estes entraves, passando a optar regularmente pela alternativa de transformação do seu produto-leite em derivados como queijo ou manteiga, conseguindo uma maior margem de lucro.

Não obstante, o pequeno produtor familiar que de fato, é excluído dos benefícios do crédito subsidiado tem sempre que produzir num patamar de baixa produtividade e capitalização quase nula. Isto exclui a possibilidade de melhoria de suas condições de produção e reprodução, ficando

em desvantagem junto a um sistema de preços consideravelmente baixo para seu produto de comercialização.

Mesmo recebendo um preço consideravelmente aviltado pelo seu produto, dada a forma como se articula na rede de comercialização, é o pequeno produtor familiar leiteiro uma categoria de relevante significado no contexto da produção leiteira paraibana e, principalmente como fonte de abastecimento da matéria-prima à indústria de beneficiamento de leite, mesmo que seja através da rede de intermediação que fornece o produto à agroindústria.

Dessa forma, o pequeno produtor familiar, que assegura parte de sua reprodução através da produção leiteira, é um segmento social que se vincula ao mercado tanto através da venda do seu produto, senão também através da compra de parte dos seus meios de vida e meios de produção. Contudo, o fato desse produtor vender o leite a preço aviltado, significa para ele um ato de exploração que assume a forma de perda de parte do excedente. Mas, o fato desse pequeno produtor comprar os meios de produção a preços crescentes é também um ato de exploração em que sacrifica outra parte do valor contido na sua mercadoria.

Nestes termos, o pequeno produtor leiteiro contribui de forma significativa no processo de reprodução do capital, transferindo valor duplamente, através do mecanismo da troca desigual, tanto para o setor agroindustrial de laticínios, quanto para os ramos produtores de insumos agrícolas. Isto significa que o pequeno produtor leiteiro é uma categoria que está subordinada indiretamente ao capital, embora preserve a sua autonomia formal e aparente.

A explicação para o fato do pequeno produtor leiteiro continuar produzindo e se reproduzindo, mesmo sendo obrigado a transferir uma significativa magnitude de valor às diferentes esferas do capital, reside em que esta categoria apresenta uma lógica peculiar no processo de produção imediata que não tem como pré-condição a obtenção de lucro, pois seu

processo de trabalho é a condição de sua subsistência, e seus meios de produção não assume a forma de capital, isto é, não são adquiridos para se valorizar no processo de trabalho.

Enquanto categoria indiretamente subordinada ao capital, o pequeno produtor é, por conseguinte, uma classe explorada, precisamente porque no processo imediato de trabalho não se tem dado o ato prévio de exploração, a qual só se consoma através da circulação.

Assim, ao mesmo tempo que o capital é valorizado pelo trabalho do pequeno produtor leiteiro, esta categoria também se reproduz em condições de ser novamente explorada.

Por fim, pode-se dizer que o ramo da pequena produção leiteira cumpre um importante papel no processo de reprodução do capital social, também por que é um tipo de produção capaz de produzir um contingente de força de trabalho que se auto reproduz, isto é, sem nenhum custo para o capital.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Américo de. *A Praia e seus Problemas*. João Pessoa. A União Cia Editora, 3ª ed. revista, 1980.

ANDRADE, Bonifácio de. *Migrações Sazonais no Nordeste*. (Relatório de Pesquisa). Recife, SUDENE (Divisão de Estudos Demográficos) e UFPe (Departamento de Ciências Sociais), 1979. (mimeo.).

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ª ed. São Paulo, Atlas, 1986. 230 p.

_____. *Evolução e Características da Pecuária Nordestina; Contribuição ao estudo da Geografia Pastoril no Nordeste Oriental*. Recife. Boletim nº 8 do Instituto Joaquim Nambuco de Pesquisas Sociais, 1960.

_____. *O Processo e Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*. 2ª ed. Recife. SUDENE - Coordenação do Planejamento Regional, 1979.

_____. *A Pecuária no Agreste Pernambucano*. Recife. Guararapes, 1961.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Relatório 1988* - Departamento Rural do Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1989, 124 p.

- BARTRA, Armando. *La Explotacion Del Trabajo Campesino por el Capital*. Edit. Macchual. México, 1979.
- BAYER, David L. *Descapitalizacion del Minifundio Y Formacion de la Burguesia Rural*. Lima - Peru. Centro de Investigaciones Socio-economicas da Universidad Agraria La Molina. Promociones Editoriales, 1975.
- BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 9ª ed. Petrópolis. Editora Vozes Ltda., 1990
- CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. *Comentários sobre o Conceito sobre o Preço de Produção em Marx (A Propósito de um Quase Desconhecido)*. Cadernos de Economia. Série: Debates, nº 25. Publicação do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba - Campus II - Campina Grande. 1987.
- CARDOSO, F. Henrique. *Las Clases en las Sociedades Capitalista Contemporâneas*. In: *Revista do Comércio Exterior*. Vol 32, nº 2. México. 1982, pp 107 - 118.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza. *Campina Grande e sua Função como Capital Regional*. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*, Outubro-Dezembro. 1963.
- CARTAXO, Maria Auxiliadora. *Campina Grande: A Problemática do Comércio do Leite e a Formação de sua Bacia Leiteira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1980.
- CARVALHO, René L. de. *Frentes Modernizantes na Agricultura Paraibana*. In: *RAÍZES*, nº 4-5, Campina Grande, 1985. pp. 149-153.

FERREIRA IRMÃO, José. **Emprego Rural e Classes Sociais no Nordeste Semi-Árido.**

In; **Nordeste Rural: A transição para o Capitalismo.** Recife, Editora Universitária. 1987.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário -**

Paraíba. VIII Recenseamento Geral. Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Censo Agropecuário, Paraíba, Vol II, 1975.**

_____. **Censo Agropecuário, Paraíba, Vol II, 1980.**

_____. **Censo Agropecuário, Paraíba, Vol IV, 1985.**

_____. **Produção da Pecuária Municipal, Paraíba, Região Nordeste. 1975.**

_____. **Produção da Pecuária Municipal, Paraíba. 1985.**

_____. **Produção da Pecuária Municipal, Paraíba. 1989.**

_____. **Anuários Estatísticos do Brasil. 1973, 1977, 1982, 1987, 1990.**

_____. **Geografia do Brasil - Região Nordeste. Rio de Janeiro, Vol 2, 1985.**

FREDERICQ, Antoinette. **La Producción de leche en Brasil. El Caso Nestlé.** In: **El**

Desarrollo Agroindustrial y la Economía Latino-Americana. Documentos de Trabajo para el Desarrollo Agroindustrial, Tomo II, nº5, SARH, México.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, Cia. Editora Nacional.

1967.

_____. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Sub-desenvolvimento da América-**

Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S.A., 1978.

- GARCIA, César et alii. "A Questão Agrária e a SUDENE". In: Aspectos Gerais da Agropecuária do Nordeste. Recife. Série Projeto Nordeste, Vol. 3, 1984.
- GONZALES, F. N. & Bastos, M. I. **O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira**. In: Capital e Trabalhos no Campo. São Paulo, Hucitec. 1978.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- JOFFILY, Irineu. **Notas Sobre a História da Paraíba**. Rio de Janeiro, edição do Jornal do Comércio, 1976.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda; Inflação e Deflação**. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- LIRA, Maria G. Figuciredo. **O Homem ou o Boi, O Roçado ou o Capim**. Campina Grande. Dissertação apresentado ao Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, 1983, 135 p.
- MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa, A União Editora, 1939.
- MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil**. São Paulo. Pioncira, 1975
- MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política, Livro Primeiro : O Processo de Produção do Capital e Livro Terceiro : o Processo Global de Reprodução Capitalista**. São Paulo, Difusão Editorial S.A., 1985.

- _____. **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultado do Processo de Produção Imediata.** São Paulo, Editora Moraes, 1985.
- MELO, Mário Lacerda de. **Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco.** Recife, Sudene-PSU-SRE, 1988, 321 p.
- _____. **Os Agrestes - Estudos dos Espaços Nordestinos do sistema Gado-Policultura de uso de Recursos,** Sudene: Estudos Regionais. Recife, 1980
- _____. **Aspectos da Geografia Agrária do Brejo Paraibano.** São Paulo, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1958. vol. VI, tomo II.
- _____. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba.** Rio de Janeiro, Edição do Conselho Nacional de Geografia, 1958.
- MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro uma Política Regional de Industrialização.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo. Hucitec, 1989.
- NIMER, Edmon. **Pluviosidade e Recursos Hidricos de Pernambuco e Paraíba.** Rio de Janeiro, SUPREN, 1979.
- NORONHA, Dionísio Feitosa. **Uma Radiografia da Pecuária Nacional.** Campina Grande. EMBRAPA. 1979.
- NOVAIS, F. A . **O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial.** IN: **Brasil em Perspectiva,** São Paulo, Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. **A economia da Dependência Imperfeita.** 2ª edição, Rio de Janeiro. Editora Graal, 1977

_____. **A Economia Brasileira : Crítica a Razão Dualista.** Petrópolis, Vozes Ltda, 1988.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba.** João Pessoa. Editora Universitária UFPB, vol. 1, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo. Brasiliense. 1977.

SALES, Teresa. **Agreste, agrestes: Transformação Recentes na Agricultura Nordestina.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

SAMPAIO, Yony (Organizador). **Nordeste Rural : A Transição para o Capitalismo.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Ed Universitária, 1987, 310 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho : Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital.** São Paulo. Editora Hucitec., 1978.

SEIXAS, Wilson. **O Semarrialismo na Paraíba : Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba,** João Pessoa, 1970.

SILVA, Sergio. **Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo.** Organizado por Jaime Pinsky. São Paulo. Editora Hucitec. 1977.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy de. A Divisão do Trabalho no Brasil - IN: **Regionalismo Nordeste** : Existência e Consciência da Desigualdade Regional. São Paulo, Moderna, 1984.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1986.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Bandel. **Capital e Propriedade Fundiária: Suas Articulações na Economia Açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.